



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

MIATE BONTE CÓ

DESAFIO DEMOCRÁTICO AFRICANO: O CASO DE GUINÉ-BISSAU

FORTALEZA-CEARÁ

2016

MIATE BONTE CÓ

DESAFIO DEMOCRÁTICO AFRICANO: O CASO DE GUINÉ-BISSAU

Dissertação a ser apresentada à Coordenação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: Planejamento e políticas Públicas.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Francisco Josêno Camelo Parente.

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

C6, Miate Bonte.

Desafio democrático africano: o caso de
guiné?bissau [recurso eletrônico] / Miate Bonte C6. -
2016 .

1 CD-ROM: il.; 4 ½ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 129 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2016 .

Área de concentração: Planejamento e políticas
Públicas..

Orientação: Prof. Dr. Francisco Joséno Camelo
Parente..

1. Desenvolvimento. 2. Democracia e participação
política. I. Título.

MIATE BONTE CÓ

DESAFIO DEMOCRÁTICO AFRICANO: O CASO GUINÉ-BISSAU

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

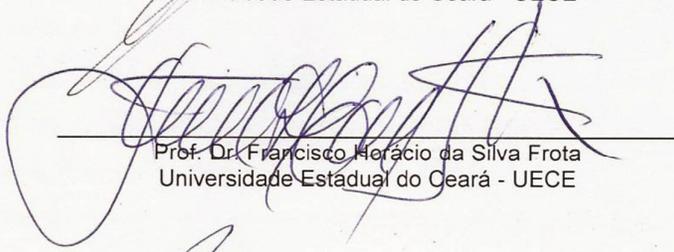
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 05/08/2016

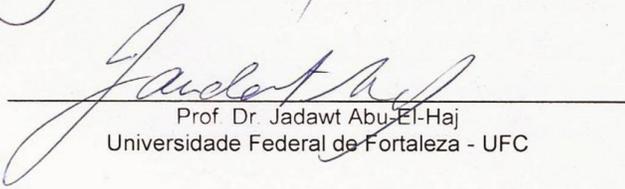
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Josêno Camêlo Parente
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Jadawt Abu-El-Haj
Universidade Federal de Fortaleza - UFC

AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida que ele me concedeu.

A minha família, Esposa Marynela Mango Có e a filha Maryana Miate Bonte Có, pelo carinho e amor, que me inspiram a lutar sem cessar por aquilo que acredito.

Aos meus pais brasileiros, Nélio de Azevedo Guimarães e Arildes de Queiroz Guimarães pelo apoio e pelo acolhimento que me deram.

Ao meu orientador Prof^o. Dr^o. Francisco Josênio Camelo Parente, obrigado pela paciência e pelas suas observações valiosas para desenvolvimento deste trabalho e ao Prof^a. Dr^a. Mônica Dias Martins.

Aos meus professores, principalmente Coordenador do Curso do MPPPP, Prof^o Dr^o. Francisco Horácio da Silva Frota que sempre se preocupou com meus estudos.

Aos meus amigos de Turma, os quais sempre estiveram presentes durante esta trajetória, Francisco Jacinês Gurgel Luz, Geovânia Sabino Machado, Laura Dolores Gordim Carneiro, Janaína Meire de Abreu Tranca, obrigado pela amizade e companheirismo.

RESUMO

Este ensaio científico pretende examinar o processo de ocupação e desenvolvimento da colonização e exploração de mão de obra escrava, a opressão às forças contrárias aos interesses do poder colonial. Fundação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde PAIGC 19 de setembro de 1956, assumindo em 1959 a liderança da guerra de independência. Seu progresso se alicerçou na dinâmica e determinação do povo guineense e Cabo-verdiano de afirmar sua identidade e dirigir seu próprio destino. O país veio a conhecer sua independência em 24 de setembro de 1973, o que permitiu repensar o Estado, considerando a complexidade da sua formação por grupos étnicos que compõem, com ênfase no lema da Unidade Nacional, como forma de agregar todas as forças vivas do país para o objetivo de construção e consolidação do Estado de Direito. A instabilidade política que o país atravessa desde 1998, pode ser entendida como ato transitório. Esta síndrome de prevalência da instabilidade política e econômica torna o país vulnerável contra crimes organizados. Inépcia dos órgãos do Estado, inserção na evolução tecnológica e a competitividade em todo o domínio regional e internacional. Guiné-Bissau é um estado frágil política e economicamente, incapaz de oferecer condições políticas adequadas de afirmação do espírito de patriotismo e permitir a todos o acesso às políticas públicas, equidade de oportunidades, ou seja, tratar os desiguais na medida de suas desigualdades. Essa análise leva uma compreensão da dimensão histórica e sociopolítica fundada num estado democrático de direito, em que exerce o poder de mando e de responsabilidade social e desta forma garantir aos seus cidadãos qualidade de vida digna.

Palavra-Chave: Desenvolvimento, Democracia e participação política

ABSTRACT

This scientific essay examines the process of occupation, colonization development, exploitation of slave labor, and the oppression toward the opposing forces to the interests of the colonial power in Guinea-Bissau. On September 19, 1956 the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) was established. In 1959, the party led liberation war for the independence, its success in liberating the country had to do with the dynamic and self-determination of Guinean and Cape Verdean people to assert their identity and their own destiny. The country came to know its independence on September 24, 1973, which allowed for the rethinking of the state considering the complexity of its society that made of different ethnic groups; the process emphasized on the national unity theme as a way to aggregate all the living forces in the country for the purpose of building and consolidating the rule of law. The political instability facing the country since 1998 can be understood as a transitional situation; however, the ongoing political and economic turmoil makes the country vulnerable to organized crime. Guinea-Bissau is a political and economically fragile state, unable to deliver adequate living conditions to its people on a spirit of patriotism that give everyone access to public service, equal opportunities or treating unequal to the extent of its inequalities. This analysis provides an understanding of the historical and socio-political dimension of the country, and advocates for a democratic state based on the rule law capable of exercising power with social responsibility and guarantees its citizens quality of living.

Keyword: Development, Democracy and Political Participation

LISTA DE FIGURAS

Figura1-	Mapa da Guine Bissau.	18
Figura 2 –	O mapa de divisão do Continente Africano pelos países Ocidentais em 1884.....	22
Figura 3-	Reuniões dos dirigentes do PAIGC nas Jonas Libertadas no leste da Guiné-Bissau. Autora: Bruna Polimerni em 1970.....	30
Figura 4 -	Panfleto de propaganda do Governo para recrutar os jovens guineenses a fazerem parte da força armada portuguesa. 19690-1970.....	34
Figura 5-	Abastecimento de uma "loja do povo"... Deveria ser um armazém, na retaguarda, no território da Guiné-Conacri, junto à fronteira, donde depois partiam as colunas de reabastecimento para o interior, para as chamadas áreas libertadas. Legenda original: "Transporting rice in the liberated areas in Guinea Bissau 1970.....	38
figura 6-	Escola na zona libertada, período da luta de libertação nacional, publicado por Luiz Graça & Camaradas da Guiné, 7 de julho de 1967.....	39
Figura 7-	Muitas mulheres deram a vida pela independência da Guiné-Bissau.	42
Figura 8-	Formatura das mulheres no secretariado do PAIGC na Guiné Conacri em 1970.....	43
Figura: 9-	Proclamação de independia unilateral no sul da Guiné-Bissau, Madina de Boê 24 de setembro de 1973, autor: Bruna Polimina.....	44
figura 10 –	Gráfico de investimento do governo em todas as regiões da Guiné.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	– Aliança Democrata.
AIP	– Associação de Indústria Português.
ANP	– Assembleia Nacional Popular.
APE	– Acordo de Parceria Económica.
APU	– Aliança do Povo Unido.
BCEAO	– Banco Central dos Estados da África Ocidental.
BCEAO	– banque Centrale dês Estats de L’afrique de L’ouest.
BM	– Banco Mundial.
CEDAO	– Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
CEMAC	– comunidade económica dos Países da África Central.
CNE	– Comissão Nacional de Eleição.
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
CRGB	– Constituição da Republica da Guiné-Bissau.
ECOWAS	- comunidade económica da Oeste de África.
FARP	– Forças Armadas Revolucionárias do Povo.
FCA	– Comunidade Financeira Africana.
FLING	– Frente de Libertação Nacional da Guiné.
FMI	– Fundo Monetário Internacional.
Franco CFA	– Comunidade Financeira Africana
FRELIMO	– Frente de Libertação de Moçambique.
FSD	– Frente Social Democrata.
IDH	– Índice de desenvolvimento Humano.
MFDC	– Movimentos das Forças Democráticas de Casamansa.
MLG	– Movimento de Libertação da Guiné.
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola.
ONG’s	– Organizações não Governamentais.
OTAM	– Organização do Tratado do Atlântico Norte.
OUA	– Organização da Unidade Africana.
PAICV	– Partido Africano para independência de Cabo-Verde.
PAIGC	– Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.
PALOP	– Países da África de Língua Oficial Portuguesa
CC	– Comitê Central

PAM	– Programa Mundial de Alimento.
PEE	– Programa de Estabilização Econômica
PIB	– Produto Interno Bruto.
PND	– Partido Nova Democracia
PRID	– Partido Republicano de Independência para democracia.
PRS	– Partido de Renovação Social.
PSD	– Partido Social Democrata.
TV	– Televisão.
UA	– Unidade Africana.
EU	– União Eleitoral.
UEMOA	– União Econômica e Monetária do Oeste Africano.
UM	– União para Mudança.
UNDP	– União Nacional para a Democracia e progresso.
UNILAB	– Universidade Internacional da Lusofonia Afro Brasileira.
UNTG	– União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.
UPG	– União dos povos da Guiné.
UPG	– União Patriota Guineense.
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A GUERRA FRIA E A GUINÉ-BISSAU.....	18
2.1	OCUPAÇÃO PORTUGUESA.....	19
2.2	MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS,	25
2.3	1CRIAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE / PAIGC.....	28
2.4	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ZONA LIBERTADA.	34
2.5	PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO-VERDE 1973/1974.....	43
2.6	INTERESSE DE PORTUGAL E A FRANÇA SOBRE GUINÉ-BISSAU.....	47
3	O LIBERALISMO ECONÔMICO.....	50
3.1	SISTEMATIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA NA GUINÉ-BISSAU.....	51
3.2	MODELO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA.	58
3.3	AUSÊNCIA DA ECONOMIA DE MERCADO PARA INTEGRAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO.....	61
3.4	INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL CEDEAO (ZONA FRANCA).....	67
3.5	2INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANA / UEMOA (FRANCO CFA)...	70
4	LIBERDADE POLÍTICA E ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS	75
4.1	PARTICULARIDADES DO MULTIPARTIDARISMO GUINEENSE....	76
4.2	3MANUTENÇÃO DO PROJETO DE UNIDADE NACIONAL.....	88
4.3	ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS JUNTO À SOCIEDADE CIVIL.....	93
4.4	O CONFLITO POLÍTICO E MILITAR DE 1998/1999.....	97
5	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	101

5.1	EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADE SOCIAL.....	101
5.2	PROMOÇÃO DA POLÍTICA PARTICIPATIVA DE GÊNEROS.....	105
5.2.1	Mulher na economia	105
5.2.2	Papel da mulher na política	107
5.3	PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS.....	110
6	CONCLUSÃO	116
	REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Ao nascer este ensaio científico me preocupou trazer ao debate os desafios de consolidação do regime democrático na África, começando a reflexão desde antes da chegada dos portugueses (colonizadores), em 1473, ao território guineense. Esse território era parte do Império do Gabu, havia formação de pequenas comunidades com suas técnicas de produção de atividades econômicas de subsistência. Ao chegar, os portugueses estabeleceram relações comerciais com os nativos “*autóctones*”, mais tarde, iniciaram a colonização incorporando os territórios africanos ao Estado português. Tensões políticas entre as potências ocidentais ocasionou, em 1886, a realização da conferência de Berlim, com objetivo de facilitar a dominação e exploração de matérias primas na África.

Nesta conferência o resultado final foi a divisão e o estabelecimento de fronteiras dos países africanos, obedecendo ao princípio de invasão e interesses dos ocupantes. A partir desse momento, antigas autoridades constituídas perderam o controle sobre seus territórios que foram fragmentados; aliás, é estabelecida uma nova ordem de estrutura política, econômica e administrativa no continente e na Guiné Bissau (CA, 1999).

A dinâmica dos movimentos nacionalistas africanos nas colônias portuguesas, a criação do PAIGC em 19 de setembro de 1956, em Bissau, pelo Amílcar Lopes Cabral, iniciou a luta de libertação nacional, que durou 11 anos, indo de 1962 a 1973. Isso trouxe grande impacto político na comunidade dos países da língua portuguesa e na África em geral. Cabral se tornou uma lenda e um símbolo pela sua capacidade organizacional de guerrilha e estrutura política, construída nas zonas libertadas na Guiné, bem como por sua atuação política junto às comunidades internacionais na afirmação da identidade africana. Ele trouxe uma reflexão sobre a valorização da cultura política, a autodeterminação e liberdade política no continente (CABRAL, 1974).

É importante trazer a análise da eficácia de transformação política da Guiné-Bissau sob o prisma da influência cultural do colonizador, esse exame permite a percepção através da qual o nascimento dos movimentos nacionalistas africanos se baseou na sua política de reivindicação e de autonomia política e administrativa. Depois de se libertar do jugo colonial foi preciso um processo de

reestruturação das instituições democráticas, o qual partiu do modelo de desenvolvimento econômico.

O impacto das políticas sociais do PAIGC nas zonas libertadas sobre o povo guineense e cabo-verde fortificou a base do movimento nacionalista e conseguiu atrair outras organizações que possuíam o mesmo propósito.

A Proclamação da independência, em 1973, o novo governo da Guiné e Cabo-Verde, assim como de outros países da África nesse período, seguem o modelo econômico socialista. Na sequência veio à crise de unidade da Guiné e Cabo-Verde, logo depois do golpe de 1980. Com a derrocada do muro de Berlim, a maioria dos países que recebiam apoio do regime soviético, passaram por sérias crises econômicas, o que provocou fome na sua maioria. A partir de então eles recorrem ao financiamento do programa de aceleração de economia PAE do Banco Mundial / BM e Fundo Monetário Internacional / FMI, e conseqüentemente, ao modelo econômico do capitalismo. No entanto, o impacto de aderência ao modelo de desenvolvimento Capitalista Neoliberal, que resultou na reforma do regime político e veio a permitir o pluripartidarismo democrático, trouxe a expectativa de revolucionar e de construir uma sociedade mais atuante e participativa nos assuntos políticos.

Examinar particularidades do multipartidarismo, na Guiné-Bissau, a partir do início da década 90 com a reforma constitucional, o estabelecimento do governo de transição, a criação dos partidos políticos que veio a realizar as primeiras eleições gerais, em 1994. Surge, portanto, novo ciclo político, após 20 anos de independência dirigido pelo regime do partido único do PAIGC e, desde 1994 até 2014, foram quatro eleições presidenciais com sete presidentes e cinco legislativas com 17 governos. Nenhum presidente e governo eleito democraticamente concluiu sua legislatura.

A reforma do regime político e seu impacto sobre a sociedade guineense na promoção das políticas públicas, bem como a equidade na participação de gênero a partir da construção de uma nova forma de atuação do Estado, trouxe um maior garantismo relacionado aos direitos humanos e as garantias fundamentais.

A razão de escolhe deste tema: “**Desafio Democrático Africano: o Caso de Guiné–Bissau**” foi trazer uma visão panorâmica da luta política pela construção do Estado Democrático de Direito, partindo do consenso da unidade Nacional e respeitos aos princípios e as normas. A comunidade acadêmica guineense e a

sociedade em geral passou a compreender a necessidade de fazer emergir-se numa atuação estratégica, capaz de expressar espírito democrático, desconstruir a cultura de violência e promover debates sobre questões que afetassem o povo Guineense.

Outra razão para a escolha do tema é a literatura mundial sobre regime democrático, destacando Robert Dahl no seu livro *On decracracy* (2001) e Francisco C Weffort no seu livro *Por que democracia?* (1984).O regime democrático é o único que visa garantir direitos sociais, civis e políticos, definindo limitações e responsabilidades dos administradores públicos, bem como estabelecendo condições de julgamento dos políticos através de votos e é nessa linha que a Guiné-Bissau deve pautar-se.

Quanto a metodologia, a pesquisa segue a modalidade bibliográfica. Um procedimento reflexivo sistemático, o qual permite discorrer sobre os fatos políticos na África, concretamente na Guiné-Bissau.Buscar elementos essenciais da ocupação imperial da colônia portuguesa na Guiné-Bissau a partir de pressupostos fáticos e do recurso de opressão, que permitiu seu domínio durante bastante tempo. Analisar os desafios de estabilização do mercado econômico e integração da Guiné nos Blocos Econômicos Sub-Regionais de UEMOA e CEDAO.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia do trabalho segue uma análise teórica e histórica. Através de autores guineenses e estrangeiros, os quais se debruçaram sobre a matéria.As informações são baseadas em fontes secundárias, tais como: Livros, Convenções e Tratados Internacionais, Relatórios das ONG's, Publicações Acadêmicas, Legislações Internas, Revistas Especializadas, Artigos, Teses de natureza acadêmica, publicações nos Jornais, Sites dos órgãos dos Governos, que tratam de referido assunto, com a compilação de fontes bibliográficas de língua portuguesa, francesa, inglesa e espanhola.

Utiliza-se a metodologia dedutiva, na qual o desenvolvimento da pesquisa partiu da análise do sistema político de forma genérica, levando em conta o interesse que Guiné desperta nas potências mundiais por sua localização geopolítica, na região Oeste africana. Assim, permite entender a complexidade relativa ao funcionamento das instituições políticas (na Guiné-Bissau em particular), visando a construção do conhecimento específico sobre o objeto principal da pesquisa: o desafio democrático africano no caso de Guiné-Bissau

De acordo com os objetivos da pesquisa, o sopesamento dos documentos e os relatórios foram destacados os temas seguintes:

I – Analisar a institucionalização do processo de colonização como política do Estado para atender a necessidade da coroa portuguesa.

II – Identificar o pensamento ideológico de Amílcar Cabral sobre a África, especificamente, Guiné e Cabo-verde.

II – Apropriar-se do conhecimento das causas que resultaram nas mudanças das políticas e econômicas do país.

III – Apontar os problemas de instabilidade política e a fraca participação da sociedade civil.

IV – Verificar as causas de violação sistemática dos direitos humanos, bem como a impunidade dos autores morais e materiais dos crimes cometidos na Guiné-Bissau.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz a influência da Guerra Fria em relação ao processo político de emancipação do Estado da Guiné, enfatizando a participação de dois blocos em oferecer assistência necessária aos líderes dos movimentos nacionalista africano, até o reconhecimento expresso de suas independências.

No segundo capítulo, busca-se perceber as consequências da adoção do liberalismo econômico. Por um lado, a integração internacional e sub-regional, de outro, a fragilidade interna, a fragmentação social, o modelo de desenvolvimento de fortificar empresas privadas. A partir deste momento, o Estado deixa de ter monopólio sobre serviços em favor da política de criação dos empregos, contribui na integração da Guiné nos blocos econômicos internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) -, sub-regionais - Comunidades dos Países Oeste Africano CEDEAO (Zona Franca) e União Econômica Monetária Oeste Africana UEMOA, (Franco CFA). A fragilidade política e econômica coloca o país na situação desfavorável em relação aos outros países sub-regionais.

O terceiro capítulo discute a reforma do regime político nos anos 90. A queda do artigo 4º da Constituição da República, que consagrava o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) como único partido no país que serviu como marco final de uni-partidarismo. Nasce o multipartidarismo que permitiu a criação de novas formações políticas e instituição de assembleia Nacional Constituinte Originária, a fim de produzir a Lei Magna do País e alguns diplomas essenciais para permitir uma transição política necessária. A forte influência de potências ocidentais e imposições ao modelo democrático desprovidos de princípios, o qual caracteriza a cultura política do Estado guineense. Na verdade, o

desenvolvimento do sistema democrático deveria partir de baixo para cima, inovar o sistema já existente, implantado pelo PAIGC durante a luta de independência do país.

O quarto capítulo examina o processo de inclusão social de gêneros, o papel da mulher na economia e na política. Analisa atos de violação dos direitos humanos a partir do sistema Africano de proteção dos direitos humanos. Apesar de os Estados Africanos terem ratificado as Convenções Internacionais de proteção dos direitos humanos bem antes da aprovação da Carta Africana dos direitos humanos (PIOVESAN FLAVIA, 2011, p.161) e por fim como isso se concretiza, na prática, no caso da Guiné-Bissau.

Guiné-Bissau situa-se na costa Ocidental da África, possui uma superfície de 35.125 Km² e uma população de 1,704 milhões de habitantes, segundo o censo de 2013.

O clima tropical, quente e úmido tem duas estações: a das chuvas, proporcionadas pelo vento oceânico que vai de 15 de maio a 15 de outubro e a estação seca devido ao vento procedente do deserto do Saara, que vai de 16 de outubro a 14 de maio.

Integra duas organizações que reúnem os países de língua portuguesa: a CPLP e o PALOP. Sua língua oficial é a Língua Portuguesa e sua língua de comunicação do dia a dia é o *crioulo*, mais falado na cidade de Bissau, enquanto nas demais regiões predominam as línguas étnicas.

A capital da Guiné-Bissau é Bissau, atualmente a moeda usada é o Franco CFA que significa em francês *Communauté Financière Africaine* (Comunidade Financeira Africana), integrada por 7 países da costa ocidental da África. Guiné-Bissau é o único país que fala português, admitido nesse bloco econômico desde 1997.

O país faz parte também de Comunidade Econômica dos Estados Oeste Africano / CEDEAO, zona de livre circulação de bens e serviços e desoneração de impostos de importação e exportação dos países membros.

O país é composto por mais de 27 etnias, destaque-se aqui os 15 (quinze) mais conhecidas: Papel, Balanta, Fulas, Mandingas, Manjacas, Mancanhas, Bijagos, Nalus, Sussos, Djolas e Biafadas e Nhomicas, saracules, Felipes. Cada uma dessas etnias apresenta sua cultura e seu modo de vida, constituindo rica diversidade étnica.

As principais atividades econômicas são: pesca artesanal, a qual é dedicada ao abastecimento do mercado interno; pesca industrial, que funciona na emissão de licenças de barcos de pesca estrangeiros e através de acordos políticos pelo governo guineense; pecuária praticada predominantemente nas regiões de Bafata e Gabu pelas etnias Fulas e Maldigas; agricultura de subsistência caracterizada por produção de arroz, amendoim, feijão e etc.

São oito regiões e um setor autônomo de Bissau, que compõem o Estado Guiné-Bissau (Biombo, Bafata, Gabú, Oio, Cacheu, Guinara, Tombali e Bolama), as regiões têm seus governadores nomeados pelo Governo central de Bissau, apesar de as eleições autárquicas previstas na Constituição, entretanto ainda não aconteceram.

A Guiné-Bissau foi governada pelo PAIGC de 1973/1984, a partir de então, adotou multipartidarismo, conseqüentemente passou a realizar as eleições periodicamente. O mandato do Presidente é de 5 anos e os mandatos dos deputados e de governador de 4 anos. As divisões dos poderes do Estado são Legislativas, Judiciário, Executivo e Presidente. Cada poder atua dentro dos limites previstos na Constituição.

O Sistema Político é semi-presidencialista, o Presidente da República é o Chefe do Estado e o Chefe do Governo é o Primeiro Ministro, este último é nomeado com base no resultado das eleições legislativas, o partido que obtiver maioria dos deputados no parlamento (Assembleia Nacional Popular).

Figura1- mapa da Guine Bissau.



Fonte: Disponível em <<https://www.didinho.org>>. Acesso 12 mai 2016.

2 A GUERRA FRIA E A GUINÉ-BISSAU

O conceito da Guerra Fria, conflito de duas ideologias políticas no final de segunda guerra mundial, que possuíam forças de coligação especificamente dos Estados Unidos da América, Inglaterra, França e Rússia. Neste contexto, os Estados Unidos da América, protagonista do Capitalismo, Rússia do Socialismo, suas características limitou na busca de poder de influência aos outros países, principalmente nos movimentos revolucionários da África, América e Ásia. Diogo Barreto classificou a Guerra Fria em três fases: (I). A Guerra Fria Clássica, de 1945 a 1950/53”, neste período o regime socialista evoluiu principalmente na Ásia. Em 1949, revoluções de dois anos na China, trouxe o abandono ao Capitalismo e a adesão para o Socialismo. (II). A Coexistência Pacífica/Distensão (Detente) de 1950 a 1960/68 – revolução na América Central Cubana 1959, na Ásia Guerra da Coreia 1950/53, Guerra do Vietnã 1960/70, na África em Guiné-Bissau, Angola e Moçambique se estabeleceram muitos governos socialistas. (III). A Nova Guerra Fria de 1960 a 1980 (Era Reagan).

Foi neste âmbito da bipolarização mundial que se enquadrou o apoio incondicional do bloco socialista aos movimentos nacionalistas Africanos, vale salientar que no início da década 1940, encontravam-se entre universitários na Europa revolucionários africanos como Amílcar Lopes Cabral, da Guiné-Bissau Fundador do PAIGC, Agostinho Neto, de Angola Fundador do MPLA, Samora Moisés Machel, de Moçambique fundador idealizador da FRELIMO, esses, com solidez, assistiram toda a evolução política do mundo.

Ainda em Portugal fundaram Casa da África, local em que discutiam problemas sociais dos seus países de origem, as reflexões visavam fortalecer o espírito da africanização e a tomada de consciência da responsabilidade política. Diante da configuração dos elementos essenciais sobre a necessidade vital dos povos africanos serem dirigidos por seus pares, dentro da sua própria cultura e regidos pelo princípio moral e ético que era desconhecido, ou seja, ignorados por colonizadores.

No entanto, a conjugação política do PAIGC se deu na cooperação ideológica social sem compromisso político de adoção do modelo de desenvolvimento socialista, mas sim, de apoiar estes países emergentes a se tornarem independentes, tirando-os da órbita do poder imperial português.

2.1 OCUPAÇÃO PORTUGUESA

O processo de ocupação do continente africano e o desenvolvimento de atividade econômica de venda de escravos pelos ocidentais durante séculos, a desculturação do povo obrigando-os a abandonar seus próprios costumes através da pregação da igreja Católica Apostólica Romana, foram fatores de grande relevância para importar a civilização ocidental ao continente desconhecido.

No mais o surgimento dos movimentos nacionalistas africanos, com a ideia de libertação do colonialismo, a participação dos países socialistas nas lutas revolucionárias na África e nas colônias portuguesas e a Guerra Fria aparecem, também, como motivadores para o bloco socialista apoiar os movimentos africanos.

A Fundação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde PAIGC é o início da luta de libertação nacional da Guiné Bissau e cabo-verde, liderado pelo Amílcar Cabral. Tem-se a formação do primeiro governo do partido Único PAIGC. A administração e as dificuldades aqui encontradas, a luta interna do partido pelo poder, e o primeiro golpe militar, em 1980 dirigido por João Bernardo Vieira Nino, a queda do muro de Berlim demonstram a retomada da neocolonização da África.

Os registros históricos da Guiné-Bissau no século XV indicam que, em 1446, vindo do Senegal, o português Nuno Cristão chega à costa da Guiné, província do Norte, Região de Cacheu. O mesmo estabeleceu sua residência, batizou o território sobre domínio da coroa portuguesa. Deu-se isso no século XVI, na decadência do império do Gabú. O território do império era dividido em pequenos reinos governados pelos “califas”, chefes Locais, que mais tarde veio a formar-se em um Estado autônomo. (CORDEIRO, DIAS, at *etapud* AUGEL, 2007).

Na tentativa de dominar o poder local, o governo português começou a firmar acordos comerciais com as autoridades locais, a negociar¹ a forma de comercialização de matéria primas e, mais tarde, a venda de escravos. De acordo com Cabral (1974), a atividade já havia sido praticada na região pelos poderes imperiais africanos e a coroa português vendo esta atividade mais lucrativa (escravatura) destruiu pequenos poderes locais por via de negócios ilícitos, com isso conseguiram impor sua vontade sobre o povo Africano, assim, seguiu a estruturação

do poder político administrativo dos colonizadores e a perda do poder dos reis.

Durante aproximadamente 500 anos de ocupação portuguesa no território guineense, de 1446 a 1973, a Guiné não só passava de armazém de matérias primas e as residências dos militares de garantia para a posse do território, como também, foi explorada pela força imperial, a qual destruiu a base social da família africana, gerando conflitos entre as etnias e também havia coligação de interesses das potências, o que é considerado como uma das causas da Primeira Guerra Mundial 1914/1918 (CÁ, 2008)

Antes, em 1462, os territórios africanos foram batizados de Províncias Ultramarinas. Em 1951, especificamente, a Guiné-Bissau foi chamada de Guiné Portuguesa, o que é atualmente a Guiné-Bissau e Cabo-Verde. A visão do Estado Novo já dirigido por Salazar, elegeram duas funções para as colônias: do ponto vista econômico, extrair matérias primas para indústrias nacionais da metrópole com mão de obra barata, por outro lado, um mercado consumidor de produtos industrializados, produzidos em Portugal, designadamente, tecidos pintados e vinhos (AMADO, 2003, p. 111).

A atividade de produção de bens e serviços nas colônias funcionava debaixo da coerção, o governo colonial pautava-se na imposição de força, sem exceção. Usava seu poderio militar para repreender qualquer força contrária, ao regime. A população sob o domínio colonial era submetida à escravidão e violação sistemática dos direitos fundamentais, o que gerou insatisfação no seio da classe social. Óbvio que suas petições não foram conhecidas perante a força ideológica, já estruturada no continente e no mundo, o fora continente enfraquecido e possuía pouco poder de defesa.

Havia o Estatuto do povo indígena, o qual estabelecia regras de convívio social do povo africano, era imposto pelo colonizador e o mesmo estipulava as categorias sociais. O cidadão de primeira Classe, seria o Português, que nasce em Portugal e imigra para Guiné ou Cabo-verde; o de segunda Classe, seria o português que nasce na Guiné ou Cabo-verde, filho de militar que está em cumprimento de medida disciplinar (Pena) e a terceira classe seria o Africano que sabe ler, escrever e frequentava a Igreja Católica apostólica Romana, além de ser batizado e se comungar. Este último deveria também saber comer com garfo e deveria obedecer às leis do poder colonial.

Os cidadãos Africanos, que não sabiam ler e escrever, não eram nada, ou

melhor, eram “coisas”, ainda por cima de tudo eram submetidos ao pagamento do “Imposto Palhota”. Havia resistência no cumprimento de ordem dos colonizadores, mas, era de forma fragmentada, pois não era possível uma maior coordenação das forças contra o poder imposto pelos invasores.

Os produtos explorados, pelo governo português, na África, eram enviados para a Inglaterra servindo de pagamento de dívida de proteção ou da assistência que a Inglaterra prestava para Portugal nas Colônias situadas na África (PAIGC, 1974).

Na ocupação permanente do poder colonial, estes foram obrigados a abandonarem sua cultura e se integrarem à cultura imposta, (Civilização Ocidental) foram submetidos a adquirirem os gostos dos seus opressores. Os africanos perderam sua identidade cultural, passaram a considerar seu próprio costume com desprezo, confundir sua própria raça, considerá-la inferiorizada e, assim abandonaram sua cultura em benefício do colonizador, ou seja, “mudança de status de indígena para civilizado”. Esta busca do africano pela civilização, essa concepção adquirida sem questionamento, vai mais tarde chamar a atenção de Amílcar Cabral sobre a necessidade de valorização da cultura africana e ao mesmo tempo adquirir os princípios bons dos colonizadores, rejeitando toda forma da política de colonização e de submissão do poder colonial (FREIRE, 1978, p. 16);

Figura 2 - O mapa de divisão do Continente Africano pelos países Ocidentais em 1884.



Fonte: disponível em <<http://novaescola.org.br/conteudo/370/quais-foram-os-colonizadores-da-africa>> Acesso 12 mai 2016.

Vale salientar que, em 1945, no final da “Segunda Guerra Mundial”, o mundo assistiu a novo processo de intensa rivalidade de dois modelos de desenvolvimento (Socialismo e Capitalismo), nas rivalidades destes dois blocos surge uma situação satisfatória para os povos africanos, asiáticos e Latino americanos, o qual seja o apoio do bloco socialista aos países emergentes. Isso não quer dizer que sempre os ideais socialistas estão ligados à ditadura, ou então que os ideais do capitalismo estão ligados à democracia. Muitos países ditos ditatoriais, do ponto de vista dos ocidentais, conseguiram se desenvolver por seus recursos internos, fortaleceram o poder do Estado, tendo todas camadas sociais envolvidas na política através dos órgãos de base. Bem como as classes sociais se posicionavam nos debates, consoante aconteceu na Guiné e Cabo-Verde, nas Jornadas Libertárias, antes da independência (CABRAL, 1974) e Líbia (PAUTASSO, AZEVEDO, 2011)

OS dois modelos de desenvolvimento econômico possuíam seus defensores, os países ocidentais, principalmente Inglaterra, França e Estados Unidos da América, que estavam em defesa do Capitalismo e a União Soviética e a China em defesa do Comunismo. Por outro lado, em defesa do socialismo, atuavam para ampliação de áreas de influências políticas na América, Ásia e, principalmente, na África. Neste âmbito, disputas travadas encontraram o terreno favorável no continente africano e na conferência dos partidos comunistas, em 1955, traçaram seu plano de ação e, a partir de então, começaram a atuar ativamente na África (PAIGC 1974). Na fortificação dos movimentos Libertadores.

As lideranças dos movimentos Nacionalistas das nações africanas iniciaram-se, nos anos de 1948, coordenadamente em toda África, com objetivo de tornar o continente Independente, antes da conferência dos países socialistas. A decisão de apoio veio para dar forças aos trabalhos já iniciados, trabalhos estes de afirmação da identidade cultural de cada povo e liberdade política e administrativa do continente (CÁ, 1999, p. 17).

Alguns países como Argélia, Marrocos, Egito etc, já eram independentes da França, nesse período pairava clima de revolta (Guerra Civil). A única saída encontrada para travar futuro conflito das colônias Francesas foi a reforma constitucional, a qual instituiu nova república (V República) sob a liderança do “*General Charles De Gaulle*”, (ALI, MAZRUI et al 2010, p. 27), este conflito interno

desembocou a partir de insurreições Argelinas, provocou também uma redefinição de atuação política dentro da Organização do Tratado do Norte (OTAN) e por conseguinte uma reformulação da sua política de atuação, com o fim de poder manter seu domínio sobre antigas colônias francesas na África.

De acordo com Lourenço Ocuni Cá (1999), a morte de Stalin, em 1953, marcou o começo decisivo da reflexão estratégica, política, colonial e comunista para a tomada do poder. Incluindo outros territórios africanos, os quais faziam agenda política do bloco. Sudão e Líbia (colônia Italiana), no norte da África, estava no centro das atenções, como plano estratégico os dois se tornaram independentes em 1955, antes da conferência de Bandung para desenhar o rumo da política de alguns países não alinhados ou denominados de Terceiro mundo. Observe o que diz Santiago sobre a Conferência:

Encontro ocorrido nesta cidade, indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955 e que reuniu os líderes de 29 estados asiáticos e africanos, responsáveis pelos destinos de 1 bilhão e 350 milhões de seres humanos. Patrocinaram esta conferência Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, e tinha como objetivo promover uma cooperação econômica e cultural de perfil afro-asiático, buscando fazer frente ao que na época se percebia como atitude neocolonialista das duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, bem como de outras nações influentes que também exerciam o que consideravam imperialismo (SANTIAGO, 2011, p 03)

As maiorias dos países participantes vieram do processo de descolonização, nesta ocasião, a China propôs, no congresso, o plano que delimitava sua atuação nestes países já independentes. A revisão das novas estratégias políticas postas em prática pelos comunistas ocasionou para “coroa francesa” a obrigação de decidirem por adotar um novo rumo das suas políticas de colonização no continente, decidiu, na Conferência com os líderes de diferentes movimentos das suas colônias africanas, negociar a independência, em 1955. (CÁ, 1999).

Na Guiné e Cabo-Verde e outros territórios ocupados pelos portugueses, de acordo com Ocuni Cá, o governo português recorreu a uma ação mais caricata de violação dos direitos humanos de escravidão, o qual foi posto no povo Africano da Guiné e Cabo-Verde. Havia jornais em Portugal ligado ao Partido Esquerda, que tentavam desvendar a realidade do povo das colônias. Informações veiculadas davam conta de que 99,5% da população dos territórios da colônia portuguesa viviam como simples objeto de exploração do poder colonial, só propuseram

condições mínimas de os manter vivos para que produzissem e mantessem em funcionamento as indústrias, ou seja, eram obrigados a praticar cultivo de produtos passíveis de exportação. É válido ressaltar que, na colisão da guerra de libertação, houve diminuição considerável na produção de industrial (CÁ, 1999, p.18).

A política colonial na África, com ênfase em Guiné-Bissau, possuía um governo fascista português. As ações políticas eram chamadas de “plutocracia demagógica”, dentro de cada classe social existia certos privilégios, existia as pessoas pertencentes certas etnias e devido a sua obediência ao poder colonial, a maioria destes fazia parte da força repressora, instituída pelo poder colonial, pondo em prática “Força e consenso”, entende-se que a liberdade não era um fim, mas um meio o qual se pode percorrer para chegar um consenso, nesse percurso sempre haverá um descontente em qualquer decisão, independentemente da sua dimensão social, política ou econômica, nesta ótica, o governo precisava recorrer ao uso da força para impor ordem, ou seja, a violência era o único meio viável para garantir a paz social. Este tipo de atos expressa, claramente, a política de aniquilar forças de movimentos sociais, em defesa da liberdade de manifestação de opiniões (Cabral 1984)

Amílcar Lopes Cabral, num dos seus discursos, proferido em Conacri, em 1969, denunciou a perpetuação e o massacre ao povo guineense, perpetrada pelo governo de Portugal nas regiões que ainda estavam sob o domínio colonial. Antes, nas preparativas da ação armada contra o jogo colonial em 1969, Seco Turre então presidente de Guiné Conakry, antiga colônia da França, apadrinhou o PAIGC, cedeu seu país para o movimento estabelecer sua base, porque este tinha sua independência total, a qual tinha sido obtida através de plebiscito em outubro de 1958. Diferentemente do que aconteceu no restante dos países africanos da colônia francesa, que se encontram até a data presente sob o domínio da França (PAIGC 1974). Os líderes eram unânimes, nos seus discursos em relação a autonomia política e administrativa para sua independência total, sem interferência exterior.

Neste âmbito, Seco Ture tinha autonomia política de decidir o apoio ao movimento revolucionário. O apoio dos países socialistas não constituía um acordo expresso de adoção do modelo do desenvolvimento econômico ou regime político da Guiné-Bissau, pós-independência, em troca, conforme Lourenço Ocuni Cá (2011). Visava substituir o domínio político, fato que demonstrava clara inclinação ao modelo de desenvolvimento socialista de política nas zonas libertadas controlado e

administrado pelo PAIGC (CÁ, 1999).

2.2 MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS.

Nos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas não se pode falar das revoluções, emancipação, criação da base política desses dos países africanos sem destacar a forte influência do Camarada Amílcar Lopes Cabral. Em 1951, quando estudava com seus colegas da Colônia, na Europa (Portugal), fundaram O “Centro de Estudos Africanos” que visava fortalecer os laços de amizade (Africanização do Espírito), com tensões políticas internacionais e as divergências surgidas pós-segunda guerra Mundial (socialismo e Capitalismo). Os novos líderes Africanos colocaram em prática seus ideais da revolução política, na Guiné e Cabo-Verde. Então fundam o PAIGC, em 1953. Por sua vez, os patriotas angolanos fundam o “Movimento Popular de Libertação de Angola” (MPLA), dirigido pelo Líder Agostinho Neto, em 1956. Em Moçambique com a fusão de vários movimentos culminou na criação da “Frente de Libertação de Moçambique” (FRELIMO), cujo primeiro líder foi o Dr. Eduardo Mondlane, assim, deu-se início aos movimentos das colônias portuguesas na África.

A década 50, marca a chegada de Amílcar Cabral a Guiné-Bissau, para participar do processo de desenvolvimento agrícola no interior do país. Nesta atividade de recenseamento dos agricultores, permitiu-lhe conhecer a real situação do seu povo, aproveitou a ocasião para uma mobilização da massa camponesa, pela forma como são tratados pelos colonizadores. Visto que havia escassez de recursos materiais e o não reconhecimento da identidade dos mesmos, além de trabalho de escravidão, o que foi um dos fortes argumentos que favoreceu sua ação, a fim de conseguir convencer a maioria dos camponeses a se engajarem ao ideal de revolucionário. (CARDOSO, 2003). A característica continental do PAIGC não se limitou em reivindicação de autonomia da Guiné e Cabo-Verde, mas sim, do continente Africano (LOPES 2005, p. 13) pois deu maior possibilidade ao partido de atrair mais apoiadores a nível regional e Internacional.

Os movimentos pretendiam, de forma pacífica, negociar a independência dos territórios Africanos, pela mesma via escolhida pela França em ceder a independência aos Estados Africanos. A ambição, porém, do Governo Colonialista Salazarista de Portugal, manifestava grande interesse em permanecerem nestes

territórios. Usavam a agressão e a brutalidade contra quaisquer manifestações políticas com intenção de reivindicar à independência, os atos de manifestação aconteciam em todas as colônias portuguesas (CABRAL. 1974. p. 135). Quando o governo imperial percebeu as sucessivas reivindicações em Moçambique, Angola e Guiné e Cabo-verde criou um órgão ou agência de inteligência (*Pidi*), responsável para investigar e reprimir as organizações políticas clandestinas.

O governo colonial adotou as seguintes decisões sobre os suspeitos de comandar revolução: **a)** Proibição destes de visitarem os seus países de origem; **b)** Regularizar visitas periódicas de uma vez por ano; **c)** Intensificar o ato de repressão contra o povo africano. Desta maneira, Cabral foi obrigado a permanecer em Portugal, como medida coercitiva de impedi-lo de ter contato com seu povo, sua permanência possibilitou-lhe conhecer outros Movimentos Nacionalistas Africanos dos países Francófonos (CÁ, 1999).

Podem-se descobrir, no seio dos dirigentes políticos, a paixão das ações voltadas aos interesses nacionais, na edificação da Nação Africana. Para analisar aos princípios que regem a conduta política dos patriotas africanos, pode-se possuir como referência o espírito patriótico, que atuaram de forma estratégica em todos as frentes, com política de inclusão, tendo como base a mobilização da sociedade civil (AMADO, 2003).

Os movimentos nacionalistas dos países da colônia portuguesa serviram como base de emancipação do continente Africano e provocou mudanças políticas a nível mundial, assim expõem Carlos Lopes:

As vitoriosas lutas pela libertação nacional do povo das antigas colônias portuguesas foram de importância excepcional, contribuindo para mudanças profundas em África e no Mundo. As guerras na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique resultaram não só na independência destes países e de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, mas também no desencadear do golpe militar de 25 de Abril de 1974 e na Revolução dos Cravos em Portugal. Na África Austral, as independências de Angola e Moçambique aceleraram a queda do regime racista da Rodésia de Ian Smith e a libertação do Zimbábue, a independência da Namíbia, o fim do apartheid na África do Sul e a emergência do poder da maioria na pátria de Mandela. (LOPES, 2004, P. 14)

Foi um momento histórico no progresso e na construção dos estados africanos, que trabalha no resgate da sua cultura através da nova dinâmica de cooperação e do desenvolvimento social, político e econômico, além de criar

esperança para uma vida melhor nos cidadãos.

Na conferência em Guiné-Conakry, em 1972, alusões à morte de Kwame Nkrumah, o líder da Independência de Gana, chamou atenção aos possíveis retornos da ação de neocolonização sobre os povos Africanos. Para evitar retrocesso, Cabral defendeu uma democracia participativa através da massa popular, pregando que, se depois da independência, o partido não obedecesse este vínculo com a sociedade civil, significaria que a nossa luta não teria sentido. As organizações sociais devem ser estruturadas de tal forma a não permitir qualquer ato de manipulação de qualquer interesse externo (LOPES, 2004, p.13).

Nasce a Organização da União África no dia 25 de maio de 1963, em Addis Abeba (Etiópia), criada por 30 Chefes de Estados e dos Governos, com três objetivos, a saber: (1) Defesa da independência dos países africanos, colonizados por força estrangeira; (2) Luta contra qualquer forma de colonialismo ou neocolonialismo; (3) Promoção da paz e da solidariedade entre os países Africanos e a defesa de interesse político, econômico e social do continente.

A nova organização regional debatia também questões da independência por via pacífica, como aconteceu nos outros países, havia muita resistência da parte de Portugal em aceitar negociação, ao invés de mudar sua política de atuação nas colônias, intensificou a repressão, o massacre e a violação sistemática dos direitos do povo.

A Organização da Unidade Africana/União Africana (OUA/UA), depois da sua criação, reconheceu logo o Movimento de Libertação Nacional. E, junto com os países comunistas, desempenharam papel importantíssimo. Nesta altura, é evidente que o partido africano para independência da Guiné e Cabo-Verde PAIGC com sua força política, não teria condições logísticas de enfrentar Portugal militarmente. Para se tornar uma realidade deveria haver participação ativa destes blocos na reivindicação da independência das colônias (AMADO, 2003). A assistência dos países comunistas socialistas não tinha cunho ideológico, mas sim a vontade de enfraquecer o capitalismo, seguindo o princípio do plano traçado na conferência dos países comunistas, o governo fascista salazarista, por sua arrogância, não deu ouvidos aos gritos do povo massacrado. (CABRAL, 1974)

2.3 A CRIAÇÃO DO PARTIDO AFRICANO PARA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO-VERDE PAIGC

O pensamento político do partido visava transformar a sociedade dentro da sua própria história cultural, política e econômica, dando uma nova dinâmica de desenvolvimento e criação da base econômica da Guiné e Cabo-Verde, inclusive a lógica de construção do Estado Nação (CÁ, 1999)

É oportuno salientar que no mesmo período da criação do PAIGC, foram criados, no seio da população guineense, outros movimentos de libertação dirigidos por alguns líderes, que mais tarde se aliaram ao PAIGC, como foi o caso da União dos povos da Guiné UPG em 1958, liderado por Henry Labery e do Movimento de Libertação da Guiné MLG, em 1961 de François Mendy Kankoila tinham uma linha de pensamento. Já a União Democrática Cabo Verdiana UDC, fundada em 1959; o Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde MLGCV, fundado em 1959, a União dos Naturais da Guiné Portuguesa UNGP, fundada em 1962 e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné FLING, possuíam outra linha de pensamento. Em 1962, só PAIGC estava ativo politicamente, em 1964 UNGP e FLING tentaram reaproximação ao PAIGC.

O partido promoveu seu 1º Congresso nos dias 13 a 16 de Fevereiro de 1964 em Cassaca – Quetáfine, onde defendia uma linha de unidade da Guiné e Cabo-Verde, pensamento este contestado por alguns integrantes do partido (LOPES 1900, p. 13), o fundador do PAIGC, Amílcar Lopes Cabral é tido como uma figura brilhante dos Nacionalistas Africanos, por defender o objetivo do partido com muita clareza e determinação, baseado em dois fundamentos: **1º** A Luta da independência é contra o regime colonial, e não contra o povo português, porque este é vítima da ditadura do estado novo liderado e guiado pelo regime fascista de Salazar; **2º** A luta contra o regime opressor fascista português é luta comum de todos os nacionalistas que sentem que seu povo está ameaçado, ou seja, subjugado (AMADO, 2003, p. 118). Considerando a dominação colonial como ato ilegal contrário aos princípios e “valores morais e políticos, o povo africano tem direito de decidir seus próprios caminhos e de andar com seus próprios pés”, para ele a guerra, além de trazer componente de afirmação da identidade, que se funda na formação do estado guineense e cabo verde, fortifica a decisão política em defesa dos direitos humanos por via de força capaz de pressionar o governo de Portugal a

dar independência aos territórios que ocuparam injustamente.

O partido, através do seu líder, Amílcar Lopes Cabral, desassossegou o poder colonial na África. De acordo com Amado (2003), as particularidades das estratégias da ação política do PAIGC impressionavam a todos os movimentos nacionalistas e líderes mundiais. Veja-se:

Uma guerra cujo substrato ideológico não se identificava com comunismo internacional, mas fundamentalmente, assente nos princípios do pan-africanismo, nos postulados das nações unidas e no dos Direitos Humanos (AMADO, 2003, P. 119)

O PAIGC era reflexo do seu líder e se destacou no seio dos nacionalistas africanos “justamente por sua ideologia de defesa aos direitos humanos, liberdade política e garantias fundamentais, autodeterminação e a consolidação da paz do povo africano”. (DAVIDSON, 1983, P.1134). Seu sucesso progressivo deve-se a estrutura política da sociedade civil, a capacidade da sua liderança, em particular, do secretário geral do partido. A liderança da guerrilha, no ápice, em 1965, na região libertada se organizou e se reuniu, no Sul e no Leste, para definir orientações do partido, tendo em conta as falhas verificadas pelos dirigentes superiores do partido na frente norte, concretamente, na localidade de Mores. Serviu também como ajuste de linha de pensamento do partido em relação a alguns dirigentes do partido, que colocavam os seus interesses acima do interesse geral da sociedade.

Congresso do PAIGC na Zonas Libertadas

Figura: 3º reuniões dos dirigentes do PAIGC nas Zonas Libertadas no leste da Guiné-Bissau. Autora: Bruna Polimerni em 1970.



Fonte: <<https://www.google.com.br/url>> Acesso 12 de mar 2016.

Serviu para acriação e estruturação política dos órgãos do partido, deu-se o surgimento das Forças Revolucionárias do povo da base (FARP), órgão supremo da Guerra, responsável para administrar a guerra em todo o território Nacional. (LOPES, 2004),

O governo português querendo evitar humilhação e a derrota política e militar nas colônias, promoveu através do governador da província Ultramarina Antônio Spínola, em 1973, uma negociação de paz, tendo Leopoldo Sedar Senghor, então Presidente do Senegal, como promotor de evento em Dakar, cidade do Senegal. As propostas apresentadas pelo governador da Guiné-Portuguesa não viabilizaram entendimentos de ambas as partes, e também o Chefe do Estado Português, Salazar, posicionou-se contra a negociação. Segundo ele a negociação com PAIGC colocaria em dúvida o seu poder de mando, caracterizando aceitação tácito de uma força política na Guiné, ou seja, implicaria no reconhecimento da existência dos movimentos nacionalistas africanos, tanto na Guiné e Cabo-Verde, como também em Moçambique e Angola, ato considerado inaceitável (CÁ, 2008).

A negociação política de Spínola com os guerrilheiros guineenses tinha como pano de fundo firmar acordo de paz nas colônias, instituir Estado Federado. Os territórios africanos seriam parte de extensão de territórios portugueses. De acordo com Amado (2003), a proposta não tinha base política de construir espaço de diálogo, para ele, a visão, ou seja, o pensamento de Spínola, traduz a manifestação preconceituosa dos ocidentais sobre o homem Africano negro, julgam que africano não tem capacidade intelectual, administrativa e política de dirigir seus próprios países. A resistência de Spínola em negociar com movimentos nacionalistas, por outro lado, explica o não reconhecimento da crise política militar pelo governo português, assim deflagrou a negociação de paz na Guiné e Cabo-Verde.

No final da década de 60 e no início década 70, PAIGC representado por Cabral, vai defender que a contradição revolucionária principal era a que opunha os povos dominados aos dominadores, mais do que o proletariado contra a burguesia dos países colonizadores” (LANJAREIRO, 2014, P.10) enfatizava que a “valorização no caso específico da luta que lidera o nível das forças produtivas e o regime de propriedade” são dois conceitos fundamentais, dado que a sua concepção de libertação nacional ultrapassa os marcos nacional da conquista formal da independência de um país, implica também na “libertação das forças produtivas humanas e materiais da nossa terra (CÁ, 2010).

O Movimento nacionalista da Guiné e Cabo-Verde recebia ajuda financeira, Armas, Munições, formação de técnicos administrativos, formação dos oficiais Militares da China, Rússia, Suécia e Cuba. A participação de Cuba era mais efetiva, na medida em que seus homens se envolviam juntos na guerrilha com movimento, com equipe de médicos nas zonas libertadas, foi caracterizada como uma ajuda incondicional por líderes do PAIGC (CÁ, 2010. P. 175).

A definição mais clara da incorporação do PAIGC na luta é seu caráter e sua visão de definição da política continental do povo Africano. Considerava a definição política uma mera divisão colonial para melhor explorar. Defendia que a união de dois povos facilitaria na condução da ação conjunta para deflagrar o Sistema Colonial (CABRAL, 1974)

Portanto, Cabral trazia para a luta política a soberania dos estados africanos. O modo de produção é a principal reflexão marxista, como sendo a base matriz do desenvolvimento econômico do continente (LARANJAREIRO, 2014). Qualquer processo histórico de uma nação deve se valer de um princípio de autodeterminação da vontade política da sociedade, “embora Cabral se tenha limitado” a contextualizar o uso do marxismo como ferramenta indispensável para a interpretação histórica, acabou por oferecer um dos complementos mais importantes ao Manifesto Comunista, ao defender que o nível das forças produtivas é um elemento determinante do conteúdo e da forma da luta de classes (LOPES, 2005, p 87).

A Luta de libertação era, acima de tudo, um ato de cultura, porque o povo lutava por vantagens, tais como “vida melhor, viver em paz” construir suas próprias vidas e o fator cultural, uma vez que acreditava que a resistência cultural era a mais efetiva formada regime fascista Salazarista deixar o povo sob o seu domínio (AMADO, 2003).

O elemento essencial da História de um povo, sendo o fundamento da libertação nacional o direito que qualquer povo, tem de possuir a sua própria História, o projeto colonial visava exterminar do processo Histórico o povo dominado “por meio da usurpação violenta contra liberdade do povo e o processo de desenvolvimento das forças produtivas”, neste sentido, que não deve proceder a excesso de valorização da cultura africana, mas sim uma reflexão e análise crítica sobre ela, se apropriar do mais importante para o progresso e desenvolvimento do nosso país (CABRAL, 1974b).

O princípio da reivindicação não se limita só a união do povo guineense de um lado e povo Cabo-verdiano, mas sim, construir uma única direção de íntima ligação, tendo em conta a situação política que separou durante tempos, assim, nas suas atividades políticas, têm admitido a participação e as manifestações das opiniões da massa, acatando o princípio de crítica e autocrítica das suas ações (1974, p.140). Como forma de reavaliar as ações dos movimentos.

Na iminência de explodir uma revolta em Portugal optaram de fazer uma reforma constitucional, os territórios africanos deixaram de ser colônias e passaram a ser chamados de províncias, extensão do território Português na África. Com essa reforma desobrigaria o governo Português de apresentar relatório anual sobre situação social do povo das colônias. De acordo com Amado (2003) a pressão exercida pela ONU, sobre a emancipação das colônias em África, considera-se uma justa causa, que os países cumpram o pacto das Nações Unidas sobre direitos humanos. Em 1966, mesmo assim o Estado Novo persistia em manter suas colônias (AMADO, 2003).

A Política Social do governo Português, já no início da guerra da libertação nacional nos anos de 1961, o governo colonial, em reavaliação da sua política de dominação, inicia uma política de inclusão dos nacionais nas forças armadas portuguesa “*Comandos Africanos*”, estes além de contribuírem na ação armada ativamente e na manutenção da política colonial, conheciam a realidade do continente e dos territórios. De acordo com Lopes (2005) esta política é tomada como oportunidade de emprego de melhoria de condições de vida dos nacionais em relação aqueles que se filiaram ao PAIGC, que viviam clandestinamente e eram perseguidos pelo regime (LOPES, 2005, p. 13). Essas forças opostas iriam constituir tensão política depois da independência, pelos que, de forma decisiva, lutaram pela independência (CÁ, 1999). Inclusive inicia-se o projeto de desestabilizar os movimentos nacionalistas com uma intensa propaganda denominada *Guiné melhor*, como demonstra cartazes usados no ato de propaganda;

Figura 4 - panfleto de propaganda do Governo para recrutar os jovens guineenses a fazerem parte da força armada portuguesa. 19690-1970



Fonte: disponível em <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2013>> Acesso 15 mai 2016.

A tradução dos panfletos acima expostos onde está escrito: *HOMI DI MATO RAÇOM DE LUTA CABADJA* - significa literalmente: Homem de mato a razão da luta acabou; segundo quadro acima, está em português, Guiné portuguesa será sempre Portugal, terceiro quadro *COMBATENTE BU NA IANDA ENGANADU NA MATO*, *COMBATENTE DISSA PAIGC GUINÉ MINHOR TEM LUGAR B ABO*, significa - Combatente você está andando enganado no mato hoje, combatente deixe o PAIGC por que Guiné já mudou e tem lugar para você, vem e apresente; a quarta figura *IN CÀ MISTI RIBA PÁ MATO* – significa - Eu não quero voltar para mato, quer dizer que os combatentes do PAIGC que viviam no mato em combate

permanente contra poder colonial, não existe mais razão de continuar isola.

Foi a estratégia política do general Português Antônio Spínola, quando chegou à Guiné em 1969, tentou vencer a guerra por via armada, sofreu baixa, conseqüentemente recorreu à via de promoção das políticas públicas, como construções de estradas de empregar os guineenses para atrair os combatentes do PAIGC, automaticamente enfraquecer o partido pelo marketing político (AMADO, 2013).

A propaganda imperial servia para poder atrair cidadãos nativos da Guiné e Cabo-Verde, a fim de dificultar a ação armada do PAIGC, que ocupava um terço do território nacional.

De fato, no início do projeto de Guiné melhor, o PAIGC sofreu impacto negativo, ou melhor, equilibraram as ações de duas partes, o partido teve que reformular sua retórica de discurso e política externa, o que ocasionou as derrotas do poder colonial no plano Internacional.

2.4 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ZONA LIBERTADA.

As políticas públicas eram criadas para determinadas camadas sociais, por exemplo: na Educação as “instituições públicas de ensino, funcionavam de forma fechada por si”, os alunos que tinham acesso à educação, eram obrigados a se afastar das comunidades de suas origens, estava no processo de transformação de status de Negro para Branco, existia também outro pré-requisito, a aprovação pela igreja Católica como “assimilados” deviam receber o Sacramento. Igreja e Estado funcionavam em íntima colaboração para civilizar o povo selvagem africano. Só em 1958, foi criado o primeiro Liceu na Guiné-Bissau, 60% dos alunos eram europeus, o restante eram cidadãos de segunda e terceira classes, mas com status de (*assimilados*), que quer dizer, não são africanos do ponto de vista social, segundo a política do regime colonial (AMADO, 2003, p. 113). São Africanos que recebem lavagem cerebral, que decidem renunciar sua cultura em favor da cultura europeia.

Na organização da sociedade civil nas zonas libertadas ocorreram dois processos interligados; 1º- estruturar a base ideológica do partido de construção do Estado Nação; 2º- a construção do desenvolvimento da base econômica de autos sustentáveis da zona Libertada (CABRAL, 1976). Criar políticas sociais de inclusão e

de participação de todas as camadas juvenis, o que implica em um conjunto de direitos igualmente desfrutados por todos os membros da sociedade.

O PAIGC definiu a sua política como “democracia nacional revolucionária”, conduzindo a uma política assente na unidade nacional e sem classes sociais estratificadas e adotou uma estratégia de desenvolvimento baseada no setor primário, com relevo para a agricultura que, no fundo, de sempre foi o sector base durante os longos anos do colonialismo. Mas não descordando da modernização da indústria do país” (LOPES, 2004, p)

Mister salientar que, na sociedade civil, suas Inter relações com os dirigentes políticos do PAIGC foi bem-sucedida, na medida em que havia melhoramento de vida da população nas zonas libertadas, que antes da luta, sua situação social era mais precária, as mudanças motivaram grande parte da sociedade a se integrar no projeto do PAIGC *Unidade e Luta*, como alternativa única para melhorar a vida do povo guineense e Cabo-Verde.

De acordo com Amado (2003) o movimento de libertação nacional da Guiné-Bissau conseguiu transformar-se em uma organização política e militar bem integrada, de diferentes etnias no domínio econômico e cultural, adotando disciplina de autocontrole de suas ações políticas em face ao governo colonial. A institucionalização da base política na Guiné e Cabo-Verde deu impacto positivo no que diz respeito à representatividade da sociedade civil. No decorrer da luta conseguiu instituir uma forma de participação envolvendo núcleos de Chefes de Aldeias, os *Chefes Tabancas*, coordenados pelos comitês de partido. Funcionavam como elo entre a direção do partido e a sociedade civil, havia deliberação das políticas públicas, passavam pelo processo de debates sérios. (PAIGC, 1974, p.141) o povo antes sem acesso a qualquer política pública sentiram mudanças de melhoria de vida.

Sobre a produção agrícola, atividade de cultivo de arroz, amendoim e de outros produtos de primeira necessidade, nas regiões do sul e norte, houve crescimento de 5% para 30%, o que permitiu abastecer a ação armada dos combatentes e também outras zonas pouco produtivas (PAIGC, 1974, p. 165). O novo sistema político de produção e de distribuição de bens e serviços e de atendimento à população se deu de fato da atividade agrícola, pois essa abastecia 80% do povo guineense que vivia e vive de agricultura, essa é razão do reforço de apoio aos agricultores para poderem produzir mais e desta maneira o partido manter

a política de distribuição de renda equilibrada (PAIGC,1974, p. 157).

A conquista da autonomia e da liberdade de manifestação de pensamento do povo foi efetivamente exercida a partir do momento em que a sociedade descobriu que seus direitos de cidadania estavam sendo violados sistematicamente. Primeiro o congresso do PAIGC, em 1964 marcou decisiva formação e organização da sociedade civil e criação da base social. Serviu também como ato para reorganizar as bases do partido e deliberar assuntos importantes como: instituição do poder Judiciário, sistematização do processo educativo e capacitação dos membros do partido nos assuntos ligados a política sindical e estruturação do sistema de saúde (1974, p. 151). Os resultados deste congresso permitiram crescimento de base do movimento em todo território libertado. Evidencia o primeiro passo vitorioso para fazer avançar políticas participativas que produziram nova visão sobre a organização social e garantias aos direitos humanos (CRUZ E BORBA, 2012).

Neste prisma, a experiência política de participação cívica da sociedade civil nas zonas Libertadas deu um salto positivo, todas as questões políticas eram decididas dentro do conselho da luta pela via de deliberações e aprovações pela maioria, para (LOPES, 2003) constituiu pontos importantes de incentivo aos cidadãos para se engajarem firmemente na luta.

No entanto, podemos recorrer a observação de (FEDOZZI, MARTINS, at et 2012) sobre possíveis variáveis de instituições de participação política do sul da Itália nos anos 1970, o autor entende que “quanto mais cívica a região, mais eficaz será o governo” assim, apesar do nível de alfabetização ser muito alto, tudo se funciona em torno da decisão coletiva, de acordo com estudo encomendado pelas nações Unidas-ONU, divulgado em 1965. Havia efetivação da cultura, participação na estrutura política do partido, visto como dados previamente preestabelecidos (MOISES, online 2012). Traços mais nobres, paixões mais generosas, convicções mais reais, condutas mais francas e ousadas”, e interesse particular eram reprimidos, sempre as paixões políticas tinham mais peso de que quaisquer interesses (JEFFERSON THOMAS, 1984, P. 220).

A efetivação das políticas públicas do sistema de saúde teve repercussão significativa. No seio do povo, a presença dos médicos Cubanos contornou toda situação, ajudou na formulação do sistema de política de saúde, na promoção e na formação dos enfermeiros e auxiliares para atender os casos de primeiros socorros.

No que diz respeito a atividade econômica, o abastecimento dos produtos de primeira necessidade, a efetividade da administração pública desde logo, o PAIGC delineou o plano de desenvolvimento de todos setores de produção de valores de bens nas zonas libertadas. O plano começou a ser executado e causou impacto positivo no seio da sociedade guineense, tributou significativamente nos avanços e conquistas de certeza a nível nacional e internacional ao PAIGC, o que evidencia a capacidade moral, ética e intelectual da competência de dirigir o país, futuramente, para o bem estar social.

FIGURA 5: Abastecimento de uma "loja do povo"... Deveria ser um armazém, na retaguarda, no território da Guiné-Conacri, junto à fronteira, donde depois partiam as colunas de reabastecimento para o interior, para as chamadas áreas libertadas.
Legenda original: "Transporting rice in the liberated areas in Guinea Bissau 1970.



Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2013/12/guine-6374>> acessado 15 maio 2016.

Assim, a mudança de visão política de desenvolvimento veio a ser demonstrada nos longos períodos de governo no país, o não investimento nos setores agrícolas, pecuária, pesca e comércio impossibilitou o crescimento econômico e aumentou a pobreza no país, com famílias desassistidas pelas políticas sociais.

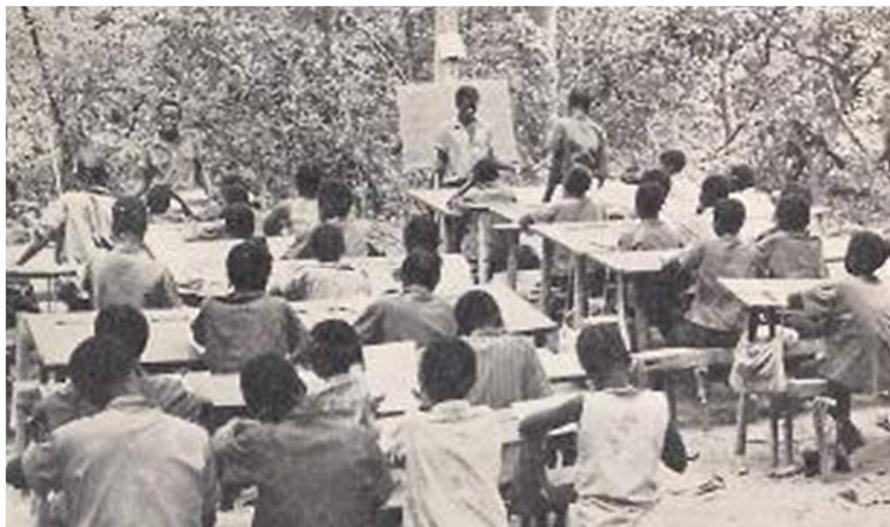
Por outro lado, políticas públicas já nascem com o início da luta de libertação nacional, quando Cabral entendeu que independência não resolveria as questões sociais agravadas pelos colonizadores há muito tempo. Portanto, sagrou as políticas sociais como um dos elementos centrais de combate ao poder colonial e

a formação ideológica dos militantes do partido. “Encarava a situação social do povo guineense com uma clareza política e objetiva a coerência entre sua opção e sua prática” (FREIRE 1977, p. 24). As mudanças de estrutura administrativa foram implantadas e funcionavam eficientemente nas zonas libertadas.

A reforma curricular do sistema educacional, forma de ensinar relacionamento entre alunos e professores, estrutura das escolas improvisadas de acordo com as condições sociais impostas. Os estudantes passaram a estudar geografia da Guiné-Bissau e seus potenciais recursos naturais, o projeto educacional funcionava em duas modalidades; (i) as aulas teóricas recebidas nas salas e a discussões teóricas; (ii) as aulas práticas aconteciam no campo.

Nas aulas do campo, alunos e professores se deslocavam para zonas rurais afim aprender, junto aos agricultores, as técnicas das “atividades produtivas” a sistematização desta experiência que deriva entre a “prática e teoria” (FREIRE, 1977, p.26)

FIGURA 6: Escola na zona libertada, período da luta de libertação nacional, publicado por Luiz Graça & Camaradas da Guiné, 7 de julho de 1967.



Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2014/11/guine-6374>> Acesso 15 mai 2016

Importante salientar que a alfabetização de crianças e adultos, funcionava ligado a escola de forças armadas revolucionários do povo/FARP, escolas técnicas de enfermagem, assistidos por profissionais Cubanos, sublevou a qualidade das

políticas públicas nas zonas libertadas, que para Freire era projeto realista adequado à realidade econômica do país. Veja:

Uma educação voltada para a concretização de valores como a solidariedade, a responsabilidade social, a criatividade, a disciplina a serviço do interesse comum, a vigilância, espírito crítico, valores em que forjou PAIGC no processo de luta de libertação (FREIRE, 1977, p.46)

O sistema de educação adquiriu a qualidade de repensar o processo do desenvolvimento sobre a ótica de ideologia do estado social, preocupada com as condições humanas.

Foi com base nessa experiência adquirida nas zonas libertadas que se estabeleceu o sistema educativo guineense, depois da independência, já em 1986. Depois do golpe militar a política educativa, a prestação de outros serviços sociais, que sempre contava com a presença dos doadores e organismos internacionais, fornecendo “livros e financiado operações sobre programas” a manutenção dos serviços públicos necessários, que visa superar as lacunas deixadas pelo programa de ajustamento estrutural econômico, executados em 1984, aparece na pauta do governo, a discussão sobre a viabilidade do programa educacional. Dessa situação despontam duas linhas de entendimento; (i) atuação do governo em garantir a educação para todos, defendida pelos liberais, o Estado deve garantir acesso à educação a todos cidadãos, é direito fundamental; (ii) privatização do serviço em loteamento de cada família, ou seja, o governo deveria exigir o mínimo de condição econômica familiar para os filhos poderem ter acesso à educação, ou seja, contribuir financeiramente por meio de taxas pelo serviço prestado pelo Estado, de acordo com o número de filhos. Privatizar a educação, caracteriza exoneração do Estado da obrigação de prestar serviço nobre. Assim, a atuação do Estado estaria vinculado a fiscalizar padrões mínimos de qualidade de serviços prestados por instituições privadas (CÁ, 2011, p. 195).

Neste período, o setor privado não detinha condições mínimas estruturais, capacitações docentes e programas pedagógicas para oferecer serviços de qualidade, sendo assim, a conjuntura educativa decresceu. Para o Banco Mundial, a causa principal da péssima qualidade de ensino era a despreparação dos professores. Propôs a reforma do sistema para os países em desenvolvimento onde

Guine Bissau é incluso, diante da preocupação do aumento de analfabetismo que atinge principalmente camadas sociais desfavorecidas economicamente.

Cá ainda aponta outros fatores que dificultam o crescimento do ensino, os quais são: grupos étnicos, diferentes segmentos religiosos e regionais “explica de certa forma” a discrepância da performance escolar por falta da política de incentivo. (CÁ, 2012). Outro problema que afeta, trata-se da política salarial das categorias dos professores, ganham salário ignóbil, não permitindo terem a vida confortável, por outro lado.

Havia participação das mulheres no Movimento de Libertação Nacional PAIGC, apesar de que, na cultura africana, algumas etnias afastam as mulheres dos processos de debate de ideias, devendo só os homens com certa maturidade, ou seja, os mais velhos, *anciões*, participar no debate. Foi nessa base que Amílcar Cabral adquiriu experiência e inovou, introduzindo novos componentes valorativos, já que se tratava de cultura hegemônica de múltiplas etnias. (CABRAL, 1974).

Não obstante constituiu uma cultura que a maioria das etnias guineenses tratavam mulheres de forma discriminatória, inclusive com limitações de expressões sobre certas matérias das comunidades, na medida em que Cabral assumiu este papel mediador para formação do novo homem, novo povo, nova cultura e novo país, procurou trazer unificação das culturas segmentadas que seja viável para todos, dentro do Lema da Unidade Nacional.

Através da atuação do PAIGC germinou a ideia revolucionária de que era necessário valorizar a camada feminina no processo revolucionário, nessa base, por orientação política, instruiu a criação da Unidade Democrata das Mulheres- UDEMO, no dia 18 de junho de 1961, na república da Guiné Conacri, onde funcionava a sede do PAIGC.

O gesto do partido ganhou destaque nacional e internacional, visto pela seriedade que o líder encarava a situação política de inclusão como demonstra a foto de 1961 nas zonas libertadas abaixo exposto:

FIGURA 7: muitas mulheres deram a vida pela independência da Guiné-Bissau. Fonte: GBISSAU.COM.



Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2014/11/guine-6374>>. Acesso 15 mai 2016.

As Mulheres estavam no centro do processo de desenvolvimento da guerra de libertação nacional, esse espólio de participação feminina revela, claramente, no arcabouço do PAIGC, transversalmente, a presença massiva da organização das mulheres do partido em todas as áreas sociais e econômicas:

Se é verdade que cada mulher é um mundo, também é verdade que cada mulher dá a sua contribuição para mudar o mundo. A luta de libertação não foi exceção. Ao lado dos homens estiveram mulheres que partilharam os atos de heroísmo, os momentos de angústia, as horas de medo, os arrebatamentos de coragem (REÍS 2015, n 11:17).

Por isso, a retribuição àquelas mulheres que dedicaram suas vidas em prol do continente africano, receberam a digna homenagem em 1962 em *Dar es salaam* ou Dar es Salam, Cidade de Tanzânia, pela Organização Pan-africana O.P.M. de Mulheres de 14 países e 8 movimentos de libertação, para prestar, exaltar e ao mesmo tempo conscientizar as massas sobre a guerrilheira Ernestina Sillas, conhecida por (Titina Silas), heroína da independência da Guiné-Bissau. Serviu de

destaque internacionalmente o avanço de emancipação e também para todas as mulheres de forma direta ou indireta contribuíram para paz na África.

FIGURA 8: formatura das mulheres no secretariado do PAIGC na Guiné Conacri em 1970.



Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com.br/2014/11/guine-6374>> acesso 17 mai 2016.

Depois da independência, em 1973, houve queda de participação das mulheres em toda esfera pública, mas continuam sustentando e servindo como base da organização do partido. A presença das mulheres só voltou a ter mais visibilidade em 1987, na reforma da política econômica em 1986 (GOMES 2012, p. 08).

A presença das mulheres na política contemporânea de acordo com relatório dos observadores internacionais da União Europeia de 2012, revela a disparidade da representação de gênero na política, ou seja, de trazer para dentro este componente feminino que de fato é elemento admirável na representação ou na condução das políticas públicas. No multipartidarismo de 1991, período que destacou mulheres na luta política e na estabilização do regime democrático em diversos domínios, principalmente nas organizações políticas, nos órgãos de comunicações sociais e na ANP.

2.5 PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO-VERDE 1973/1974

No início de 1973 o partido já se preparava para a proclamação unilateral da independência, pretendia legitimar todos os órgãos do partido. Neste contexto, não se tratava de um partido ou movimento, mas sim, como Estado, com todos os elementos essenciais, consistente em dar mais poder de decisões políticas através do sufrágio universal (voto), nesse molde, que apresenta Lopes (2004), é por meio desta instrumentalização de mecanismos capazes de constituir um marco central da política do partido. Cabe registrar que, no meio de pôr em prática nova arquitetura participativa da sociedade civil para formar um estado através da força social manifestada com desejo de ter sua liberdade, acontece o assassinato de Amílcar Cabral, em Conacri no dia 20 de janeiro de 1973.

Este acontecimento tem impacto negativo do ponto de vista político, ao PAIGC, com força e determinação seguiu avante e firmeza no sentido de dar provas da força da massa popular e de conquistar sua independência, a morte de Cabral deu mais alibi aos combatentes a emergirem na vontade política contra o governo colonial.

A proclamação da independência nas zonas libertadas em 24 de setembro de 1973, no dia 23 de setembro, reuniu os delegados eleitorais, representando a população na primeira sessão do Estado Guineense pelo órgão da soberania nacional, a Assembleia Nacional Popular ANP, autoproclamou a independência com unanimidade dos delegados (PAIGC, 1974)

Figura: 9º Proclamação de independência unilateral no sul da Guiné-Bissau, Madina de Boê 24 de setembro de 1973, autor: Bruna Polimina.



Fonte: <<https://www.google.com.br/url>> Acesso 12 de mar 2016.

Nesse congresso do partido, Luiz Cabral, Irmão de Amílcar Cabral, foi escolhido como primeiro Magistrado do Conselho do Estado (Presidente da República) no mesmo ano, a Maioria dos países africanos, União África e Nações Unidas ONU resolução 93-7, reconheceram a Guiné e Cabo-Verde como estado independente, serviu de pressão a rápida negociação por parte do poder colonial com participação dos organismos internacionais, para que reconhecesse como estado autônomo e assim deliberaram a retirada das suas forças nos territórios da Guiné e Cabo-Verde.

Os primeiros efeitos das mudanças começaram a aparecer com a queda do Estado Novo “em 25 de Abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas, com imediata e vastíssima adesão popular, punha fim ao regime do Estado Novo que dominara Portugal quase durante meio século”. O Que resultou na retomada de negociação e reconhecimento da independência, no dia 10 de setembro de 1974, através do acordo de Argel (Argélia), destaco aqui trecho importante de acordo de paz que deu autonomia política e administrativa ao Estado guineense e Cabo-Verde:

Reunidas em Argel aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, as Delegações do Governo Português e do Comitê Executivo da Luta do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), na sequência de negociações bilaterais anteriormente realizadas, em ambiente de grande cordialidade, em Londres e Argel, acordam no seguinte:

ART 1.º O reconhecimento de *jure* da República da Guiné-Bissau, como Estado Soberano, pelo Estado Português, terá lugar no dia dez de setembro de mil novecentos e setenta e quatro.

ART 2.º Com a assinatura deste Protocolo de Acordo o cessar-fogo mutuamente observado de facto em todo o território da República da Guiné-Bissau pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se automaticamente em cessar-fogo de *jure*.

ART 3.º A retração do dispositivo militar português e a saída progressiva para Portugal das forças armadas portuguesas continuarão a processar-se de acordo com o estabelecido no Anexo a este Protocolo, devendo essa saída estar concluída até ao dia trinta e um de outubro de mil novecentos e setenta e quatro (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, UNIVERSIDADE DE COIMBRA).

Acordo bilateral entre o PAIGC com o governo português, expressa afirmação da existência de uma força dirigente do país e reconhecimento da sua

força política armada e diplomática do PAIGC, o ato que reafirma a Independência unilateral já celebrado em 24 de setembro em 1973, no dia 10 de novembro de 1974, que o governo de Portugal reconhece de forma expressa a Guiné e Cabo-Verde como país independente, depois da revolução de escarvo de 25 de abril de 1974, liderado por general Antônio de Spínola, que liderava guerra na Guiné em 1969/1970.

O primeiro ato simbólico da proclamação da Independência repercutiu fortemente nas ações armadas de todas as colônias portuguesas: Angola e Moçambique, estes vieram a ser independentes em 1975. Em relação a visão PAIGC de eliminar a exploração do homem pelo homem, devem-se consolidar as forças em torno de um objetivo comum de criar condições favoráveis para o desenvolvimento econômico, político e social, bem como a valorização da cultura. (CÁ, 1999) entendia que a estrutura econômica a ser seguida, seria a cópia daquele que vinha sendo implementado pelo partido nas zonas libertadas de baixo para cima (LOPES, 1980).

Seguindo a mesma orientação do princípio do Partido que dirigia o Estado, no III congresso do PAIGC em 1977 serviu para definir sua linha de ideologia política, reafirmar a “Democracia Nacional Revolucionário” como base de Unidade Nacional do povo da Guiné e Cabo-Verde, o que serviu para criar a base estrutural da sociedade (LOPES, 1981).

Lembrando que, mais tarde, o partido comunista Sul-Africano de Nelson Mandela chega ao poder na África do Sul, em 1990, ocorre a estabilização da sociedade civil, através dos sindicatos progressistas, o que levaram a crer na melhoria de condições de vida política do continente (LOPES, 2004, p. 15).

2.6 INTERESSES DE PORTUGAL E A FRANÇA SOBRE GUINÉ-BISSAU.

Depois da independência em 1983/1974, o novo governo assume o poder administrativo, começou a montar sua estrutura administrativa do estado guineense, como não havia uma política de desenvolvimento do setor econômico, voltada à inclusão de toda camada da sociedade (AMADO, 2003, p. 07), para-se afastar da influência da dominação portuguesa, criou estrutura do governo que funcionava em torno do conselho do estado vinculado ao órgão superior do partido. O Presidente da República era chamado de Presidente do Conselho do Estado, Primeiro Ministro,

Vice-Presidente do Conselho do Estado, isso exprime a forma do governo semi-parlamentarismo (CÁ, 2008).

Isso ocasionou distanciamento de Portugal, nos primeiros momentos, conseguintemente Suíça, Alemanha Comunista, Rússia, Cuba e China, aproximaram-se cada vez mais, incluindo França e Estados Unidos da América, que também desempenhou um papel fundamental na definição da política econômica na Guiné e Cabo-Verde, pós-independência. Foram estes juntos com o novo governo que asseguravam, financeiramente ao país a sua autonomia. A participação da França e Estados Unidos da América tinham como pano de fundo criar um ambiente sólido para o liberalismo econômico e respectivamente uma democracia representativa do modelo Ocidental.

Nos anos 1975 no setor de pesca, a França criou a empresa Sema pesca, empreendimento que visava abastecer o mercado interno do produto de pescado e Indústria montadora EAG. Houve também a participação da Cintroen, neste último as peças eram importadas da França, diríamos que os investimentos ou financiamentos efetuados por estes países, em sua maioria, eram vinculados aos acordos maus feitos, financiamentos vindos da França e direcionado para a compra dos produtos Franceses, isto é, devolver o financiamento ao mercado do financiador (CÁ, 1999, p. 80) muitas das vezes o projeto industrial não beneficiava a sociedade.

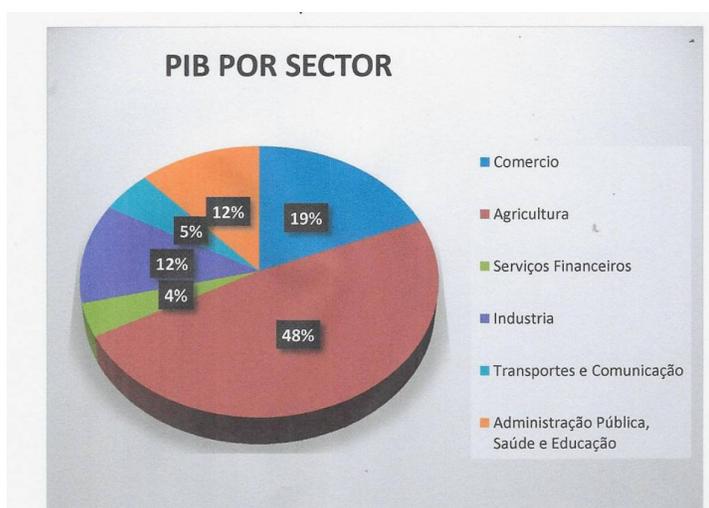
Os investimentos eram concentrados na cidade de Bissau, frustrando as ideias da visão política econômica de Cabral; a concentração de investimentos públicos do Estado guineense, como aconteceu nos anos 1973 a 1980, provocou maior êxodo rural do campo para cidade, o que refletiu na queda de produção de produtos agrícolas nas regiões do país. Os jovens são atraídos pelos empregos e por melhores condições de vida na cidade, esquecendo que a mão de obra deste era muito baixa e o funcionamento das indústrias dependiam de produtos agrícolas, nesta condição como não existia políticas públicas efetivas de proteção e de fomentos a produção agrícola, ou seja, garantir o mínimo existencial acarretou uma situação de escassez de produtos e houve enfraquecimento de produção quase em todos os setores chaves de desenvolvimento. A falta de mão de obra qualificada, a falta de planejamento de industrialização, a fragilidade da economia por sua natureza, porque estava no momento inicial. Para Amado (2003) o planejamento de desenvolvimento da economia da Guiné-Bissau não destacou setores importantes capazes de impulsionar aceleração efetiva do mercado, observando o quadro

exposto abaixo de como foi a política de distribuição de investimentos públicos neste período.

Distribuição Regional de Investimento em todas as regiões ao invés de seguir procedimentos equitativos de acordo com a densidade populacional de cada região optou por direções diferentes, não deu ênfase a real necessidade de produção em cada localidade.

Quadro de Investimento

Figura 10 - gráfica de investimento do governo em todas as regiões da Guiné.



Fonte: Relatório de Associações de Indústria Portuguesa de 2012, p. 98)

E este quadro de distribuição de Investimentos regionais nos leva a crer que havia um equívoco de desenvolvimento regional, deixando de investir nos setores primários “produtivos do país” (CÁ 1999, p 77 *apud* DOWBOR, 1983) segundo este autor, é inexplicável a inversão do plano de desenvolvimento do governo na cidade, querendo promover o desenvolvimento a custos muito altos, a instalação de várias fábricas, a “indústria” de linha de montagem de automóveis em Bissau, “projeto agroindustrial de Cumeré” abandonou o setor primário de desenvolvimento, que é agricultura, pesca e pecuária.

Seis anos do governo de Luiz Cabral de 1974 a 1980, o país no plano econômico está totalmente quebrado, a perda de credibilidade do povo que lutaram durante 11 anos. O governo demonstrava sua incapacidade administrativa sobre a situação das políticas públicas. Ao final de 1980, os investimentos nas políticas de

industrialização sem planejamento ou equivocada do Governo, causaram a clivagem interna do PAIGC Partido-Estado, Governo e Exército, criam tensões políticas da Ala de Cabo-Verde e da Guiné-Bissau, o que se transforma num conjunto de situações, perseguições políticas, levando ao clima de insegurança e desconfiança das lideranças políticas, a pressão de interesses externos de Portugal e da França, no controle do mercado econômico do país, tudo fruto da má gerência dos conflitos vindo desde luta de libertação nacional.

O governo de Luiz Cabral, da qual Nino fazia parte, em 12 de novembro de 1980, aprovou a reforma da constituição através do texto da emenda, com o intuito de reformular a política, nesse contexto, o então Presidente da República Luiz Cabral, promoveu novos oficiais de origem Cabo-Verdiana, recém-chegados de formação em Portugal, o que causou clivagem entres oficiais de origem Guineense com os de origem cabo-verdiano.

Também havia ações do governo na regulamentação da algumas situações pendentes desde a colonização, a reincorporação de Casamansa, uma região na província norte da Guiné-Bissau, que foi anexada ao Senegal na negociação entre Portugal e a França, a qual também envolvia algumas questões pontuais das relações de duas nacionalidades, BIAGUE (informação verbal) segundo o professor, na reforma constitucional de 1980, na Guiné Bissau, previa também condição de Cabo-verdiano ser presidente da República na Guiné-Bissau, enquanto que na constituição de Cabo-Verde não havia previsão expressa de um Guineense ser Presidente da República,

Na Constituição e no estatuto do PAIGC no seu art.4º previa Pena de morte em caso de atentado contra a segurança nacional, mas, em cabo-verde não havia esta previsão legal, foram justificativas que resultou no afastamento de Luiz Cabral, em 14 de novembro de 1980, por autodeterminação do Conselho Revolucionário liderado por João Bernardo Nino Vieira.

De acordo com Amado (2003), a deposição do Luiz Cabral trata de desfecho de tensões políticas internas do PAIGC, das contradições ideológicas de interesses pessoais dos líderes do partido e a cobiça externa sobre domínio de influência no país. Para Lopes (2004) ele era o Líder do Golpe, João Bernardo Nino Vieira, exercia função de Vice-Presidente de Conselho do Estado, os motivos apresentados não mereciam crédito, uma vez que a maioria dos dirigentes do PAIGC eram guineenses.

A partir de então o Lema: Unidade e Luta entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau politicamente perdeu sentido, o sonho de Cabral de unir as duas nações desmoronou-se. A resposta imediata dos dirigentes Cabo-verdianos foi recriar a nova sigla do partido, invés do PAIGC criou Partido Africano para Independência de Cabo-Verde PAICV (LOPES, 2005).

O Conselho Revolucionário, em 14 de novembro no poder na Guiné Bissau, as negociações relacionados possíveis reincorporação de Casamansa, simplesmente foram suspensos, a França, por sua vez, intensifica sua cooperação com Guiné-Bissau através de organizações sub-regionais, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental CEDEAO, Zona Franca em 1985 e União Econômica e Monetária dos Estados do Oeste Africano UEMOA em 1997, a maioria dos países que constitui estes blocos são Francófonos.

Um marco importante dessa aproximação entre Guiné-Bissau e França, em 1997, quando o país aboliu sua moeda nacional, o **Peso da Guiné** em favor de um projeto suicida da França UEMOA (franco CFA), para Lassana Mané Economista Planificador Financeiro (2015), o uso da Moeda Franco CFA, controlado pelo Banco Central da França é assistência suicida instituída com o objetivo de manter os países africanos na pobreza extrema. A adesão a essa moeda, expressa claramente a incapacidade dos líderes guineenses de responder com as expectativas do povo (PEREIRA, 2005).

3 O LIBERALISMO ECONOMICA

Pós independência o estado guineense assumiu papel central de regulamentação do mercado na formação de preços, abastecimento dos produtos no mercado interno, importação e exportação de bens e serviços através da Empresa Pública Armazém do Povo, criada desde a luta armada de libertação e das empresas nacionalizados para gerenciar os recursos do país, com a adoção do centralismo econômico (economia estratificada), previsto na Constituição da República da Guiné-Bissau no seu artigo 8º: “Estado desempenha papel decisivo na planificação e no desenvolvimento harmonioso da economia nacional”. Assim a defesa de economia planejada e dirigida pelo estado, limitou a atuação do setor privado. Defendia o socialismo que interfere no monopólio do estado na economia. Foi uma tentativa de unificar a sociedade civil, fortalecer sua base econômica, criar condições para uma vida digna, acabar ou rejeitar o capitalismo que cria divisões de classes (SAMBA, 2011).

Como não havia divisão de classes, Guiné-Bissau seria o terreno fértil para um plano de desenvolvimento capaz de aplicar justiça social, distribuição de renda, efetivação das políticas públicas como instrumento indispensável na criação de condições para dar dignidade aos trabalhadores do campo, os quais eram oprimidos pela política de exclusão social do governo colonial, foi dessa massa camponesa que se constituiu a maioria da população guineense.

A concentração da propriedade em poucas mãos representa um retrocesso político e é igual a prática dos colonizadores, que, para Cabral este tipo de política, desfaz todo sentido da revolução política, econômica e cultural, a qual o povo conquistou com sua independência (CABRAL, 1974).

O governo de imediato se pautaria pela construção de uma sociedade igualitária, no intuito de combater e abolir a política de criação da classe burguesa, de modo a não existir exploração do homem pelo homem. De acordo com ele, a decisão política econômica, não representa ameaça ao capitalismo, mas sim protege a sociedade de qualquer tentativa de escravizá-la em nome do salário ou de lançar mão daquilo que é da coletividade.

3.1 SISTEMATIZAÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA NA GUINÉ E CABO-VERDE

Assim, antes da independência da Guiné e Cabo-Verde, PAIGC estabeleceu diretrizes de desenvolvimento de uma economia do mercado chamada “*escambo*”, quer dizer troca de produto por produto de forma direta (SINGER, 2004 p. 43), entre os produtores rurais nas Zonas Libertadas. Neste período se tratava de uma parcela de território onde era necessário implementar uma política econômica tendente àquela sociedade, essa prática serviria de base para estabilizar o mercado econômico após a independência (CÁ, 2008, p.157). Em 1974, AIGC com seu governo do partido único, não só enfrentou dificuldades econômicas, como também precisava adotar uma política capaz de criar segurança do mercado econômico, editou um conjunto de medidas econômicas e políticas tais como: Criação da nova moeda (*Peso*) em 1976 (CÁ, 2008, p.157).

Para o partido, sistematizar a estrutura econômica do país seria o caminho de orientação para uma nova composição, já que se trata do Estado de modo geral, que evitaria qualquer política de exploração dos seus recursos naturais por outros. Os dirigentes estavam cientes dos objetivos necessários e capazes de fortalecer a economia nacional. A dificuldade de uma maior estabilização da política econômica residia na ideologia política e na definição do modelo de desenvolvimento econômico a ser seguido. Não obstante, a definição de controle do estado na economia (CÁ, 2008, p. 159) estabeleceu um mercado imperfeito (GARAFALO, 2002, p. 188) nos sete anos do Governo de Luiz Cabral de 1973 a 1980. Os discursos eram centrados no fortalecimento do mercado e na valorização dos produtos internos manufaturados, provenientes dos pequenos agricultores em diferentes regiões do país, por isso, seria necessário o fortalecimento do poder do Estado para assumir o controle do mercado econômico e, assim, dispor de políticas e distribuição de recursos equitativos a toda sociedade (CÁ, 2010, p 159).

De acordo com Carlos Cardoso (2003) em 1974, Guiné-Bissau dirigida por PAIGC, optou pelo modelo de desenvolvimento socialista (CARDOSO, p. 260). No relatório intitulado “*Le développement accéléré en Afrique au Sud du Sahara*”, os países ocidentais entenderam que a maioria dos países africanos que seguiam o modelo de desenvolvimento socialista, possuía crescimentos desastrosos, lançaram, pois, estratégias políticas para atrair estes países através da política de

financiamento de longo prazo do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), (CARDOSO, 261).

Produtos manufaturados, vindos dos pequenos agricultores, giram em torno do Estado como comprador, e quem fixa os preços dos produtos, no entanto, é o comprador, o que institui a formação dos preços padronizados, a negociação dependia da vontade do comprador (SINGER, 2004, p. 17). O Estado da Guiné-Bissau, como comprador dos produtos produzidos nas diferentes regiões, para manter suas novas indústrias de transformação em funcionamento teria de articular a compra dos produtos conforme a necessidade de aquisição de preços.

Cardoso entende que o processo de industrialização da Guiné-Bissau, na realidade centralizou na cidade Bissau com poucos quadros competentes de fazer todas as máquinas funcionarem na sua totalidade, para ele não seria necessário trilhar por este caminho, o qual levou o país a desastre econômico. Observe o trecho abaixo:

Na prática, aquilo que se poderia chamar de tomada de posições *ad hoc*, porque não servia à estratégia enunciada, deu prioridade a projetos industriais estatais em grande escala, financiados com empréstimos a longo prazo e que funcionavam em média a 25 % da sua capacidade. Uma parte considerável dos recursos externos foi utilizada na modernização de equipamentos, que não foi acompanhada, ao mesmo ritmo, pela evolução da capacidade da sua utilização produtiva, da sua gestão e da sua manutenção. Os novos quadros do país encontravam-se concentrados em Bissau para apoiar o esforço inicial de auto-organização do governo, e os investimentos seguiram igualmente esta concentração na capital, em total desacordo com a estratégia oficial de desenvolvimento (CARDOSO, 2003).

Contribuiu na desarticulação das atividades agrícolas manufaturados e na concentração de renda na cidade, formando centralização do poder, oposto aos princípios do partido, que afirmava ser contrária a formação de uma classe burguesa (CABRAL, 1974), a maioria dos dirigentes do PAIGC eram oriundos da cidade de classe média e de origem Cabo-Verdiana (*Kristons*) denominam em *Crioulo* (Cristãos) (KOHL, 2011, p. 46) representava outro problema interno do partido no poder.

Revoluções políticas e econômicas não foram bem-sucedidas, supostamente pela má gestão da política de desenvolvimento econômica do Estado pelos dirigentes políticos do partido único PAIGC, ou seja, foram afastados ideais defendidos por Amílcar Cabral, que era o de descentralização do poder

administrativo e do mecanismo político de participação da sociedade civil (CÁ, 2010, p. 163).

O centralismo econômico do estado contribuiu para a fragilização do mercado econômico, mais tarde suas consequências foram sentidas na medida em que houve enfraquecimento de produção de produtos agrícolas, destinada a abastecer pequenas indústrias na cidade, o Estado se tornou dependente de financiamentos dos parceiros externos para cumprir suas obrigações sociais, como por exemplo, o pagamento de salário dos funcionários públicos.

Para Cardoso, o monopólio do Estado na fase chamada de socialismo maquiado, não se verifica tão somente no mercado econômico, mas também em todo domínio social, as empresas privadas e pequenas indústrias foram nacionalizadas, essa ação do Estado, faz nascer uma nova classe, a burguesia burocrática, isso confundia o partido e o Estado e gerava acumulação de riqueza dos dirigentes políticos (CARDOSO, 2003).

O colapso de construção do socialismo na Guiné-Bissau, começou a ter sentido nos anos 1986, tendo em conta os resultados obtidos nos anos anteriores de governação do PAIGC, que na sua política não assumiu claramente as diretrizes matrizes do desenvolvimento do Estado (CÁ, 2010, p. 175), o fracasso se tornou mais real quando o governo guineense recorreu ao BM e FMI para implementar Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Observou que seria a única via de salvar economicamente o país, visto que os países socialistas suspenderam seus apoios financeiros, emergiram na busca de novo rumo do desenvolvimento, sem levar em conta a legitimidade política conquistada na luta de libertação nacional.

Para entender que o programa de aceleração da economia não foi ato espontâneo ou planejado pelo governo guineense, mas execução do projeto dos países ocidentais, que vinham tentando retomar seu domínio econômico sobre a Guiné-Bissau. Para isso acontecer, era necessário assegurar programas neste domínio, mesmo sabendo dos riscos possíveis. Também seria o caminho de desenhar o regime político (democracia ocidental).

Neste momento, ao invés de transferência de bens privados para o público, que caracterizava o estado social guineense, começou a ser sentido uma política de clientelismo, fazendo surgir a transferência de bens públicos para o setor privado. Este ato não se trata de privatização, mas sim saque ao erário público, isto aconteceu durante a implementação do Programa de Estruturação Econômica

(PAE). A motivação dos parceiros econômicos como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, era de incentivo às empresas privadas e desengajamento da intervenção do estado na economia, através de privatização das empresas públicas ou nacionalizados, fortalecendo a classe política dominante no poder e criando uma burguesia comercial com ascensão de empréstimos (CARDOSO, 2003).

Para Gomes, o Programa de Estruturação Econômica que ensejou na liberalização econômica não tem designo de criar divisão de classes social, apesar de sua execução interferir, favoravelmente, no acesso à classe política e aos amigos destes, aos créditos de financiamento etc. De ponto de vista político, criou ambiente desfavorável para aqueles que não têm influência política (GOMES, 2006) visto que, os requisitos de financiamento não eram bem definidos.

O PAE não trouxe benefícios à sociedade, pelo contrário, criou um cenário novo de conflitos sociais, ou melhor, houve uma desconstrução da cultura política de solidariedade e deu privilegio a uma certa parcela da sociedade, a qual teve acesso aos recursos em detrimento de ocupação política.

Para CÁ, num Estado Social Democrata Popular, como caso da Guiné Bissau, as únicas disputas legítimas referem-se aos meios e não aos fins. (CÁ, 2010, p.164) O desenvolvimento econômico a acompanhou com a desconfiguração do Estado Social imaginado pela sociedade guineense. Causou cada vez mais desagrado no seio da população e na estrutura das forças armadas, que foi elemento decisivo na conquista da independência.

Autores como Gomes (2006) afirmam que o liberalismo econômico impulsionou o mercado interno, permitiu maior dinâmica na balança comercial entre 1986 a 1990, conseguiu fluir no nível do consumo, (GOMES 2006, p. 04). Já Cardoso (2003) afirma que o efeito PAE, para além do programa ser falho, o Estado descumpriu sua obrigação pela má gestão, o ato traduz a conduta imparcial dos gestores políticos perante os parceiros internacionais na cessão de crédito, ou seja, implicações ou interferências dos políticos na distribuição dos créditos.

A estruturação do mercado comercial guineense ficou fragilizado e ocasionou a presença de alto nível de produtos de origem duvidosa, cerca de 60% das mercadorias têm origem de clandestinidade, que não traz benefício ao Estado em termo de arrecadação. Samba (2011) destacou dois tipos de subsetores informais: (i). Empresas de pequenas proporções nas áreas rurais e urbanas - que

atuam ativamente nas vendas dos produtos aos consumidores finais; (ii). Empresas com proporções maiores formalmente, mas juridicamente irregulares – adquirem seus produtos clandestinamente, eximindo-se de responsabilidade tributária (SAMBA, 2011).

São apontados outros fatores que faz aumentar a informalidade do mercado guineense (alta taxa tributária), em comparação com outros países sub-regionais e ainda a burocracia instituída pelo governo guineense, a qual impede os pequenos produtores de emergirem e de participarem nas competitividades no mercado ou de crescimento (SAMBA, 2011).

Gomes destaca três categorias de atividades informais no mercado guineense: (i) Categoria de atividade comercial, que garante a sobrevivência – é praticado pelas mulheres com maior proporção, respectivamente nas regiões do país sem perspectiva de crescimento e com as técnicas tradicionais de produção, caracterizado como atividades empresárias de subsistência familiar; (ii). Categoria de microempresa, que praticam atividade informal real – usam as duas técnicas de produção, moderno e tradicional, caracterizadas por pequenas lojas situadas nas cidades das regiões, funcionam aparentemente formais, mas muitas delas irregular; (iii). Categoria de médias empresas, a maioria destas ficam na cidade Bissau, possuem mais de 10 funcionários, suas atividades podem ser simples ou complexas, dependendo do ramo de atuação, a maioria destas empresas são regulares, pagam contribuições tributárias ao Estado.

A exclusão no mercado das camadas mais vulneráveis economicamente, tem aumentado desde 1998, depois de conflito político militar. De acordo com Gomes, estima-se que dos 1.320.595 habitantes, 764.672 vivem nas comunidades familiares pobres, para ela, existe outro fator de ordem estrutural que contribui no aumento de nível de pobreza, a corrupção na gestão das coisas públicas e a falta de investimento nos setores produtivos (GOMES, 2006).

Quadro 10: pobreza humana por gênero.

Regiões	IPH para as Mulheres	IPH para os Homes
Bissau	35,0	30,6
Bafata	64,4	51,9
Gabú	60,3	42,1
Cacheu	67,7	60,6

Biombo/Bolama	57,6	47,9
Oio	67,7	60,6
Quinara/Tombali	63,5	38,7
Guiné-Bissau	53,5	48,7

Quadra 1: dados extraídos relatório de PNUD, Rapport national sur le développement humain en Guinée-Bissau 2006.

A ausência do poder de decisão ou de poder de posse material atinge mais as mulheres. A desorganização do mercado interno condiciona os que praticam a agricultura familiar a emergirem nesse ramo, uma vez que são excluídos de incentivo do governo no processo de desenvolvimento, o qual praticamente não existe, nisso o país importa mais e exporta pouco.

No índice de desenvolvimento social, na avaliação feita pelo Banco Mundial em 182 países, a Guiné-Bissau ocupa 176ª posição, uma pobreza generalizada, baixos salários e falta de oportunidade. A expectativa de vida é de 49 anos, caracterizada pela precariedade do sistema de Saúde.

Abaixo temos a estrutura produtiva apresentada pelos índices econômicos, com seus respectivos índices de crescimentos de 2013.

Gráfico de PIB por sector de desenvolvimento

Figura:1 1º Fonte dados extraídos no Relatório Associação de Industria Português AIP 2014.

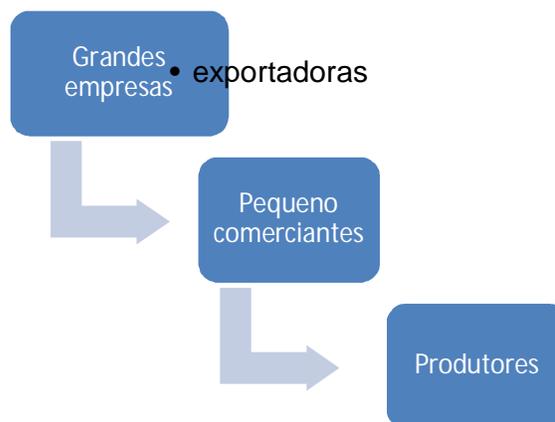


O setor agrícola, apesar de ainda ser praticado com as técnicas rudimentares, é o setor com maior índice, 48% do PIB, cerca de 72% da população vivem nesse setor.

No setor comercial, de acordo com Relatório de Unidade de Gestão do Projeto Reforço das Capacidades de Apoio à Preparação dos Acordos de Parceria Econômica (APE), a comercialização de castanha de caju representou 90% de exportação no ano 2006, internamente formam uma cadeia de comercialização de produtores; pequenos comerciantes compram dos produtores, estes por sua vez vendem para grandes empresas; grandes empresas vendem para empresas exportadoras do exterior.

Estrutura de Cadeia de Comercialização de Castanha de Caju na Guiné-Bissau

Figura: 12: Esquema formulado pelo autor.



Na integração internacional do modelo de desenvolvimento econômico acima exposto, devido a particularidade de situação climática que favorece o cultivo de Caju, considera-se que a castanha de caju seja o principal produto de exportação.

A liberalização econômica, na Guiné-Bissau, traz o modelo de Liberalismo econômico, o financiamento do PAE visava a criação de classes de empresários nacionais, os quais fossem capazes de estabelecer uma política de equidade na concorrência, mantendo o Estado afastado das decisões do mercado econômico.

3.2 MODELO ECONÔMICO DA GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA.

O termo liberalismo econômico foi usado pela primeira vez na história da política monetária internacional por Adam Smith (1723-1790), na sua teoria da “economia política”. Ele elegeu o trabalho como fonte de toda riqueza, as relações comerciais acontecem (O’ROURKE,P.J, 2008) e são impulsionadas por necessidades pessoais das partes, assim o Estado assegura o poder de conceder, aos particulares, proteção e segurança da liberdade de negociação (GONÇALVES E STELZER, 2014).

A adoção da política da liberalização econômica favoreceu a reforma do regime político do partido Único para o multipartidarismo. Pode-se indicar outras duas características mais importantes: **a)** promoção de uma sociedade livre e competitiva e **b)** criação de um governo civil eleito pelo povo. A ideia era a criação de um novo Cesário político, que incidisse na proteção da liberdade de manifestação, preservasse a lei e a ordem econômica; acelerasse o processo de privatização e promovesse mercados competitivos, fortalecendo as empresas privadas, criando ou privatizando empresas estatais, tanto nas atividades econômicas como em outras atividades essenciais que pudessem edificar o setor privado.

Nesta perspectiva de aventura do modelo de “liberalização econômico” sua definição quer dizer: deixar o mercado se regulamentar por si só, sem intervenção estatal na vida econômica do país, mas, devido a outros fatores políticos, o estado social interferiu na política de consolidar e de regular o mecanismo de atuação do Estado como entidade jurídica independente. Afastando de qualquer tentativa dos indivíduos se valer do seu poder de comando sobre o patrimônio público. Houve empréstimo, destinado ao repasse de crédito aos empresários nacionais, com o objetivo de fortalecer o setor privado e limitar a atuação do Estado na economia. Isso,provocou, mais tarde, a crise de abastecimento de produtos de primeira necessidade nas regiões, como explica Rosa Gomes:

O Aumento de nívelde corrupção na Administração Pública que se manifesta pelo nepotismo, clientelismo, desvio de dinheiro público e partidarização de cargos administrativos, constituíram grandes obstáculos à modernização da Administração. A degradação dos níveis de vida atingiu de

forma indiscriminada todos os servidores do Estado, de tal sorte, que se estabeleceu prática de corrupção generalizada, com vista a sobrevivência. É o que Bayart denomina de *“politique du ventre”*.⁹ Ele entende que a expressão *“politique du ventre”* significa (política da barriga). (2002, p. 09)

Na visão de Davidson (2003), o neoliberalismo econômico na Guiné-Bissau foi sustentado pelos países ocidentais através do BM e FMI, tinha como pano de fundo retomar a aproximação política dos países com a África. Coincide também com a queda do muro de Berlim, a maioria dos países africanos se tornou insustentável pelo regime soviético, Guiné-Bissau afastou-se do modelo de desenvolvimento econômico socialista em favor da proposta do PAE.

Neoliberalistas defendem a ausência de intervenção do Estado na Economia, para que o mercado seja regulado pela lei da procura e da oferta. O “livre câmbio” traçou três princípios basilares: Justiça, Comodidade e Certeza. A partir daí sugere que “O capitalismo competitivo é um sistema de liberdade econômica e condição necessária para a liberdade política” e os governos devem atuar em defesa e proteção do livre comércio contra inimigos externos (O’ROURKE, P.J, 2008).

O indivíduo como entidade principal da sociedade, o *laissez-faire* é visto como forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos, ampliando, assim, o papel do setor privado. O mercado livre é uma forma de unir as nações do mundo por via democrática. Os governos civis representativos e as instituições políticas reduzem o poder arbitrário dos Estados de impor e proteger as empresas estatais.

Assim, a liberdade política é elemento essencial na garantia da livre concorrência do mercado. Na Guiné-Bissau a ineficiência de instrumentos da política econômica, a corrupção e a fortificação do mercado privado impediram uma economia forte.

Através da reforma política veio o multipartidarismo, depois veio a abertura do mercado livre, a liberalização econômica desempenhou o papel estágio político de amadurecimento, o que conduziu o país ao pluripartidarismo, modelo de desenvolvimento capitalista como uma das condições necessárias para a liberdade política, mas, por si só é condição insuficiente, ou seja, seria necessário incrementar outros elementos essenciais para o regime funcionar adequadamente (DAVIDSON, 2003).

No que concerne as limitações de atuação do Estado, justifica-se pela sua função de descentralização do poder administrativo e da manutenção da ordem social, que não permite a competitividade no mercado. Por tanto, por necessidade de reformas patentes de integração ao mercado internacional apresentou as possibilidades de adoção da política econômica visadas à formação de empresas privadas.

O relatório de Associação de Indústria Portuguesa AIP (2012), destaca dois períodos de execução da política de desenvolvimento, nesse período havia responsabilidade do Estado na definição e execução das políticas econômicas, o controle do Estado de bens consumidos, através das empresas públicas, tudo isso com o objetivo de equilibrar o desenvolvimento social em todas as regiões do país. (ASSOCIAÇÃO DE INDÚSTRIA PORTUGUESA AIP, 2012)

As mudanças estruturais setoriais de produção (1983-1990), que conduziu ao processo de liberalização e desconcentração da decisão política econômica do Estado, veio a desincumbir o Estado de responsabilidade na definição e execução das políticas de desenvolvimento.

O novo rumo da política de desenvolvimento corresponde ao nível de crescimento mais acelerado em três setores de produção, onde os resultados das mudanças são mais visíveis: (I) a liberdade de formação de preço teve resultado positivo no crescimento formal dos produtos agrícolas, oferecendo condições estáveis no setor produtivo; (II) o equilíbrio no orçamento do estado através das privatizações; (III) o surgimento de pequenas indústrias, apesar da incapacidade de dinamizar a base econômica do setor privado. Acontece, em simultâneo com o período de aumento de produção de castanha de caju, sua comercialização no mercado interno e externo, o que ajudou na elevação da taxa de exportação na balança comercial ao mercado internacional.

No período de evolução da estrutura setorial, nos anos de 1990, caracteriza-se forte conflito interno do PAIGC, o que dificultou a ação de institucionalização de medidas tendentes a reformas profundas na economia. Veja abaixo:

No processo de desenvolvimento a economia guineense não gera um processo de substituição do consumo privado pelo investimento, o que quer dizer que este último não se constitui, verdadeiramente, como o motor do crescimento e do desenvolvimento econômico (CÁ, 2012, p. 130).

Deve-se “a revolução técnica de produção agrícola” devido as condições climáticas favoráveis. São duas mudanças verificadas nesse período. Primeira, a substituição no mercado interno de produtos nacionais por produtos importados (CARDOSO 2003). Segundo, o crescimento de importações influenciou na queda de produção dos produtos internos, dando ênfase às mercadorias transformadas e importadas, criando assim, dependência.

3.3 AUSÊNCIA DA ECONOMIA DE MERCADO PARA INTEGRAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO.

Em 1980, depois da suspensão de ajuda da União Soviética, refletiu-se na revisão do modelo de desenvolvimento econômico, apesar de outros elementos internos como: instabilidade política, divergência interna do partido no poder, que ocasionou alteração do poder constitucional; a destituição do presidente da república de origem Cabo-verdiana entre outros fatores. Guiné-Bissau, ocasionou a concentração do poder em uma única figura, a do presidente. Com a crise econômica e escassez de alimentos no mercado interno, motivou-se a emergência de adoção do modelo de desenvolvimento neoliberal econômico, em 1986.

Outro fator destacado, que deve ser observado, é a cobiça dos países ocidentais sobre os recursos naturais e minerais da Guiné-Bissau. Isso pode ser uma das causas de instabilidade política que interfere diretamente na estatização do mercado econômico. Cardoso (2003), entende que, um país onde não há estabilidade política, carece de garantias de segurança de investidores estrangeiros. Segundo o relatório de Associação de Indústria Portuguesa de 2014, há recursos minerais que ainda estão por ser explorados. Observe a citação abaixo:

Entre os principais recursos naturais da Guiné-Bissau constam-se o **fosfato, o granito, a argila, a bauxita, Calcário**, bem como **reservas de petróleo** não explorado, com vastos recursos hídricos, mais dois milhões de hectares de florestas, fauna e ecossistema de vitificados, o país dispõe de uma **imensa de biodiversidade** que se ainda por explorar. (RELATÓRIO AIP, 2014)

A disputa de controle dos recursos do Estado guineense constitui

problema crônico, igual aos outros países africanos, os quais até o presente século não conseguem caminhar em busca de desenvolvimento com uma autonomia administrativa própria.

Para ter noção de grau da fraca arrecadação das receitas internas do país, em (1983-2013) 60% do orçamento público dependia de doadores e organismos internacionais, isso demonstra o nível da fragilidade da economia do país. A Guiné-Bissau possui indicadores de índice desenvolvimento humano mais baixo a nível sub-regional, com fraco rendimento encontra-se nos grupos dos países mais pobres do Mundo e da África. É incapaz de se auto sustentar, mas, mesmo assim, seus líderes vivem em ostentação com melhores casas na Europa, levam vidas acima da capacidade financeira dos seus salários. (SANGREMAN, et al, 2011-2012).

A deficiência na estabilização da economia de mercado reduz a capacidade de competitividade do país no âmbito internacional e sub-regional. O baixo índice de produtividade, indispensável indicador do mercado do trabalho, porque se vincula diretamente com níveis de rendimentos do trabalho. Uma avaliação que valeria a questão de duração periódica do trabalho, com caráter cíclico combinado com nível de evolução de atividade econômica (2011-2012).

Como a experiência mostra o desenvolvimento exige sistematização de vários setores-chaves, que devem ser analisados em observância a necessidade da determinada estrutura política, pois não é definido só pelo processo de industrialização, mas sim, pela urbanização. Na sequência pelo sistema de água e esgoto, deve-se investir também no sistema viário, sistema de transporte público etc. Este conjunto de ações do governo deveriam ser desenvolvidos de forma combinada para não criar discrepância de desenvolvimento de setores (BRAGA, VASCONCELLOS, p. 344).

Diante deste enfrentamento de crise política, econômica, social e cultural, o mercado comercial é abastecido pelos produtos estrangeiros, ou seja, de importações. Ocorre uma concorrência injusta em relação aos países Sub-regionais, Guiné importa mais do que exporta. O Mercado interno vive na dependência do mercado externo.

Estabilizar a economia com a adoção do modelo neoliberal e com a crise política e militar que desembocou na guerra civil, a qual durou 11 meses, de 7 de junho de 1998 a 5 de maio de 1999, destruiu a máquina do Estado e as pequenas

indústrias em vias de crescimento. Levou o país a uma situação econômica mais complicada para retomar seu ritmo de crescimento, criou também forte impacto na desregularização do mercado, além do baixo nível de uso de tecnologias modernas, que poderiam permitir sua maior inserção na competitividade do mercado internacional.

O investimento de capital estrangeiro no mercado nacional, nos anos 1980-1990 celebra uma aliança entre Estado e as multinacionais, os detentores de poder político se configuram como sócios ou acionistas destes, clara imposição de submeter o país a dependência de uma política de neocolonização.

Destaca-se a forma como funcionou o relacionamento das empresas multinacionais com os estados de blocos econômicos de CEDEAO e UEMOA; o fraco poder aquisitivo das empresas nacionais deu às empresas internacionais a força para dirigir o processo de racionalização do mercado, o qual gerou dependência, concentrando ativos financeiros numa determinada área de investimento e provocando subdesenvolvimento.

3.4 INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA COMUNIDADE DOS PAÍSES OESTE AFRICANO CEDEAO (ZONA FRANCA).

A Comunidade Econômica dos Estados do Oeste da África CEDEAO, composto por 15 países membros; Benin, Burkina Faso, Cabo-Verde, Cote d' Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, com mais de 200 milhões da população.

CEDEAO tem a missão primordial de promover a política de integração econômica regional e o desenvolvimento sustentável dos países partes da organização.

Figura 13: Mapa dos países membros de Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental CEDEAO.



Fonte: <https://observatoriodafrica.wordpress.com>.

Fundada no dia 28 de maio de 1975 pelo tratado de Lagos, desde sua fundação passou por duas reformas políticas importantes: a adesão da República de Cabo-Verde, em 1976 e a saída da República de Mauritânia, em 2002.

Reformulou o documento que a criou, em 1993. A política de integração dos blocos das comunidades econômicas proporciona a supressão das barreiras de circulação de mercadorias e de capitais financeiros, que abrange a política de incentivos de produção de bens e serviços e os investimentos no setor privado, nas empresas multinacionais. Fomentando o crescimento no setor econômico, essa ação ultrapassou as fronteiras e ao mesmo tempo atraiu investidores externos para a região.

É um processo sócio econômico tendente a eliminar empecilhos econômicos existentes entre os Estados africanos pactuantes. De acordo com a economia da comunidade, o bloco econômico regional é considerado como protecionista de mercado da região e é capaz também de estabilizar relações eficientes de comércio entre os Estados membros. Surgiu como uma necessidade de promover o processo de globalização no que diz respeito as trocas comerciais entre ambos (SANTOS, 2009).

Foi estruturado em diferentes órgãos, cada um com sua área de atuação, a fim de tornar a organização mais presente em todos os países da Comunidade. Definida nas seguintes estruturas: I. Conselho dos Chefes de Estados e Governos –

reúne-se uma vez por ano, nas Capitais dos Estados membros, para discutir e reavaliar a política de integração e definir a agenda anual da organização; II. Conselho de Ministros – encontram-se uma vez por ano os primeiros Ministros dos países da comunidade ou na ausência destes, participam Ministros de Negócios Estrangeiros, para reavaliar a cooperação e suas políticas externas; III. Parlamento Comunitário – representado pelos presidentes das assembleias de cada Estado membro ou Deputados em pleno exercício de mandatos; IV. Conselho Econômico e Social – constituído por ministros de economia e finanças (Ministros das fazendas) reúnem-se uma vez por ano para avaliar as políticas locais; V. Corte de Justiça da Comunidade – é um órgão jurisdicional permanente, composto por juizes dos países da comunidade, competente para julgar lides em que envolve violação dos direitos humanos e garantias fundamentais; VI. Secretaria Executiva – encarregado de executar e acompanhar a atuação política da organização; VII. Fundo para Cooperação, Compensação e Desenvolvimento – está vinculado ao banco central BCEAO Banco central da África Ocidental, este é destinado aos problemas emergenciais de investimento; VIII. Agência Monetária da África Ocidental – está ligada ao controle e fiscalização da política de transição e de controle de inflação e IX. Comissões Técnicas Especializadas.

Neste âmbito, a CEDEAO veio adquirindo novo formato no que diz respeito aos aspectos políticos em defesa da paz e da segurança. As mudanças foram muito profundas, atendendo as necessidades que a região apresenta. Para atingir este nível foi preciso passar por processo de apoio e de cooperação com outros organismos internacionais como: União Africana UA, Organização das Nações Unidas ONU, União Europeia EU, a fim de permitir uma maior dinâmica política na região.

Existe uma força armada, criada em 1995 ECOMOG, para auxiliar na resolução de conflitos armados nos países sub-regionais, que participou de várias expedições de paz na região, inclusive na Guiné-Bissau em (1998-1999).

Nessa integração regional, a Guiné-Bissau com a economia fragilizada, por sucessivos conflitos político-militar, com nível de corrupção alto, com ineficiência de atuação do Estado na implementação das políticas públicas teve pouco investimento nos setores produtivos tais como: agricultura, pesca e pecuária (GOMES, 2002), o que coloca o país numa desvantagem em relação aos outros países da comunidade. O mercado econômico guineense apresenta a fragilidade

estrutural e a proliferação do mercado informal o que deixou o mercado econômico mais vulnerável a qualquer crise.

Guiné-Bissau manifestou formalmente sua intenção de adesão à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO desde 1982, dois anos depois de 14 de novembro de 1980, ato que levou a um novo governo liderado por João Bernardo Vieira (Nino). (MONTEZINHO, 2014),

Existem três clusters principais da comunidade: Guiné-Bissau, Gâmbia e Cabo-Verde, os quais apresentam menos dinâmica na contribuição de crescimento em relação aos outros; o segundo clusters são Burkina Faso, Mali e Senegal, que apresenta um crescimento médio na balança comercial de exportação e importação na comunidade CEDEAO, os países com maior índice de PIB e de crescimento econômico na comunidade são: Nigéria, Gana e Costa de Marfim com capacidade de impulsionar o desenvolvimento regional.

Quadro 2 - Índice de desenvolvimento humano dos países de CEDEAO:

Indicadores dos países da África Ocidental Países		População (Milhões Hab)		Taxa de Crescimento do PIB (% do PIB)		PIB <i>per capita</i> Dólar USA)
2009	1992/01	2007		2008	2009	2009
Benin	8,6	4,7	4,6	5,0	2,7	361
Burkina Fasso	13,5	5,1	3,6	5,2	3,2	293
Cabo-Verde	0,5	7,3	7,8	5,9	4,1	1784
Costa do Marf	20,1	3,3	1,6	2,3	3,8	533
Gambia	1,8	4,6	6,3	6,1	4,6	391
Gana	25,0	4,3	5,7	7,3	3,5	345
Guiné-Bissau	1,7	0,8	0,3	3,5	3,0	287
Guiné-Conacri	23,5	4,3	1,8	4,9	-0,3	369
Libéria	23,5	4,3	1,8	4,9	4,6	151
Mali	12,5	3,9	4,2	4,9	4,5	319
Níger	12,5	1,5	3,4	9,3	-0,9	183
Nigéria	150,0	2,7	7,0	6,0	5,6	655
Senegal	13,5	3,3	4,8	2,3	1,5	513
Serra Leoa	6,5	-5,3	6,4	5,5	4,0	254
Togo	6,0	0,9	1,9	1,8	2,5	224

Fonte: os dados extraídos do relatório de BECEAO de 2010.

Guiné Bissau se encontra na 70ª posição no crescimento econômico, está abaixo da média de qualificação (MONTEZINHO, 2014).

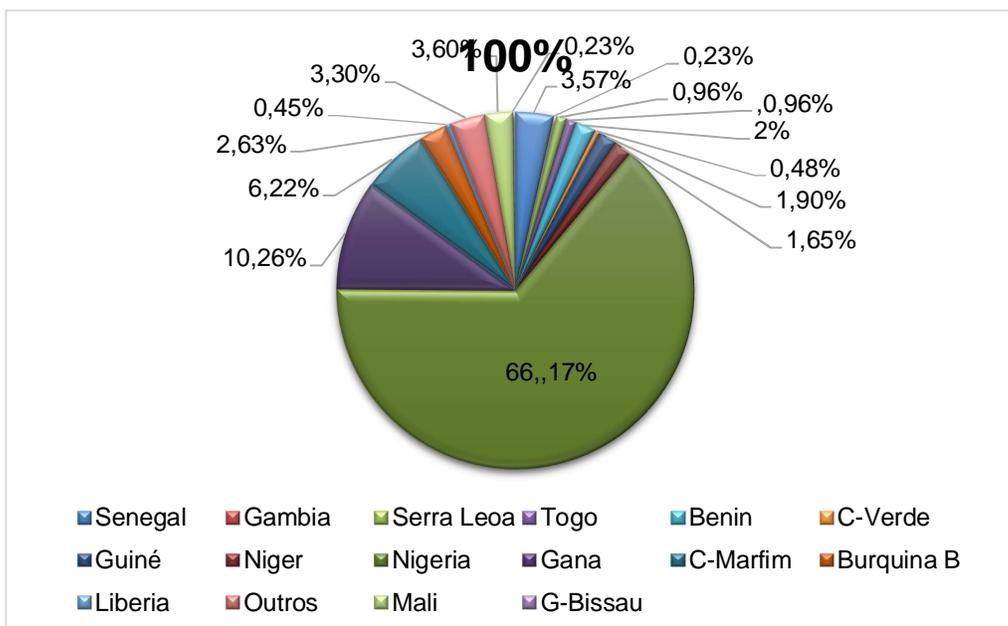
CEDEAO é caracterizado como a política de neocolonização do Governo francês, estabelecida no início dos anos de 1952, aos governos Africanos, quando começou a onda da descolonização nos países, (CABRAL, 1974).O governo Francês, por sua estratégia política,optou nesta linha diferente em relação aos países sob sua dominação na África, negociou com os movimentos nacionalistas locais, mantendo seus interesses de negócios na África, foi assim que os novos Estados foram submetidos ao controle político e administrativo Francês.

Assim começa a neocolonização, através do uso da moeda que não nos pertence. Na zona franca o monopólio de empresas francesas era claro, na Comunidade dos Estados da África ocidental UEMOA e comunidade econômica da Oeste de África ECOWAS, por outro lado Mane (2015) considera a criação da comunidade como estratégia política da França para manter o domínio sobre a África por vias dos blocos econômicos e das comunidades.Diferentemente das outras comunidades onde foi criado um programa econômico com meta definida, neste,não existe equilíbrio do poder econômico e nível de desenvolvimento de IDH razoável para condições da dignidade humana.

Guiné-Bissau, por exemplo, em relação aos outros países da comunidade, apresenta um dos PIB mais tímidos na sub-região, observando a representação gráfica abaixo é possível verificar isso:

PIB dos Países da Comunidade Econômica dos estados da África Ocidental CEDEAO.

Fugura 14 Guiné-Bissau



, Fonte: relatório de projeto estratégico da Associação Indústria Portuguesa AIP 2014.

De acordo com relatório da AIP, de 2010 a 2012, o país estava em ritmo de crescimento acelerado, porque neste espaço de tempo havia clima de estabilidade política, o Golpe de Estado, em 12 de abril de 2012, provocou a queda do preço da castanha de Caju, principal produto na balança comercial no mercado internacional, outros fatos são apontados como principais causas de baixo rendimento de economia nacional. Veja na citação abaixo:

O grande malefício advindo da globalização é a incapacidade de regulamentar o capital especulativo, deixando as economias nacionais sujeitas ao mesmo. É relevante destacar, que esses capitais erráticos, aumentam a exclusão social e o desnível entre as economias do eixo. ...é um fenômeno extremamente abrangente, o qual ultrapassa as fronteiras, afetando os mais diversos setores da sociedade, como cultural, social, financeiro, econômico e educacional. Este fenômeno é facilitado pela rapidez das comunicações e transportes e alimentado pela informática, como consequência a globalização rompe todos os limites imaginados (PATRI, WEBER, 2006, p.13).

A Maioria dos estados conduzidos pela política de desenvolvimento econômico neoliberal da França, por meio de CEDEAO perderam a capacidade de controle de execução das políticas públicas, servindo ao interesse das empresas transnacionais ligadas à França em nome da globalização.

Lembrando que a principal característica da política econômica regional de CEDEAO é o fomento à privatização. Comparando o evento de privatizações das empresas estatais na Guiné Bissau, em 1983-1990, às privatizações no Brasil nos anos 90, percebe-se que ambos os eventos envolvem o Fundo Monetário Internacional FMI e o Banco Mundial BM e que as mesmas ocorreram com o objetivo de internacionalizar o mercado por via do modelo econômico neoliberal.

A política de integração regional de CEDEAO traz um choque de produção nas relações sociais, pela informalidade de economia e perda de direitos favorece as empresas transnacionais.

3.5 INTEGRAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA OESTE AFRICANA UEMOA, (FRANCO CFA).

Pela definição, União monetária significa: política de adoção de taxas de câmbio fixos entre as moedas dos países participantes e de livre conversibilidade entre os mesmos ou pode ser definido como união da moeda comum entre Estados membros, com o objetivo de liberalização do mercado de capitais de livre circulação de pessoas, bens e serviços e garantias dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos; ainda harmonização ou unificação das políticas fiscais e monetárias para emissão e a abertura de ações comuns dentro de princípios morais e éticos que os regem; compatibilização às legislações fiscais para melhorar a política de controle monetário.

No entanto, vale lembrar que no continente africano, no período de colonização, os países europeus decidiram pôr em prática plano de saque aos recursos naturais em todos os territórios que foram ocupados por eles na África. Em via de independências dos países Francófonos, em 1950, havia a tentativa de formação de blocos econômicos com maior abrangência para incluir todos os países da colônia Francesa sem efeito, mais tarde, já nos anos 90, por vontade política dos líderes africanos, para quem essa política beneficia, decidiram unificar o mercado econômico da região sob tutela da França (MANÉ, 2015).

Vale salientar que o Estado Francês criou duas moedas na África, Comunidade Econômica e Monetária da África Central CEMAC, incluindo os países da África Central, são eles: Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, Congo,

República Centro Africana e Chade. Criado no dia 16 de março de 1994 em N'djamena, capital de Chade num tratado dos países membros.

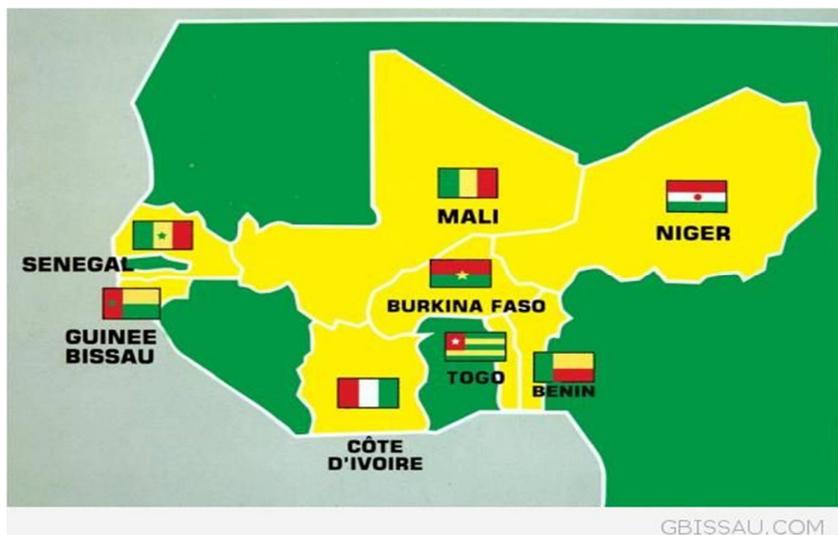
Figura 15: Mapa dos países Africanos da Comunidade Econômica da África Central CEMAC.



Fonte: <<http://pt.actualitix.com/pais/gnb/estatistica-agricultura-guine-bissau.php>> acesso 26 abr 2016.

A Comunidade Econômica e Monetária dos Países do Oeste Africano UEMOA, criada pelo Tratado de 20 de janeiro de 2007, que substituiu o de 14 de novembro de 1973, integram oito Estados membros, na África Ocidental, Guiné-Bissau, Benin, Senegal, Mali, Níger, Burkina Fasso, Togo e Cote D'ivoire.

Figura 16: Mapa dos estados africanos que integram União Monetária Oeste africana UEMOA. Fonte: GBIASSAU.COM.



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=mapa+de+uemoa>> acesso 23 abr 2016.

Aqui, interessa tratar de UEMOA, a qual Guiné-Bissau faz parte. A organização adota moeda única, o Franco CFA que circula nestes territórios, emitidos através de Banque Centrale des Etats de L'Afrique de L'Ouest BCEAO, responsável por desenvolver políticas de inflação.

Neste conjunto de (8) oito países, Guiné-Bissau é o único de língua oficial portuguesa. Os sete pertencem e pertenceram à colônia Francesa. A política de integração da UEMOA foi idealizada com maior estratégia, a intenção política se reflete na construção de um elo de controle da política monetária nestes países sub-regionais. A exteriorização desta política marca o retorno da política colonial ao continente de forma indireta (neocolonialismo), o que sempre foi a preocupação de Amílcar Cabral (PAIGC 1974).

Guiné-Bissau aderiu a UEMOA no dia 2 de maio de 1994, com argumento simbólico de crescimento econômico, de eliminação de barreiras aduaneiras e facilidade de circulação da mercadoria entre os mercados sub-regionais.

Para Mané (2015), Guiné-Bissau entrou naquilo que o governo francês desenhou desde os primeiros anos da descolonização, neste âmbito, enfatizou dizendo que os países francófonos não lutaram para suas independências, ou

melhor, são independentes parcialmente, temos, por exemplo, o caso do Senegal, onde sua política econômica é decidida na França e o orçamento do Estado também se realiza lá.

A moeda Franco CFA reivindica razão do esquecimento dos países UEMOA no processo de revitalização econômico, demonstra que esses países se limitam ao recebimento de doações do Programa Mundial Alimentar PAM. A adoção da moeda na região é uma escolha errada pelos governantes destes países, pois gera uma política monetária de dependência da definição política do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), em coordenação do Banco Central Francês, a comunidade enfraquece a vontade de promoção de desenvolvimento econômico e se torna uma economia mais instável e vulnerável ao mercado internacional.

Para o economista Mané (2015), a política de gestão da moeda do BCEAO estabelece taxa direta como forma encontrada para dificultar operadores econômicos e acesso aos créditos de financiamento para os governos africanos, restringido no valor ínfimo de financiamento de até 20% de Produto Interno Bruto do PIB que o país produzir, essa medida torna os Estados mais dependentes das comunidades internacionais na execução das suas políticas internas orçamentárias, como tem ocorrido na maioria das situações.

Qualquer contrato de exploração dos recursos na Guiné-Bissau, por exemplo, 50% do valor de contrato ou de financiamento, ficam retidos pelo BCEAO, como taxa de câmbio para converter em euro, em dólar ou em franco CFA:

Em virtude da aplicação das disposições do artigo primeiro da convenção da cooperação monetária entre a França e os países membros da UEMOA, decidiu-se que estes últimos têm por obrigação de depositar 50% das divisas provenientes do resultado de suas receitas de exportação em divisa numa conta denominada Conta de Operações aberta no Tesouro Público francês em nome do BCEAO. Graças a esses depósitos, a França consegue garantir a convertibilidade dessas divisas em Franco CFA e permitir o BCEAO a emissão da moeda. (MANÉ 2015, p. 02)

O alto preço de aluguel de Dinheiro “Franco CFA”, usado na comunidade, torna o cenário mais complexo na implementação das políticas públicas.

De acordo com Mané (2005), desde a adoção da moeda, em 1945, os Países membros não sabem o valor exato retido pela França, na transação. Esse suicídio da política monetária que o povo africano está submetido pelo governo

Francês, junto com os líderes corruptos dos países africanos, bloqueia qualquer processo de industrialização, tornando-lhes dependente de esmola.

Entende-se que o aumento do preço de produto no mercado de UEMOA, ou seja, mercado econômico, está sujeito a competitividade da lei da procura e da oferta, que regula o mercado. O "neoliberalismo econômico", por esse motivo, reflete certa dependência na regulamentação do mercado interno, provoca a oscilação de produtos no mercado e a falta de investimento nos setores primários do desenvolvimento,

Na fixação da taxa de câmbio, os países membros não têm controle sobre a moeda. O BCEAO adotou o regime fixo (1 euro = 655 FCFA), o valor de Franco depende do valor do euro na balança comercial mundial, como os países da comunidade vivem de importação da maioria dos produtos de origem europeia, torna os preços insuportáveis diante de uma economia fraca.

As empresas de origem francesa têm monopólio sobre o mercado da zona do franco, são protegidos pelos governos locais, gozam de privilégios de setores-chaves da economia, conseguem empréstimo com juros mais baixos, permitindo, dessa forma, ampliar suas atividades.

No caso da Guiné-Bissau, que conquistou sua independência com dignidade e respeito, teve autonomia total sobre sua política monetária. São três características para reafirmar a soberania de um Estado: Hino, Bandeira e Moeda. Percebe-se que a falta de um desses elementos interfere na diminuição do poder do Estado, para que os guineenses sejam livres deste neocolonialismo francês. Segundo o economista e pesquisador, Diretor do Fórum Africano de Alternativas, Demba Moussa Dembelé, na entrevista concedida a questaf.com (05/10/2012), destaca os defensores da moeda francesa na África, como sendo quadros em serviço da neocolonização da política do governo francês, baseado na falácia retórica da política econômica, a qual é um meio de evasão de divisa e de manter controle sobre a economia africana.

Liberdade de transferência entre os nossos países e a França, se trata apenas de um meio para a evasão do dinheiro dos nossos países para o exterior, isto porque a partir do instante em que os fundos chegam à França podem sair para qualquer outra parte do mundo. A liberdade de circulação de fundos entre nós e a França, portanto, é uma maneira de estimular a sangria financeira dos nossos países. Graças a esta liberdade de transferência de fundos, que exclui qualquer controle dos movimentos de

capital, as nossas poupanças só podem ser estabelecidas na França (DEMBELÉ, 05/10/2012).

O autor faz comparação do desenvolvimento dos 15 países africanos na zona de franco incluindo Guiné-Bissau com outros que possuem suas moedas próprias como: Angola, Gana e Gâmbia, segundo ele, estes países atraem mais investimentos estrangeiros do que os da zona franco. Classifica a moeda como um fracasso das elites políticas da comunidade, que envergonha o continente, ou seja, mantém em escravidão mais de 300 milhões da população debaixo do domínio da França.

4 LIBERDADE POLÍTICA E ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS.

O multipartidarismo veio sob o prisma do estabelecimento constitucional da liberdade de criação das instituições políticas. Regularizado através de diplomas legais para garantir seu funcionamento em defesa da sociedade e do desenvolvimento econômico. Ainda afiançar a paz e a estabilidade democrática, avalizar os direitos políticos e civis. Visa não somente consentir o exercício da cidadania, mas sim, ampliar a participação dos cidadãos nos debates sobre assuntos que afetam a sociedade em geral, de modo que, o cidadão, como elemento essencial no jogo democrático, possa atuar na base das suas convicções nos ideais partidários.

Os líderes do PAIGC preocuparam-se com a manutenção da unidade nacional depois da reforma política, para eles seria um fracasso definir multipartidarismo na Guiné-Bissau, dado possíveis formações de partidos políticos étnicos regionais e por linha de pensamento religiosa, conseqüentemente conduziria o país a uma desordem baseada na ideologia étnica de conceito de valores capazes de pôr em questão a paz e o desenvolvimento.

Entretanto, a alimentação de sentimento de revolta popular, na era do multipartidarismo contra governo democraticamente eleito, ganhou força paulatinamente, mas, o fundamento político que caracteriza a violência, ou seja, a alteração da ordem democrática constitucionalmente estabelecida. Semedo (2012), indicou aspectos importantes ocorridos em meio aos políticos opositores, militares e alguns elemento do PAIGC, que se manifestaram na prática ilegal e levaram o país a guerra civil de 1998, instrumentalizada pela sociedade e por elementos insatisfeitos com a condução do destino do povo guineense, o qual já era desmobilizado, ou seja, os antigos combatentes da reserva.

Assim, a disputa política desenfreada pelo poder traz conseqüências insanáveis que, até hoje, refletem na vida do povo guineense, como o retrocesso das conquistas dos direitos políticos. Talvez, o caminho da busca da estabilidade política não seria esse, trilhado no momento em que o regime se encontrava na sua fase embrionária. Conseqüentemente, deu-se início a um ciclo de violência sistemática, corrupção e nepotismo, com assassinatos sem nenhum processo judicial contra os autores morais e materiais dos crimes por eles praticados. Reduz-

se a liberdade de exercício dos direitos fundamentais de expressão, a manifestação dos cidadãos se resume ao ato de votar nas eleições periodicamente organizadas.

Não obstante a supressão dos direitos sociais e políticos, como elemento essencial do regime democrático, que ainda se encontra na fase de amadurecimento, gerou conflitos sequencialmente produzidos e perpetrados por políticos ambiciosos, que lutam pelo poder por vias não democráticas, fragilizando instituições públicas e o próprio Estado de direito.

4.1 PARTICULARIDADES DO MULTIPARTIDARISMO GUINEENSE.

A reforma política se iniciou em junho de 1988, quando o PAIGC, através do seu órgão decisório, Comitê Central/CC, decidiu criar uma comissão alargada envolvendo vários profissionais e técnicos para refletir sobre a forma do governo a ser adotado. Neste debate político, alguns integrantes insatisfeitos com a liderança, já apresentavam sua opção pré-concebida. Promover a reforma capaz de atingir o status do PAIGC, que exercia papel motor de transformações e também a força dirigente da sociedade que com isso reduzira o poder do então presidente da República e do PAIGC (CARDOSO, 2002, p.08).

Refletindo a onda democrática vinda da Europa e que chegou nos países africanos de língua portuguesa neste período, a Guiné-Bissau abandonou o regime uni partidarista, que até então possuía as primeiras propostas a serem discutidas. Referindo-se ao processo de democratização interna do PAIGC., descentralizando o poder do presidente, oferecendo condições de participação e criação de ambiente propício ao regime democrático, assim possibilitando o país seguir o mesmo exemplo do partido.

Como tudo já tinha sido desenhado antes do início do processo de transição política, o primeiro passo dado internamente no partido foi convocar o II Congresso Extraordinário que teve lugar de 20 de janeiro a 2 de fevereiro, em 1991. Neste encontro foram aprovados vários diplomas de mudanças estruturais do partido e do país, sendo uma das medidas aprovadas a Plataforma Programática de Transição, o partido também recomendou a revisão constitucional e a eliminação do Artigo IV da Constituição que previa pena de morte, e ainda a desvinculação da central Sindical UNTG do PAIGC (CARDOSO, 2002, p.09).

Nesta reunião do Órgão do Comitê Central, composto por 300 delegados, 122 deles decidiram acolher um abaixo assinado em defesa do partido e da democracia, exigindo a criação de condições de exercício de liberdade de expressão. Em maio do mesmo ano houve reforma constitucional e foi revogado o Art.: 4º, que previa pena de morte. Vale lembrar que o estatuto do partido era a mesma Constituição da República, ou seja, único documento que servia como Constituição e ao mesmo tempo estatuto do partido. Funcionava a assembleia Nacional popular, cujos membros eram escolhidos através de processo eleitoral restrito aos membros do PAIGC, os deputados eram dos conselhos regionais do partido no poder, a reforma constitucional entrou em vigor em 9 de maio de 1991.

A partir do processo de transição se reformou a composição da assembleia nacional popular, permitindo aos elementos da sociedade civil, dos partidos políticos recém-criados, participarem nas discussões do novo desenho do regime político. Na ocasião apontam o multipartidarismo como forma mais avançada de democracia, que garante uma vida coletiva organizada e eficiente, preserva os princípios do Estado de direito, protege liberdades individuais, igualdade de oportunidade e solidariedade (CARDOSO 2002, p.10). O mandato do governo de transição, junto com a nova composição de assembleia nacional popular, terminaria na realização das eleições gerais, para escolha do Presidente da República e dos deputados da nação e, conseqüentemente, um novo Governo.

Esperava-se uma renovação interna do PAIGC a fim de permitir a reforma política desejada, os 122 militantes considerados liberais do partido conjugavam pelas reformas mais aprimoradas para criar condições indispensáveis para o desenvolvimento e impulsionar a economia (CARDOSO, 2002, P.11).

O congresso extraordinário do partido provocou também liberdade de desvinculação ou desfiliação no PAIGC e criação de formação partidária. Assim, a grande maioria dos jovens dessa formação partidária saíram descontentes do congresso, desfiliaram-se do PAIGC e criaram novos partidos.

Os recém-criados partidos políticos, junto com a sociedade civil, participaram dos debates para encontrar vias de saída da crise. A consonância se deu na formação de governo de transição, responsável por organizar as eleições gerais de 1994. Para Semedo (2012), o regime multipartidário absorveu todas as mazelas praticadas no regime do partido único, o que mais tarde contribuiu para a instabilidade política constante no país (SEMEDO, 2012, p. 113).

Neste âmbito, com participação da comunidade internacional de dar novos passos no regime, de fato, a remodelação não trouxe os benefícios almejados pela sociedade, o que acarretou num ambiente de segregação racial e de uso de discursos étnicos com o objetivo de atingir o poder, que era a preocupação do PAIGC sobre o desvio de condutas para desestabilizar o país e pôr em causa o projeto da Unidade Nacional, embora já estivesse comprometido pelos atos do governo do partido único, liderado por Nino Vieira.

O multipartidarismo condicionou as eleições livres e justas, em 1994, que teve a participação dos partidos já citados. Nesta condição, resgatou a participação da sociedade civil, afastada do processo de deliberação política nos primeiros dois anos do PAIGC. De acordo com Lopes (2003).

O multipartidarismo guineense veio para dinamizar o processo de participação, ou seja, o abandono da ideologia do PAIGC de ser o partido da massa popular, que nasceu de uma revolução de baixo para cima, criando um regime fechado e ditatorial, o qual funcionava em torno da figura do presidente.

A reforma do regime veio para reforçar a necessidade da reformulação das instituições políticas e o papel da sociedade, porque a força governamental não respeitava a vontade da massa popular, que carecia de base ideológica e que se tornou vulnerável a pressão externa e interna.

Para setores mais conservadores, o pluripartidarismo é visto como um perigo para o Estado guineense e os países africanos em geral, tendo como base diversidade étnica e que alguns desses elementos podem se apoderar desta liberdade política para criar divisões na sociedade, entendem que muitos Estados africanos seguiam esta linha de pensamento de precaução. Na Guiné, apresentava-se como um perigo a criação dos partidos políticos ligados aos grupos étnicos, esta linha era defendida pela ala conservadora do PAIGC.

A ideia de democracia, “governo do povo, para o povo e pelo povo” remete ao contexto da importância da sociedade civil na participação política, ou seja, o povo delega o poder ao representante e este tem o dever de zelar pelo espírito ético e moral no exercício do mandato.

Na Guiné foi um paradoxo, a reforma democrática não atendeu a necessidade política vigente e nem observou a complexidade presente dos relacionamentos étnicos da sociedade, limitou-se a absorver o modelo imposto pelos países ocidentais, que traz distanciamento de representação e ocasiona diminuição

da “soberana popular”. Isso não quer dizer que a democracia ocidental é prejudicial, pois esta trouxe uma reflexão sobre o perigo de importar regime político de dois países com realidades totalmente diferentes e sem questionamentos, desta forma, para Guiné-Bissau com estrutura política econômica, social e cultural totalmente diferente, houve imposição de recepcionar da forma que foi desenhada pela comunidade internacional.

A questão aqui colocada trata de reforma profunda, que ocasionou a ruptura com as concepções da forma de governo democrática clássica, entende-se que a democracia é um processo formal diferente do conteúdo que a literatura clássica pregava por princípio ético-racional. Weber considerava a complexidade da sociedade moderna como fenômeno amplo da divisão em relação a classe da sociedade burguesa, assim divergiu de Marx no que concerne a separação e produção dos trabalhadores. Considera-se, como principal paradoxo, a relação entre burocracia e democracia, com esse argumento não se pretende trazer em discussão a soberania popular assentada na proteção e igualdade de direitos políticos dos cidadãos, mas sim os limites de participação das instituições democraticamente estabelecidas e dos cidadãos que são viés da condução do regime.

O paradoxo da vigência, cada vez mais retórico, com a teoria clássica da política, desta forma critica a subjetividade da democracia, que pode ocasionar a separação dos procedimentos democráticos, devendo a participação popular ser limitada ao voto, os políticos (representantes legítimos), devem tomar suas decisões políticas sem nenhuma consulta popular, permitindo assim a total liberdade de atuação política. Neste contexto, parece uma das vias seguidas pelas lideranças políticas guineenses.

Para o Dahl (2001), democracia deve ser o panorama político de participação de todos com igualdade de oportunidades, permitindo a equidade e a competição sem monopólio de qualquer poder, propõe igualdade política como forma de equilibrar forças políticas, capaz de permitir a avaliação e o grau de efetiva liberdade de expressão.

As teorias críticas da democracia participativa, as quais criticam a qualidade de representação e as mais recentes teorias da democracia deliberativa democrática, que defende a valorização da representação política. Para Weffort (1984) o termo sofreu mudanças do seu uso, ou seja, houve a banalização do uso do termo e perda do significado, ele acredita que a participação da sociedade civil

poderia trazer a estabilidade política do regime democrático e a manutenção do Estado, considera o Estado um conjunto de instituições representativas que se devem pautar na participação dos cidadãos e na deliberação das decisões de políticas públicas.

A concentração dos mecanismos de poder de decisão política na presidência da República é um fator de desestabilização do sistema e dificulta a dinâmica de participação da sociedade. Na visão de Davin O'Regan, a reforma política é uma ação necessária para contornar a situação da política econômica do país, deve ser fundada no princípio de desenvolvimento auto sustentável, na distribuição de renda, implementação de programas regionais de desenvolvimento, na descentralização da administração pública e permissão da intervenção do Estado, não só no acompanhamento do desenvolvimento, mas também na garantia de equidade de oportunidades a todos os cidadãos.

Por isso, entende-se ser necessária a adoção de novo modelo democrático e a intervenção do Estado na economia e na definição da justiça social. Bem como o fortalecimento da sociedade civil, a capacitação e modernização do sistema de comunicação de acesso à informação, o combate a corrupção, o fortalecimento do poder judiciário no combate à impunidade.

A dinâmica política de estabilização do sistema democrático da Guiné-Bissau é um imperativo imprescindível na medida em que, no contexto da globalização, constitui perigo regional e internacional. Este problema deve ser encarado de forma mais eficiente e singular, envolvendo parceiros externos para travar atividade nociva dos Narcóticos. De acordo com avaliação feita pelo coordenador das políticas africanas Davin O'Regan, algumas ações internas pertinentes seriam: A reforma das forças de segurança- constituir forças e segurança republicana a partir de novos recrutamentos dos elementos com capacidade de entender e respeitar governos democraticamente eleitos; Reforma política- o sistema atual da Guiné-Bissau concentra poder de decisão na presidência, com isso seria cogente a fortificação das instituições políticas na discussão de tomadas de decisões indispensáveis.

A descentralização da administração pública e a realização das eleições autárquicas talvez seria uma política adequada para corrigir formas de canalização dos investimentos públicos nos setores estratégicos para o desenvolvimento regionais. Estudo divulgado no dia 20 de abril de 2015, pelo *Bureau de la Banque*

mondiale, sediada no Senegal, aponta o nível de pobreza na Guiné-Bissau, uma pobreza crescente com fragilidade persistente. 79% de uma população de 1,7 milhões vivem abaixo do limiar nacional de pobreza e, 33%, em pobreza extrema.

Nesse sentido o PAIGC elege a educação como primeiro instrumento sólido da sociedade, sendo também eleito como direito fundamental dos cidadãos pela Constituição da República de Guiné Bissau. É garantia constitucional da sociedade, lembrando as primeiras ações do PAIGC no início da luta de libertação Nacional, a institucionalização do Estado guineense começou nesta linha, os lugares nos quais o colonizador não tinha estabelecido nenhuma política pública.

No campo da educação guineense, no estágio que se encontra, precisa realmente de uma política de remodelação de programas de ensino nacional. Não se deve promover o desenvolvimento econômico sem investimento educacional na capacitação e na formação de técnicos em diferentes domínios (CÁ, 1999),

Nos anos antes de sua morte Amílcar Cabral (1973) afirmava: “a nossa população precisa de educação de melhor qualidade, aprender suas culturas, seu modo de viver com a diversidade étnica que constitui nossos valores de homem africano, aprender que o homem africano não é inferior diante do homem Branco”, mas foi inferiorizado durante muito tempo por circunstâncias históricas da política de colonização. Que a África precisa ser livre da política da colonização e construir seu modelo de desenvolvimento a partir do conhecimento e da obediência as regras, isso são valores ensinados na escola. Deve haver capacitação dos professores do ensino primário e secundário, esta categoria que, sem dúvidas, contribui com base sólida e decisiva na alfabetização das crianças e adultos, investir de forma mais efetiva na formação de docentes.

A democracia demonstra elevado grau de eficiência e capacidade de conter a violência e coopera na efetivação da justiça social (DAHL, 2001), oferece possibilidade de transformação da realidade política e econômica, desenvolvimento social, proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais e por outro lado se fundamenta na legitimação do governo através do exercício do ato cívico (voto) pelos cidadãos, envolvendo dois aspectos principais destacados por Ribeiro:

[...] Legitimidade quanto à investidura - o agente público em exercício do cargo eletivo representa a moral de uma nação em nome do povo que o legitimou independentemente da cor partidária; Legitimidade quanto ao

modo de exercício - atuação do Estado na proteção de valores humanos através das políticas públicas relacionadas aos serviços essenciais aos cidadãos (2000, p. 37)

A exigência de maior efetivação e estabilização do regime democrático, que passa pela fortificação dos partidos políticos, a fim de acudir a finalidade para a qual foram criadas as constantes adaptações do regime se externam, decisivamente, pela compreensão exata de suas responsabilidades de se manterem em atuação permanente, promovendo o desenvolvimento de suas aptidões cívicas.

No regime democrático os partidos políticos precisam manter seu fortalecimento de bases políticas, para que sejam capazes de atrair a atenção dos eleitores, adquirir confiabilidade dos seus membros, levando-os para discussão dos problemas cotidianos, demonstrar sua credibilidade em sua opinião emitida, fazer com que seus membros se achem responsáveis por meio da criação de uma massa crítica elaborada dentro do ambiente partidário (DAHL, 2001).

Guiné-Bissau apresenta característica do regime [democrático] que (O'DONELL 1991) chama de democracia delegativa; esta permite ampla atuação do Presidente da República (Chefe do Estado), o que ocasiona decisões políticas [monocrático] de uma só pessoa e, muitas vezes, ilimitadas, cumprindo o planejamento da vontade do líder. Provavelmente, os objetivos políticos são atingidos, no entanto, não produzem um sentimento de pertencimento à comunidade a qual se beneficia dessa política. Para o autor, isso demonstra uma democracia instável que limita a participação da sociedade civil no que concerne a elaboração e os debates sobre as políticas sociais.

Há evidências de déficit a respeito dos princípios democráticos, sendo sobretudo importante assinalar o entendimento de Dahl:

Democracia oferece condições consequências desejáveis, evita a tirania, protege direitos essenciais, liberdade geral, autodeterminação, autonomia moral, desenvolvimento humano, proteção dos interesses pessoais essenciais, igualdade política, além disso, democracias modernas apresentam, a busca da paz e proteção da propriedade privada (DAHL, 2001, p.58)

As eleições periódicas são um dos elementos da democracia, não garantem por si só liberdade política. O regime democrático ocidental foi importando e imposto sem questionamento, expressa uma clara neocolonização que Amílcar

Cabral alertava que através das elites políticas possibilitaria o retorno dos colonizadores com diferentes facetas (CABRAL, 1984).

A experiência mostra que quanto maior for a participação da sociedade civil mais eficiente será o governo e as instituições políticas. Na Guiné-Bissau, partidos políticos sem ou com assento parlamentar na Assembleia Nacional Popular apresentam precariedade de representação, caracterizada pela instabilidade política. Essa análise expressa condições de funcionamento efetivo do regime democrático, capaz de assegurar a sua sobrevivência (WASHINGTON, 2000)

No caso de democracia consolidada, considerou-se que é indispensável o apoio popular ao regime, pois facilita a governança e, mesmo quando há uma atmosfera pública de crítica, favorece o apoio dos cidadãos nas decisões do governo, independentemente das suas preferências políticas ou ideológicas. (DAHL, 2001, p. 109).

A democracia se concretiza na medida em que a lei se sobrepõe sobre qualquer [que seja] poder ou indivíduo para regular “igualdade de condição”, ou seja, funcionamento efetivo com a transparência e independência dos Poderes, cumprir seus objetivos para os quais foi criado, proporcionando “liberdade, igualdade e solidariedade” do povo (DA MATA, 2000, p.51

O processo de deliberação requer debate aprimorado incluindo atores políticos, sociedade civil, governos para facilitar entendimento específico de matérias ou de possíveis expressões ambíguas, diferentemente do que acontece nos países menos democráticos, as deliberações funcionam para legitimar uma política já pensada e elaborada por atores políticos, ou seja, só acontecem as deliberações para legitimar o programa ou projeto (VAZ, N ALEXANDER et al, 2011).

Para Vaz, Alexandre et al (2011), Instrumento político disponível de participação popular reduz a retórica política em nome da democracia, nos países onde democracia é consolidada é por que já passaram pela luta política de emancipação da sociedade, ou seja, reivindicações surgem dentro de uma classe política com envolvimento da sociedade civil, o resultado da eficiência do regime democrático apresenta tendência coesa e com as decisões que atendem interesses da sociedade (2011).

Boa ventura de Sousa Santos (2002), apresenta três teses de fortalecimento de democracia participativa: (i) “pelo fortalecimento e demodiversidade” - a apresentada como dinâmica de impulsionar o espírito de

partição e fortalecimento das instituições democráticas através de experiências adquiridas; (ii) “fortalecimento da articulação contra hegemônica entre o local e o global” - o regime democrático precisa de envolvimento de atores políticos transnacionais tendo como base experiências vividas nos diferentes países que lutam pela solidificação do sistema e (iii) “Ampliação do experimentalismo democrático” – as novas experiências bem sucedidas são resultados de busca de novos caminhos e formatos de participação social através de multiculturalismo racial e ampliação da participação. (SANTOS, 2002, p.77), são elementos essenciais que estão o tempo todo em adaptação para melhorar os regimes.

Retomamos a discussão anterior da desigualdade econômica e social apontada como um dos fatores que prejudica a participação social, ou seja, a sociedade com alto nível de pobreza, como no caso da África, em especial Guiné-Bissau, concretamente, apresenta baixo grau de participação política em relação aos países com economia sólida (VAZ, ALEXANDER et al, 2011).

A política de orçamento participativo, conhecido internacionalmente como experiência nascida no Brasil, em Porto Alegre, é considerada uma das eficientes tradições de organização da sociedade civil em associações comunitárias, tradição desde o século XX, que demonstra grau de maturidade política diferenciada em relação às outras regiões no Brasil, uma vez que mostra possível inovação e arranjos do regime.

Percebe-se que há ainda incapacidade de adquirir uma nova forma de pensamento baseado nos valores do homem africano e na sua cultura para alcançar a paz, a tranquilidade e o desenvolvimento que o povo tanto almeja.

A efetivação das políticas públicas exige participação da sociedade civil na deliberação de forma esclarecida. O processo de participação política no sistema democrático contemporâneo visa criar um vínculo político entre o gestor eleito com a sociedade, no que concerne a implementação das políticas públicas (FEDOZZI, MARTINS, NOGUEIRA, CORREIA, PONTES, CRUS, BARBOSA 2012). Nesta perspectiva é de consenso de autores como (DAHL, 2001, p.133, VAZ, 2011, p. 168, BOBBIO L. 2011, p. 55) perfil da sociedade civil e a tradição associativa, coalizão. Essa tradição participativa da sociedade civil teve sua desvalorização na Guiné pós-independência pelas novas lideranças que incensou na descaracterização do objetivo da Luta de Libertação Nacional (Unidade e Luta). É mister salientar que a conquista da independência contou com forte participação da massa popular; de

acordo com (AMADO, 2003) a forma de condução da luta da libertação influencia significativamente na mobilização da massa.

Na Guiné-Bissau, a participação da sociedade civil só ocorre no ato de votar; para Bobbio, deve-se a participação não apenas das discussões de informar, questionar, mas sim dar relatório e cumprimento das recomendações produzidas (Bobbio, 2011, p. 57)

O acesso às informações constitui uma das condições democráticas que pode permitir aos cidadãos a uma análise na tomada de decisões políticas. Televisão e Rádio, ou outro meio alternativo de informação, ajudam também na escolha de preferência (DAHL, 2001, p. 106), são controladas e monopolizadas pelo governo, por outro lado há ausência do Estado nas regiões através das políticas públicas. No entanto, a decisão política acaba por seguir de forma vertical de cima para baixo (BARROS, L 2011, p. 57).

A visão de participação como um desafio político a ser efetivado (Moises online 2012) realçou a importância de dois obstáculos capazes de dificultar sua implementação: a desigualdade social e o individualismo possessivo, os quais são fatores que desestimulam ou diminuem a participação. Democracia é um termo abstrato, efetivado e viabilizado por meio de ações concretas como a participação em eleições. Eleger representantes políticos na administração pública do Poder Executivo, enfim todos os que são eleitos legitimamente de forma direta e indireta. Quando o povo elege seus representantes está participando do processo democrático. Isso é uma conquista, visto ainda existir, em muitos lugares, a negação desse direito tão peculiar e básico. Eram desafios colocados ao governo de transição, garantir estes direitos, que serão paulatinamente externados na medida em que a democracia se enraíza na sociedade guineense, com designo de legitimar órgãos do Estado através de voto. A comissão multipartidária instituída em novembro de 1992, encarregada de prosseguir com a articulação política do período de transição promovendo debates em torno do modelo do sistema eleitoral na ANP, em março de 1993 a Assembleia Nacional Popular optou pela comissão eleitoral (AMADO, 2011).

Surge impasse político em face de tentativa de golpe de Estado, em 17 de março o processo ficou paralisado durante um ano, em 1993 reinicia as novas negociações políticas da qual culminou com a instituição da Comissão Nacional de Eleição CNE pela Lei nº 01/1993, órgão de caráter político, responsável de organizar

eleições gerais, sendo seus dirigentes máximos presidente e seu vice escolhidos na cessão da ANP com mandato de 4 anos. No mês de agosto/setembro começou recenseamento eleitoral, neste período, começaram as articulações das novas formações políticas, evidente que isso caracteriza uma missão difícil destas novas instituições partidárias, tendo em conta a estrutura do Estado guineense para enfrentar a base condensada do PAIGC no seio da sociedade (LOPES, 2003).

Nas primeiras eleições começaram a ser sentidos o efeito colateral do período nebuloso de assassinatos em 1985, como no caso de 17 de outubro, como foi explanado acima. A maioria dos quadros políticos assassinados são da etnia Balanta, nas primeiras eleições gerais contou com a presença de candidato do Partido de Renovação Social/PRS do seu líder carismático Kumba Yala, a maioria dos dirigentes desta formação política pertence a etnia Balanta, visto com um claro processo etnopolítico em explorar identidade (KOHL, 2011, 53), PRS iniciou então adaptar estratégias políticas no uso de expressões de exaltação e de incitação de violência étnica, como sendo um dos que mais participou na luta de libertação nacional e o mais discriminado no âmbito político (Amado, 2011).

Os discursos étnicos nessa eleição, apesar de não ganharem força expressiva, mas, apresentaram alguns indícios de percepção de aderência retórica falida de dividir para melhor reinar. O fomento a divisão étnica na sociedade se expressou politicamente em ambas as partes conservadoras do PAIGC, que defendia a candidatura de João Bernardo Nino Vieira a presidente e pregava também divisão étnica para influenciar votos da etnia Papel.

No entanto, Yala, considerado como Líder natural dos Balantas, conseguiu através da sua retórica ser bem recebido por eles (KOHL, 2011, p.53) e despertar a atenção de certas camadas, apesar de nessa primeira eleição não chegar a ser eleito diante do seu adversário João Bernardo Nino Vieira candidato do PAIGC da etnia Papel. Mas, lala introduziu na sociedade Guineense de forma expressiva o espírito de pertencimento étnico, que refletiu no quadro dos resultados eleitorais detalhados no ponto da Unidade Nacional, isso nos ajuda a entender um pouco os efeitos da política étnica através dos resultados dos votos expressos nas regiões do país onde os residentes são maioria balanta (KOHL, 2011).

Nessas primeiras eleições gerais participaram dezenas dos partidos políticos na corrida Presidencial e de Chefia do governo, a falta de coerência política de interesses da oposição ao PAIGC não conseguiram travar a vitória do partido

libertador na Presidência, como também na Legislativa, saiu com maioria na Assembleia Nacional Popular. O Modelo político de semipresidencialismo adotado na Guiné Bissau, a formação política com maiores assentos parlamentares deve indicar o Primeiro Ministro (Chefe do Governo) e elegeu presidente Nino Vieira no segundo turno, onde teve o segundo candidato mais votado Kumba Yalá.

No que concerne a tendência de votos étnicos, nem sempre o resultado exprime claramente este sentimento de tribalismo em algumas regiões, vejamos os resultados fragmentadas da primeira eleição presidencial de 1994. Por exemplo: para cargo de presidente, alguns indícios apontam para o voto étnico. Candidato Kumba lalá, da etnia Balanta, foi votado massivamente na província norte da região de Oio, setor Bissorã (71,06 %) de votos, onde 77 % da população pertence ao Balanta. Setores de Bigene/Bula da região de Cacheu, (51,39 %) de votos válidos, onde 58 % destes se declaram Balanta. Mansoa/Nhacra, Região de Oio, (44,35 %) de votos, onde cerca de 74 % da população se declara Balanta”. Na província Sul da Guiné-Bissau, nomeadamente região de Quinará setor de Fulacunda e Tite (44,74 %) de votos, onde 61 % é da etnia Balanta”. “ainda no sul daregião de Tombali Setor de Catió, (40,93 %) onde 65 % declaram pertencer etnia Balanta.

Para o Candidato João Bernardo Vieira (Nino) da etnia Papel, houve mobilização maior de percentagem de votos no Norte, também região de Biombo, nomeadamente setor de Biombo com (79,07 %) de votos, nesta região os habitantes são maioria da etnia Papel com (87 %).

Nas regiões que não ocorreram tendências de votos étnicos, o candidato François Mendy, da etnia Manjaco em Caio/Canchungo, região de Cacheu obteve (28,19 %) de votos, onde predominam os Manjacos com (93 %) poderia justificar com razão chamar de voto étnico, nesta região o resultado eleitoral foi surpreendente e também em Tite e Fulacunda, uns dos círculos onde Koumba Yalá da etnia Balanta foi massivamente votado, nesta região existem outras etnias como os Biafadas (30 %), os Fulas (16 %), Papéis (5 %), Nalus e Sossos. Visto que nem sempre os votos étnicos foram demonstrados em todas as regiões.

O candidato à Presidência Boubacar Djaló, de etnia fula, não conseguiu cativar mais do que 3,97 % dos votos em Gabú onde a maioria destes se declaram fulas, enquanto que João Bernardo Vieira (Nino) da etnia Papel recebeu 55,9 % de votos. O candidato Domingos Fernandes, da etnia Mancanhas, conseguiu uma das suasmaiores votações nesta região, onde predomina a etnia Fula. Os candidatos

Domingos Fernandes e Vítor S. Maria, ambos pertencentes à etnia Mancanhas, sofreram uma derrota retumbante em Bolama/Ilha dos Bijagós onde existe um certo peso dos Mancanhas, principalmente em Bolama (22 %). Na Guiné-Bissau, a etnia Balanta tem maior representação, mas seus votos não representam maioria a nível nacional, ou seja, é impossível os votos de uma única etnia eleger um Presidente da República. Por isso os políticos guineenses devem abandonar discursos étnicos e criar ambiente político saudável na sociedade.

Os resultados eleitorais não se tratam e conquista eleitoral por convencimento político através de programa de campanha eleitoral, ou por ideologia partidária, versa da manifestação massiva de pertencimento de origem étnica do candidato, sem questionar a opção da escolha.

4.2 MANUTENÇÃO DO PROJETO DE UNIDADE NACIONAL.

O Projeto de Unidade Nacional é uma concepção do partido PAIGC. Neste esforço imergiremos pela profunda observação de definir de uma maneira geral os traços históricos, políticos, sociais e Culturais do homem africano, como sendo centro de criação das possibilidades tendentes a colmatar possíveis ameaças de liberdade. Irei expor um pouco da complexidade da construção e manutenção do projeto de unidade nacional entre as etnias guineenses.

O Projeto de Unidade Nacional, com a expressão “Unidade e Luta”, Lema de Emancipação do Estado Guineense e Cabo-verde, abrange a ideia de unidade de duas nações e unidade entre as diferentes etnias Guineenses, para não fugir do contexto, vou analisar aqui o projeto de Unidade Nacional das etnias que compõem a nação guineense, com enfoque na realidade dos aspectos importantes na manutenção da paz e da estabilidade democrática que condicionam o desenvolvimento do país.

A palavra Etnia vem do grego *ethnos*- povo que tem o mesmo *ethos*, costume, incluindo língua, raça, religião etc. O termo não é sinônimo de raça, este último tem conotação exclusivamente biológica. Os sentimentos individuais de pertencer a mesma etnia estão ligados a uma posição comum na dimensão histórica do processo social, que significa disposição para um certo modo de ação historicamente relevante, considera-se Raça-Etnia como fenômeno social (LOPES, 2003).

Lopes considera que o aspecto histórico de inter-relações étnicas pode ser compreendido através dos fenômenos sociais e culturais, que constituem uma esfera acima de cada grupo e sua praticidade. A convivência social, o modo de vida e a produção econômica também são fenômenos que interferem na definição do contexto social dos grupos étnicos. Isso se compreende no segmento de análise da concepção de ideologia de uma determinada classe. Em ocasiões diversas geram conflitos e por sua vez os obrigam a viverem separados.

Outras causas deste isolamento se deram através das brigas de terras e também de expansão de território dos antigos impérios africanos, o mais forte escravizava o mais fraco. Os mais fracos fogem destes conflitos sociais, mas, algumas comunidades viviam de forma harmoniosa, as relações sociais de convivência entre etnias conforme exposto no primeiro capítulo deste trabalho (AMADO, 2011)

Os grupos étnicos oficialmente identificados com suas línguas e culturas diferentes dedicaram-se juntos à resistência contra o domínio colonial, que culminou mais tarde na formação do partido africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde PAIGC, o qual é oriundo dos movimentos nacionalistas. No sentido de mudar o regime político e inovar sistemas e formas de governos no Continente Africano, nessa busca de condições políticas de livre exercício da cidadania, Amílcar Cabral se apresenta como figura com ideologia de unificação de diferentes pensamentos e visão política para um objetivo comum que ele intitulava Democracia Revolucionária, isso requeria a expulsão do colonialismo português (CABRAL, 1974, p. 142) para ser consolidada a linha de pensamento na base do projeto da Unidade Nacional.

Com muita resistência, Cabral desenvolveu no seio da sociedade esperança de um futuro melhor, combateu com muita determinação qualquer divisão que possa pôr em causa a ação armada do PAIGC, com isso defendeu a unificação da cultura, destacado através do lema “Unidade e luta”.

Falar da etnia se tornou um tabu na sociedade guineense até os assassinatos de alguns dirigentes do partido. A maioria destes assassinatos pertenciam a etnia Balanta, acusada de envolvimento no eventual Golpe do Estado, de acordo com (Lopes, 2001), havia pena de morte para os que atentassem contra a segurança do Estado, assim os acusados foram julgados com direito a ampla defesa e condenados a morte pelo Tribunal Militar de Bissau. Vale salientar que as decisões estavam centradas na figura do presidente com poder absoluto, isso nos traz

suspeita sobre a veracidade dos fatos alegados, uma vez que não se tinha liberdade de expressão e de manifestação de opiniões. Leia abaixo:

22.07.86, in "Diário de Notícias" Foram já fuzilados os seis condenados à morte por envolvimento no alegado golpe de 17 de outubro do ano passado, anunciou o ministro guineense dos Negócios estrangeiros, Júlio Semedo. Além de Paulo Correia, antigo vice-Presidente da Guiné-Bissau, foram fuzilados Viriato Rodrigues Pan, Binhanquerem Na Tchanda, Pedro Ramos, Braima Bangura e N'bana Sambú [...] (CARVALHO, 2008, p.03)

Criou-se um clima revolta nos oficiais de etnia balanta, ora, para além da discriminação que foram alvo, transfigurou-se situação de pertencimento e de identificação étnica de cada elemento na corporação da FARP. Os traços que, antes constituíram a união entre grupos étnicos, já não era capazes de reafirmar a consciência da unidade nacional.

O ato discriminatório da etnia Balanta, expressamente manifestado na execução sumária destes elementos, gerou clima de descontentamento tanto no seio do PAIGC como na sociedade em geral. (SEMEDO 2012, p. 109)

A incompreensão inadmissível das barbaridades cometidas pelo governo do Partido Único, reata, de certa forma, o enfraquecimento do projeto da Unidade Nacional, que se transformou na injustiça social.

O diálogo como caminho de internalização da cultura política foi afastado do cenário de debate, antes reclamava-se da política colonial, agora foram os guineenses mandando matar os próprios irmãos. O conselho revolucionário usurpa todos os direitos conquistados, age como se fosse aspirador de vidas dos seres humanos na terra. O reconhecimento de origem da identidade, que pode ser identificada através da desigualdade material de acesso às políticas públicas, caracteriza fenômenos mais intrigantes, tais como o ato de excluir uma parcela da sociedade no processo de desenvolvimento. Uma sociedade historicamente marginalizada e inferiorizada por características de fenótipos diferentes do outro.

O estudo de etnia deve ser analisado de forma conjunta com a comparação com outras culturas. Constitui fator importante no estabelecimento de democracia participativa, considerar que dentro da comunidade, onde muito se conhece, há possibilidade de diferença das condutas sociais, repressão e julgamento prévio, legado cultural resulta na prática cotidiana. A exigência de

reposição de legitimidade democrática, baseia-se na reivindicação de responsabilidade do Estado assumir a posição de garantia de segurança de exercício da cidadania.

Carlos Pereira Lopes (2003) apresenta dois tipos de reivindicações capazes de atender à necessidade básica da sociedade civil que incorpora heterogeneidade étnica; a primeira é pela redistribuição justa dos recursos e bens materiais, criar condições iguais para toda a sociedade independentemente do grupo, raça, gênero e religião; a segunda reivindicação seria chamada a “política do reconhecimento”, ou seja, tolerância de convivência pacífica dentro dos limites predefinidos nas sociedades, das diferenças de opiniões e também o respeito mútuo, são condições indispensáveis para um convívio harmônico entre os humanos (LOPES, 2003).

Antes, para evitar a segregação étnica racial, Amílcar Cabral definiu uma cultura capaz de convergir todas as diversidades étnicas, que seria identidade nacional com adoção da língua *Crioulo* - língua nacional que une todas etnias da Guiné-Bissau, definido também como instrumento de comunicação do dia a dia, o dialeto. Para (KOHL 2011), os líderes do PAIGC foram ajudados pelo crioulo na construção uma sociedade nova, Kohl destacou o crioulo como elemento definidor da cultura, por trazer componentes de valores culturais que servem para a integração da sociedade, falada por mais de 80% da população Guineenses. O segundo instrumento de integração da unidade nacional seria *Manjuandadis*, forma de manifestação cultural, formada por pequenas associações nas comunidades a fim de fortalecimento e de compartilhamento de ajuda mútua. Dentro desta manifestação cultural surge a festa popular, o Carnaval que se espalhou em todas as regiões. O carnaval é uma manifestação da cultura popular onde todas as etnias apresentam suas danças e praticidades, que acontecem, geralmente, em meados de fevereiro.

De acordo com Kohl (2011), a “heterogeneidade étnica” persiste como um forte desafio de afirmação de identidade nacional, o país não é capaz de criar o perfil ideológico, conseqüentemente dissolve ideias étnicas.

O projeto de unidade nacional, que se manifesta por meio da língua Crioulo como padrão de comunicação e de integração da cultura nacional não é o único meio de comunicação usado, pois ainda são visíveis as práticas representacionais comunicativas e interpretativas de uma outra

cultura, habitualmente em representações públicas de estereótipos culturais diversos. A perspectiva da promoção de integração das comunidades longínquas, no espaço rural, integram na produção dos valores do mercado cultural, restringe-se em grande escala na base de família fechada, o que torna a integração mais difícil de se concretizar. Questão étnica “nunca foi um meio de instrumentalização política” (RELATORIO ESPECIAL DE CEEA, 2013, p. 30).

A limitação de atuação do Estado, em políticas públicas, deixa cada vez mais fácil a desintegração das comunidades étnicas. Os últimos governos, conhecidos no país, desleixaram-se da política de redistribuição de recursos e riquezas (LOPES, 2003). O Estado ao invés de assumir, preponderantemente, na resolução das questões de construção de um Estado de direito, conseqüentemente, estabeleceu relação de poder entre governo e a sociedade civil. É preciso um diálogo permanente do poder público para cultivar a consciência do patriotismo e dinamizar a funcionalidade da governabilidade.

A ordem social compreende diversificações entre grupo de massa, em desconstruir princípios de fragmentações de conceitos étnicos, de evitar suas conseqüências, que interferem na ordem de resistência de integração social dos indivíduos, os quais se identificam como diferentes na origem, baseados nas ideias arcaicas incompatíveis com a modernidade. A defesa de uma ideologia cultural étnica de ponto de vista do pensamento africano, por exemplo: as práticas culturais são expressas dentro de um conceito étnico, a etnia é reconhecida através das suas práticas culturais, modo de vida, de vestir e de falar, mas, por processo de integração a percepção desta diferença torna-se difícil de ser percebido atualmente.

Cabral (1974) entendia que as divisões étnicas de ponto de vista político expressam a riqueza cultural do povo africano, ou seja, Guiné-Bissau representa uma cultura hegemônica, que faz realçar a responsabilidade do governo de eliminar as tensões étnicas através das políticas públicas.

“Os povos ou as populações de ascendência comum constituem etnias; as etnias subdividem-se em tribos, as tribos em clãs e estes em linhagens” Qathafi considera que as tribos oferecem melhor uma educação mais consistente para os adultos, porque permite maior integração da convivência e se torna difícil escapar da vilania da comunidade, o controle é exercido por todos, diferentemente do que acontece na “educação circular” (QATHAFI, 1947-2002).

No entanto, o comportamento de indivíduos passa a ser tomado como

uma responsabilidade social da consciência coletiva, que pode oferecer a proteção e também pode punir atos de desvio de conduta.

Assim, esses valores hegemônicos têm sido desprezados pelos atores políticos guineenses, ou seja, são usados inversamente. Ao invés de criar ambiente harmonioso de convivência social, usa-se para crises, divisões e para obter proveitos políticos, essa prática leva ao enfraquecimento do poder estatal. “Prova de que muitos eleitores exercem os seus direitos de forma pragmática e não em função de preferências rígidas, regionais, étnicas ou partidárias” (RELATORIO ESPECIAL DE CEEA, 20013, p. 18) o que resulta na instabilidade política, a qual reflete na perda de confiabilidade dos investidores e, automaticamente, enfraquece a economia.

4.3 ATUAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS JUNTO À SOCIEDADE CIVIL.

A sociedade civil se define como meio diversificado de indivíduos na esfera política e social em busca de entendimento que garanta a fruição do exercício do direito de cidadania. Vou aqui analisar a atuação da sociedade civil guineense. A partir da reforma constitucional de 1991, que consagrou o multipartidarismo como regime político a ser seguida na república. Destacando a sua complexidade de novas mudanças de relacionamento entre a sociedade civil e as instituições políticas.

Carrega influência colonial, culturas étnicas e a modernidade. são esses três pilares essenciais possíveis de ser identificados nesse processo de reforma de regime, Cardoso (2003) considera que a sociedade se apresenta como resultado de hegemonização das relações interétnicas, que deriva do fruto da sociedade e hoje prevalece viva, para ele é um valor comum produzido de padrão social, o qual agrega elementos principais das culturas tribais para formar um corpo homogêneo nacional.

Antes havia associações de caráter popular “*mandjuandade*”, já referido na primeira parte deste capítulo, era um modo de organização da sociedade civil. Na era do liberalismo econômico, em 1984, começaram a aparecer sinais positivos de liberdade de criação de associações, em 1990, partidos políticos, sindicatos de categorias, cisão e incorporação de empresas, através da reforma constitucional que acabou com o monopartidarismo guineense:

[O país]. Assistiu ao nascimento e proliferação de várias formações associativas, partidárias, sindicatos e formações sócios profissionais, que hoje formam o conjunto a que se denomina sociedade civil, que vinculam o setor privado às práticas de assistência e auxílio mútuo. Tal movimento foi propiciado pela alteração da Constituição da República, que passou a permitir o pluralismo político, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa (BARROS, 2014, p. 36)

De fato, é de suma importância a atuação da sociedade civil junto a comunidades. Segundo o analista político (KOUAWO 1996 *apud* BARROS, 2014, p.35) em 1991 o PAIGC redobrou seus esforços em compor sua base política anteriormente abandonada, tendo em vista as primeiras eleições multipartidárias de 1994, de poder garantir votos suficientes que permitissem ao partido manter o seu líder no poder.

A reforma constitucional permitiu a criação de associações civis, de bairros, de sindicatos, de empregados, dos comerciantes e ONG's, igrejas etc., assumiram papel decisivo na consolidação da paz e de promoção do desenvolvimento da sociedade, principalmente nas regiões com mais precariedade das ações do governo.

Foram produzidos vários diplomas para disciplinar as associações cívicas, fundações e sindicatos, a lei n.º 8/91, de 3 de outubro de 1991 - Lei da Liberdade Sindical; Decreto n.º 23/92, de 23 de março de 1992 – Disciplina a criação e o exercício da atividade das organizações não-governamentais; Decreto n.º 26/93, de 15 de Março de 1993 - Regula o controle das isenções aduaneiras das importações feitas ao abrigo de projetos de investimento público tutelados pelos Ministérios e outros Departamentos do Estado; Lei n.º 2/95, de 24 de Maio de 1995 – Institui o regime sobre a isenção ou redução dos direitos de importação; Lei n.º 6-A/95, de 5 de Julho de 1995 – estabelece que os produtos importados como bagagem pelas organizações não-governamentais, ou ao abrigo de regime de isenção, não são por ele abrangidas; Decreto n.º 5/98 – Estabelece o regime jurídico do uso privativo da terra e determina que associações de utilidade pública, sem fins lucrativos estão isentas do imposto fundiário (art. 41º) será a atribuição do direito mediante uso consuetudinário gratuitamente (art. 11º).

Algumas regulamentações pontuais de proteção dos direitos sociais sob

pressão de associações e ONG'S em produzir legislações para limitar práticas culturais consideradas prejudiciais à sociedade, caso da “Lei 14/2011 (Criminalização da Excisão Feminina) e a Lei 12/2011 (Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de pessoas” (BARROS, 2014, p. 38). Há, atualmente, grande variedade de associações que atuam efetivamente em diferentes áreas “educação, a saúde, a assistência social e cultural”;

A sociedade civil é formada por organizações sem fins lucrativos, de natureza privada, não submetidas ao controlo direto do Estado, com vista a realizar objetivos sociais ou públicos. Dessa forma, cumpre analisar os sujeitos que compõem a sociedade civil guineense à luz da legislação, ainda que tal não seja realizado de forma exaustiva, porquanto qualquer recomendação legal que se queira fazer passará necessariamente pelo seu correto enquadramento [...] (BARROS, 2014, p. 39).

Com isso, diferentes segmentos das associações constituídas no país seguem regulamentos previstos em lei.

Sobre a instituição dos partidos políticos pela lei, merece destacar que a atuação destes de monitorar a ação política e, até mesmo, prever a confiabilidade do político em realizar as metas da plataforma apresentada na campanha eleitoral, resta apenas a consciência desses governados em exigir instrumentos que possam lhes garantir pelo menos um voto consciente. Um desses instrumentos necessários para uma votação coerente é o acesso a informações da Administração Pública, o que deve ser cobrado das instituições democráticas (DALH 2001, p. 70)

O fornecimento de informações das ações da Administração Pública constitui um elo de comunicação entre o Estado e o público eleitor. A legitimidade estatal encontra-se diretamente relacionada com a satisfação social, visto que, no sistema democrático, o poder emana do povo e os representantes devem exercê-lo de acordo com o interesse geral, conforme as atribuições que lhes foram outorgadas pelo “ordenamento jurídico do país”. Assim, os sistemas de comunicação e informação acabam sendo o movimento de concretização da democracia ativa e cotidiana, em estreita proximidade com o indivíduo (BANDEIRA, 2005, p. 07).

No sistema democrático moderno (representativo), os governantes são legitimados a exercer cargos políticos pelo povo, através do voto nas eleições democráticas, transparentes, justas e periódicas. Com preocupação, fundamentalmente, em criar condições mínimas para que o povo

possa, de forma plena, participar direta ou indiretamente nos assuntos políticos. É o mecanismo de controle dos eleitorados, que observa a atuação política dos candidatos durante o exercício do mandato e, dependendo dos resultados obtidos, este será reeleito ou não, tendo em conta seu desempenho. “Participação política desta forma é bastante eficiente pelo fato de que” “instrumentos de controle direto dos cidadãos sobre a burocracia” produz efeito sobre quem pretende se manter no cargo público, mesmo assim o sistema apresenta falhas (MOISÉS online, 2012).

As eleições devem ter o papel de selecionar boas propostas dos partidos ou candidatos, cujas plataformas políticas pretendam realizar se forem eleitos. Deve explicar ao povo como serão executadas, na prática, as propostas apresentadas e de que forma irá beneficiar a sociedade. A partir de então, os eleitores fazem juízos de valor das propostas que julgam adequadas com a realidade.

No regime democrático representativo os ocupantes de cargos eletivos não são obrigados a cumprir a plataforma eleitoral, ou seja, aquilo que foi prometido no período eleitoral. O controle administrativo é exercido pela sociedade e pelo órgão especializado, o judiciário competente. Os políticos, portanto, são punidos pelo povo por via do voto e pelo Judiciário nas questões de crimes de improbidade administrativas e penais. Dalh (2001), defende que há permanente ambiguidade da impunidade dos crimes, praticados pelos agentes políticos, na Administração Pública. Impunidade traz sérias consequências negativas: como violência, aumento da pobreza, nepotismo etc. Duas questões essenciais levantadas pelo autor, a saber:

Primeiro - Os partidos políticos realmente informam aos seus eleitores sobre suas intenções e suas convicções políticas? É de suma importância aos eleitores saberem a ideologia política do seu representante, no que ele acredita da política e de transformação social da sociedade.

Segundo - *Accountability* afim de garantir eficiência e controle do representado sobre o representante, ou seja, os eleitores, não possuindo informações completas dos feitos do governo, podem se permitir a fazer melhor escolha do seu representante?

A capacidade de os eleitores avaliarem a gestão dos governos permite que os melhores políticos possam continuar no poder, já que defendem o interesse do Estado. O autor afirma que a *accountability se efetiva* quando os eleitores podem monitorar os governantes com instrumentos de que a lei dispõe, como acontecem

nos outros países com democracia amadurecida. A opinião pública decorrente desta atitude pode funcionar como ferramenta para nortear os governantes, influenciando diretamente nos seus planos de governo. Como fatores fundamentais para controle do eleitor sobre os administradores públicos eleitos.

Em suma, o controle dos cidadãos sobre o político na democracia ainda está longe da sua perfeição. No que tange às eleições, resta claro que falta mecanismos suficientes para garantir a participação e o bem-estar dos cidadãos. É obvio que os representantes podem se deparar com dificuldades para realizar os objetivos desejados durante o mandato ou cumprir seu programa eleitoral de campanha. Mas isto se torna um problema agravante quando se sabe que o cidadão não dispõe de meios punitivos de imediato para cobrar aquilo que foi prometido. Tal fato torna o processo de campanha eleitoral apenas um mecanismo de propaganda enganosa. Portanto, faz-se fundamental uma reforma político-institucional, tendo como objetivo a prestação de contas da atividade do governante, baseada em instrumentos punitivos. Consequentemente, estas medidas devem funcionar como um aumento da eficiência do funcionamento e controle da Administração Pública.

4.4 O CONFLITO POLÍTICO E MILITAR DE 1998/1999.

O conflito político Militar de sete de junho de 1998 teve como protagonistas Chefias Militares descontentes com a governação do Presidente João Bernardo Nino Vieira e sua liderança como presidente do PAIGC. Existe outros aspectos importantes nos acontecimentos antes da revolta militar; problemas tribais acima indicados, as forças armadas, cuja maioria era da etnia Balanta, foram sistematicamente discriminadas por alegadas tentativas de golpe de Estado envolvendo a maioria destes. A partir de então havia um afastamento dos Balanta nas chefias militares guineenses. Nesta ocasião, sucessivos conflitos internos nas lideranças do PAIGC, que começou desde a luta com questão de Tráfico de Armas da Guiné-Bissau para Rebeldes da Independentista de Casamansa MFDC. Reivindicações que o então Presidente da República apoiou discretamente, levou o Senegal, através do seu presidente abdu Diouf, a celebrarem acordo de não agressão com a Guiné-Bissau para preservar integridade territorial do país e manter integridade da Região de Ziguinchor no Senegal (DIALLO, FERNANDES, 2012, p. 128)

Quando o padrinho político do Senegal, a França, percebeu o envolvimento do governo guineense nesse processo, exigiu da Guiné-Bissau explicação e posicionamento sobre o conflito e em seguida apurar quais eram os responsáveis pela venda de armas aos rebeldes, o ato mudou a tomada de posição do Governo da Guiné-Bissau sobre o caso e também provocou reações violentas do então chefe do estado Maior das Forças Armadas contra o Presidente da República, que brotou na subversão da ordem constitucional em 7 de junho de 1998.

Assim sendo, a ANP constituiu de forma democrática, em 1997, comissão de inquérito para apurar a veracidade dos fatos. Com o Relatório desta comissão recomendou a exoneração do então Chefe do Estado Maior, Brigadeiro Ansumane Mané, que parecia um dos suspeitos de envolvimento de tráfico de armas. Na ocasião, organismos internacionais e partidos políticos interessaram-se pelo apuramento da ocorrência, reivindicaram que o relatório deveria ser lido no dia 8 de junho de 1998. Um dia antes abrolhou o conflito.

Do mesmo modo, ainda carregava traumas e ódios dos erros que os do caso de 17 de outubro de 1985, referente aos assassinatos de altos dirigentes do PAIGC, por outro lado, ambições de alguns líderes dos partidos que almejam adquirir o poder de qualquer forma. O interesse de Portugal que se sentia afastado no processo de desenvolvimento, ou melhor, de ser protagonista de controle das riquezas minerais guineenses, é de lembrar que, um ano antes do conflito de sete de junho a Guiné-Bissau passou a integrar a União Monetária dos Estados da Oeste Africana UEMOA, a moeda da França, o que foi interpretado como um passo de aproximação da Guiné aos países francófonos, que têm como tutor o Estado francês. Com isso, Portugal pretendia ter o país debaixo da sua órbita política.

Diante destes interesses opostos de grupo e de potências, formou-se um bloco duro, envolvendo os elementos do PAIGC, o partido no poder, que controlava forças armadas da sociedade civil com aval de interesses externos que deu no desencadeamento de sete de junho, maquiada ideia da revolta popular contra o governo Carlos Correia e do presidente Nino Vieira.

O então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Anssumané Mané, afastado de sua função juntou-se com os oficiais das etnias Balanta e alguns oficiais das outras etnias minoritárias, com partidos políticos, com a sociedade civil e formaram a chamada Junta Militar. Esse grupo, então, lutou contra as forças leais do presidente da República João Bernardo Nino Vieira.

O Presidente Nino, por sua vez, recebeu auxílio militar do Senegal e da Guiné-Konakri. Na base de acordo dos países sub-regionais, constantes de não agressão e de ajuda mútua, também se promoveu recrutamento de milícias cidadãos guineenses de maioria da etnia papel, para defender o governo legítimo. Enquanto que a junta Militar, liderada por Ansumane Mané, teve apoio da sociedade civil dos Rebeldes de Casamansa e Portugal, com o objetivo de afastar o presidente do poder e reaproximar a cooperação com Portugal, portanto, a guerra civil durou 11 meses, com o desfecho houve queda do presidente da república, em 14 de maio de 1999.

Teve início o ciclo de instabilidade política, de violência sistemática dos direitos humanos, de uma série de assassinatos sem que os autores fossem identificados ou julgados. Veja:

[...] “A guerra deixou por reconstruir o Estado, a economia e a sociedade»¹⁴. Desde então, «a impunidade foi institucionalizada e passou a constituir uma regra no funcionamento regular das instituições públicas e privadas com a nítida inércia do sistema judiciário, órgãos de inspeção, instituições de controlo e de fiscalização [...] Os autores morais e materiais das sucessivas confulsões políticas e militares continuam impunes, com avanços tímidos nas investigações e acusações relativas ao assassinio [...] MENDES, 2013, p. 08).

A desordem enfraqueceu as instituições públicas. No dia 29 de julho de 1999, realizam-se eleições gerais, o partido de renovação social PRS saiu como vencedor tanto no legislativo, como também no executivo. Pela primeira vez o PAIGC foi afastado do poder, por insatisfação da sociedade dos vinte e cinco anos no poder o que levou o país a desgraça.

Por conseguinte, os governos do PRS de 2000 a 2003 foram nomeados 4 primeiros Ministros, na mesma gestão do Kumba Yalá, o líder da Junta Militar, Brigadeiro Ansumane Mané, foi assassinado pelos Soldados fiéis ao Presidente, no dia 30 de novembro de 2000, no vilarejo de Bijimita, região de Biombo.

O presidente por sua vez foi deposto em 17 de fevereiro de 2003, pelo seu próprio partido. Foi indicado para Primeiro Ministro o Secretário Geral Antônio Arthur Sanha, o presidente da República, Henrique Pereira Rosa, formando Governo de Unidade Nacional de um ano terminou com a realização da eleição legislativa em 26 de março de 2004, onde PAIGC venceu com maioria relativa. No dia 7 de outubro de 2004 foram assassinatos o General Veríssimo Correia Seabra e o Coronel

Domingos de Barros nas instalações militar, numa revolta. Distintos episódios de morticínio marcam a passagem sombria da transição democrática guineense.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

Pretende-se traçar um estudo analítico acerca da efetivação das políticas públicas que garanta cultura participativa da sociedade civil nos debates políticos, visto que considerado um mecanismo de administração pública pode apoderar-se na construção de metas do governo democrático.

Na Guiné-Bissau, as políticas públicas, apesar de terem surgido no início da luta de libertação nacional, não prosseguiu nos 18 anos de governo do PAIGC, regime de partido único de 1973 a 1991.

De acordo com Indjaí (2014) de 2002 a 2005, o governo de Carlos Gomes Júnior elaborou um projeto de segurança alimentar “um documento que explicita um plano de ação para a área rural, ou seja, a Carta de Política de desenvolvimento Agrário” Indjaí (21024, p.87) relata que o plano visava democratizar o processo de produção e de distribuição de alimentos em todo o território nacional e garantir o sustento da família guineense. Isso implicaria na não dependência de setor produtivo do caju “assegurar a gestão racional e a produção dos recursos, manter em equilíbrio o capital nacional de recursos naturais” para ele o projeto tem o objetivo explícito de gerar o desenvolvimento regional e setorial de atividades agrícolas e promover o desenvolvimento humano, criar independência do setor privado e a não intervenção do estado.

5.1 EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADE SOCIAL.

A participação da sociedade civil organizada, com seus arranjos de matérias tecnológicas, trouxe efeitos positivos no processo emancipação do Estado guineense. Foi nessa base de organização social que o PAIGC fundamentou sua estrutura política (LOPES, 2003). Durante a luta de independência na Guiné e Cabo-Verde a sociedade civil se transformou, em pouco tempo adquirindo espírito participativo de inclusão de gênero e classe social. Emergindo, no segundo tratado do Estado, na renúncia da vontade particular em detrimento do Estado, o que refletiu na formação do governo civil (MELO, 2000, p. 83).

Percebe que, portanto, a fragilidade de adoção e de efetivação das políticas públicas, as quais são imprescindíveis ao fomento e aumento de produção nos setores chaves de desenvolvimento,

No sector pecuário, conforme expõe o Relatório da Conferência Mundial de Clima Rio 20, representa 30% do produto interno bruto PIB, não obstante o investimento do governo nessa área, ela ainda continua sendo muito execrável nos 30 anos de independência “produção de animais de ciclo curto é assegurada, principalmente, pelas mulheres de pequenas unidades de produção Simi-industrial de ovos e frango” (SECRETÁRIO DOS ESTADOS DO AMBIENTE E DO TURISMO DA GUINÉ-BISSAU, 2012), outros produtos integram o mesmo déficit de produção.

Da pesca, que já foi externado no segundo capítulo, ressalto aqui a pesca artesanal, a qual é responsável por abastecer o mercado interno. Em 2008, o governo elaborou o plano de desenvolvimento no setor pesqueiro, a partir de então foram criados centros de investigação e pesquisa, coordenados pela agência de fiscalização marítima FISCAP, cuja é responsável por combater a pesca ilegal.

No entanto, embora se tenha um setor um pouco sistematizado em relação ao pecuário e agrícola, é indispensável o plano de criação dos recursos, tanto material como humano, para o aperfeiçoamento da atividade. Veja abaixo as considerações da Secretaria do Meio Ambiente e de Turismo:

O desenvolvimento do setor depara-se com vários constrangimentos, nomeadamente, (i) a ausência de uma política clara e eficaz para impulsionar o setor, (ii) a fraca capacidade institucional e humana, sobretudo em matéria de planificação, monitoria e controle da exploração dos recursos nas ilhas (iii) infraestruturas inadequadas para apoiar as atividades de pesca (desembarque, conservação, transformação, controle e comercialização), (iv) a fraca capacidade técnica, organizacional e financeira do setor pesqueiro empresarial nacional, com uma visão voltada para o mercado internacional (SECRETARIA DO ESTADO DE AMBIENTE E DE TURISMO DA GUINÉ-BISSAU, 2012, p. 11).

Diante de tudo o que se vê, pode-se constatar que refletem padrões do sistema de governo e seu compromisso com a sociedade. O poder político, instituído e eleito, democraticamente, pelo povo expressa o cumprimento dos princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito. Instituições democráticas, legalmente estabelecidas, representam, legitimamente, os órgãos da Soberania do Estado, previsto no art. 2º Constituição da República da Guiné-Bissau, pautada na proteção dos direitos humanos e garantias fundamentais, a qual deve atender à necessidade e o controle da ordem social e ainda garantir paz e estabilidade.

Segundo Ocuni Cá (2012), encadeamentos de alteração de poder,

legalmente instituído, são o resultado de má resolução de conflitos internos, todos os eventos políticos, que sempre envolvem elementos dos partidos políticos, no entanto, precisariam, da parte do governo, de maior um maior compromisso, bem como da abertura para a criação de condições necessárias, que visem envolver atores políticos e a sociedade civil, para debater problemas mais profundos, que afeta a paz tranquilidade da ordem civil legalmente constituído (CÁ, 2012).

O poder do Estado, dada a fragilidade econômica, política e cultural, não possui mecanismos suficientes de planejamento de políticas públicas que sejam capazes de promover o desenvolvimento regional e setorial (incentivo à cultura democrática, educação, reforma ao sistema de transporte de qualidade, sistema viário etc.), que sejam também capazes de dar incentivo às atividades agrícolas na produção de alimentos de primeira necessidade, combater a corrupção, organizar debates públicos através das audiências públicas sobre a reforma política, arranjos dos mecanismos que permitam viabilidade do regime democrático num Estado de direito (LOPES, 2003).

Neste sentido, instrumentos estratégicos da dominação do poder político colonial, o qual vigorava por via de intrigas entre etnias de fazer com que as mesmas se conflitassem entre si. Isso visava enfraquecer o poder de resistência das etnias, que desde o início não compactuaram com a submissão ao poder colonial, lembrando que as etnias da Guiné Bissau, eram organizadas de forma separadas em aldeias, setores e regiões. Cada etnia detinha sua formação de organização social e seus valores morais e étnicos. Seus reinos de gerenciamento do poder, como por exemplo: etnia Balanta, que não tem um chefe, mas sim suas decisões são tomadas nas assembleias. Para fazer parte de tais assembleias era preciso passar por uma preparação iniciada por um ritual chamado de Fanado (circuncisão), até o momento que vai ser indicado para compor a assembleia, a outra etnia tinha estrutura política parecida com a Monarquia hereditária. O que nos interessa aqui é procurar e entender o funcionamento do poder político, como é que as decisões políticas são tomadas.

Esta representação simbólica do poder tradicional era a forma encontrada dentro da sociedade de ter uma representação ou uma assembleia dos anciões legalmente legitimados, era de extrema importância estabelecer uma figura capaz de orientar aquela comunidade para participar da resolução de conflitos da sociedade (LOPES, 2003).

O PAIGC traz nova forma de organização social do povo guineense, onde o limite territorial já foi determinado pelos colonizadores. Com fragmentação das etnias constitui-se tarefa árdua de conseguir estabelecer uma unidade nacional dos diferentes e também unidade entre povos da Guiné e Cabo-Verde. A unidade surge como uma necessidade política necessária para defender o que é de interesse social (CABRAL, 1974, p.72) para ele os tempos de tribos já passou na África, “agora resta pautarmos no espírito da reconstrução dos Estados”, o mesmo assume papel central de estabelecer a ordem social (CABRAL 1974, p.127).

Democracia como um valor que se dá na proteção e garantia dos direitos e liberdades fundamentais de um povo, incidindo-lhe condições mínimas de participação nas tomadas de decisões políticas por intermédio de variados instrumentos que permitam o exercício da cidadania, seu fundamento básico reside nos princípios dos governos da maioria, sem desprezar as minorias (MOISES, online 2012).

Na dimensão instrumental política é exercida pelo sufrágio universal, exige a escolha do candidato por meio da participação dos cidadãos, semelhante escolha pode ser de uma figura com mínimas condições morais e éticas para dirigir a sociedade. As políticas públicas são percebidas nos países com regime democrático plenamente estabelecido (Dahl, 2001), as políticas sociais, cuja responsabilidade é do Estado para atender a sociedade em geral. A cultura de participação política não se define como processo interação da sociedade civil, mas sim, como um dado preestabelecido da cultura de um povo (MOISES, online 2012).

O fortalecimento das instituições políticas tem uma sua evolução lenta, capaz de levar mais tempo de estabilizar a cultura cívica. O processo de participação política, no sistema democrático contemporâneo, visa criar mecanismos e vínculos políticos entre o gestor público eleito com os cidadãos, no que concerne a efetivação das políticas pública.

A efetivação das políticas públicas na Guiné-Bissau, do ponto de vista formal e estrutural, que de fato tonifica as duas partes, desincumbe-se das obrigações e deveres inerentes a elas. Do ponto de vista formal, de acordo com (SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO NA GUINÉ-BISSAU, 2014), conjuntos de associações de bases possuem visão política limitada, de modo que suas forças são inibidas para poder exercer influência política capaz de levar aos associados a

encararem o espírito crítico em relação a situação política que a Guiné Bissau vive.

Do ponto de vista estrutural, as associações vivem na descrença, os liderados não acreditam nos seus dirigentes, isso porque, apesar da maioria das associações, qualquer uma que seja, honrarem seus deveres de contribuição (cota), há outro problema citado, é que os dirigentes concentram poder de decisão o que contribui para o enfraquecimento das organizações (SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO NA GUINÉ-BISSAU 2014, p.48).

5.2 PROMOÇÃO DA POLÍTICA PARTICIPATIVA DE GÊNEROS.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a organização da sociedade civil nas zonas libertadas, no período de luta de libertação nacional conduzida por Amílcar Cabral, no estatuto do partido, previa o equilíbrio de participação de gêneros, tanto o masculino como o feminino. Começando da estrutura de base do PAIGC, visto que todos participavam igualmente de atividades políticas na administração pública. Nas organizações de bases do partido havia de fato extraordinária proeminência e promoção da política de inclusão em todos os domínios sociais.

4.2.1 Mulher na economia.

A política participativa de inclusão de gênero nos debates tem sido abandonada pós Independência, restando algumas figuras femininas na liderança do UDEMO, órgão interno do PAIGC, mulheres participam nos momentos de manifestação política e de festejo e da comemoração das datas históricas do país ou do partido.

Na cultura África ou na Guiné-Bissau, é de costume que algumas etnias excluam a participação das mulheres em algumas reuniões ou decisões políticas da aldeia, esse espírito continuou, apesar de que Cabral defendeu a presença da camada feminina no período de luta de liberdade nacional, conforme foi explicado no capítulo 1.4. Vale ressaltar, que a violência contra a mulher acontece, sistematicamente, no dia a dia do convívio.

Tratando-se da figura feminina na economia e nos trabalhos básicos dentro da estrutura familiar tem-se que de acordo com os dois estudos realizados na

era de multipartidarismo, na década de 1990, o primeiro trabalho de Manuel Abrantes e Bente Topsoe-Jensen sobre a avaliação do impacto de algumas atividades conduzidas pelas mulheres chegou-se a seguinte pesquisa: abrangem 25 tabancas (Aldeia) beneficiadas com créditos agrícolas, responsáveis de promover a integração efetiva feminina no mercado de produção, utiliza a pessoa de chefes de aldeia (*tabancas*), detém influência na formação de opiniões ou decisões das comunidades. O segundo trabalho, “realizado por Marianne Bull sobre a situação econômica e social das mulheres Manjacas, trabalham nas horticultoras e mandingas produtoras de arroz”. O estudo das duas etnias distintas permitiu a compreensão da importância decisiva do papel da mulher na condução da política econômica das comunidades e a relevância da efetivação das políticas públicas voltadas ao resgate das suas ações sociais no contexto rural específico. (GOMES, 2012)

Em 1990, foram feitos outros estudos relativos as organizações das cooperativas envolvendo os grupos das mesmas etnias. As cooperativas, geralmente, eram organizadas por etnias com o objetivo de facilitar o processo de convergência de entendimento, para Gomes esta forma de organizar cooperativismos em segmentos étnicos, facilitaria o processo de comunicação e relacionamento dos membros.

O papel das mulheres na economia guineense deve ser observado sob diferentes prismas. Primeiro, as mulheres do campo, que participam em todas as atividades de produção independentemente de linha da produção. Destaco aqui a atividade de produção de castanha de caju, considerado mais dinâmico em termos de movimentação de economia básica da família e do país em geral, trabalham na colheita na venda de castanha vendem também o caju na sua para sustentar a família, na entrevista de Elisa Tavares Pinto no rádio Voz da América 10 de abril 2014 refere-se que 51% da população guineense é integrada por mulheres que assumiram também a liderança da economia informal para sustento familiar.

FIGURA 17: Fabrica de castanha de Caju (amendoim)



Fonte: <<https://uniogbis.unmissions.org/o-peso-da-castanha-de-caju-na-economia-da-guin%C3%A9-bissau>> acesso 22 mar 2016.

Na agricultura de subsistência a participação da mulher é decisivo no auxílio aos homens desde início do processo de germinação de arroz até o momento da colheita da produção.

5.2.2 Papel da Mulher na política.

Santy (2010), destaca que o multipartidarismo, de 1990, afetou, significativamente, a participação das mulheres na política, fato é que a desproporcionalidade de participação de gêneros expressa a volta do pensamento machista que prevaleceu na sociedade africana e percebe-se que a Guiné-Bissau não é isenta deste fenômeno. Para ele as primeiras eleições gerais, de 1994, foram marcadas com a presença de uma figura feminina, Antonieta Rosa Gomes, na concorrência a presidência da República, tido como uma representação importante na política guineense.

Desde então, a participação da mulher na política e na promoção de igualdade de gênero baseou-se em dois eixos definidos na Resolução do Conselho Segurança de Protocolo Adicional: (i) Desenvolver atividades sociais econômicas das mulheres, oferecer oportunidade de acesso às políticas sociais, (ii) garantia dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres, proteção através de instrumentos jurídicos contra violência doméstica. (SECRETÁRIA DO ESTADO DE AMBIENTE E DE TURISMO, 2014, p. 58). Nesta seara foi elaborado o relatório que indica a fragilidade da camada feminina no contexto que diz respeito a pobreza

generalizada:

A luta contra a pobreza, dada as diversas representações e o fenômeno multifacetado, exige, em primeiro lugar, uma postura prospectiva, isto é, que o Estado tenha bons conhecimentos sobre o futuro e as aspirações do país e desenvolva capacidades de antecipação e, por outro lado, adapte as boas práticas de governação e de segurança. (SECRETÁRIA DO ESTADO DE AMBIENTE E DE TURISMO, 2014, p. 60).

A pobreza que atinge 1/3 da população guineense afeta diretamente as mulheres, a inércia dos ardis do governo, relativa às políticas públicas, para garantir direitos políticos e sociais é interpretada como ato de negação, ou seja, de renúncia do Estado a sua obrigação de assumir sua responsabilidade de assistir os mais necessitados, privando-os dos seus direitos. Admite-se a disparidade de gênero, propôs novos procedimentos adequados de combate à desigualdade e de inclusão social (SECRETÁRIA DO ESTADO DE AMBIENTE E DE TURISMO, 2014, p. 61).

A constituição da república, no seu art. 25º CRGB, reconhece a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ainda assim a manifestação expressa da carta magna sofre com ausência da vontade política dos governos de promover participação nas políticas sociais de inclusão de gênero, também as convenção assinadas pelo Estado guineense de “Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres [...] e o Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África [...] da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos” (MOE 2014, p. 46) O Relatório da Comissão do Observatório Eleitoral da União Europeia de 2014, manifesta a preocupação sobre o ambiente político, recomendou como agenda emergencial a adoção de medidas temporárias e a volta da motivação desta camada nos assuntos políticos.

Particularmente, nas eleições, havia a presença das mulheres massivamente nos comícios dos partidos políticos, esta participação não caracteriza valorização da figura feminina, mas sim uma mera participação nos eventos, o objetivo aqui analisado é o engajamento das mulheres na discussão política nos órgãos públicos, resgatando as ideias revolucionárias de Amílcar Cabral, de restaurar arranjos novos como instrumentos políticos capazes de fomentar ou de incluir a agenda das mulheres no centro de debates democráticos.

No atual ambiente político, na perspectiva de fazer com que houvesse equilíbrio de participação de gênero, alguns partidos políticos estabeleceram a

percentagem de cargos reservados para as mulheres, por falta de interesses das mulheres, estas vagas acabaram sendo ocupadas por homens, conforme mostra relatório (MOE, 2014, p. 46) que define percentuais internos de vagas destinadas às mulheres;

[...] Partido Nova Democracia (PND) 49 por cento, PAIGC 35 por cento, PRID 25 por cento, PRS 25 por cento – mas admitiram ter ficado aquém na sua implementação. Apenas a União Patriótica Guineense (UPG) adoptou voluntariamente uma quota estatutária de 40 por cento. Outras organizações políticas declararam a discriminação positiva em relação às mulheres como desnecessária (MOE, 2014, p.46/47)

Outras organizações manifestam a mesma preocupação. A presença das mulheres na esfera pública desde o multipartidarismo não cresce, mas assim decai em cada legislatura, tanto na Assembleia Nacional Popular como no executivo. Veja:

A representação parlamentar das mulheres nos passados anos baixou de 20 por cento em 1988 para 11 por cento em 2004, e para 10 por cento em 2008. As mulheres estiveram sub-representação na estrutura do governo pós-golpe com apenas uma ministra e três secretárias de Estado de entre um total de 34 membros. (MOE, 2011, p.47)

Segundo o relatório anual da Liga Guineense dos Direitos Humanos de 2012, em relação aos meios de comunicação social, instrumento indispensável para reforçar o processo democrático em relação a manifestação de opiniões, apresenta déficit ao desempenhar este papel de promover a participação por suas intervenções com parcialidade. Como no caso da Rádio de Televisão Nacional, a qual é a única TV estatal em serviço do governo, limita-se a informar aquilo que o governo quer que seja noticiado, não há exercício da profissão com isenção, com imparcialidade.

As Rádios – existem rádios comunitárias e comerciais, em todas as regiões, mas com menor capacidade da emissão de onda curta FM para todo território nacional, a única rádio com difusão nacional estatal e com maior capacidade. Jornais impressos e digitais com pouca eficiência de atuação em termos técnicos são eivados de vícios que descaracterizam a imparcialidade.

Os Blogs constituíram nos últimos anos veículo de comunicação mais acessível e dinâmico na divulgação das informações, na diáspora guineense, mas não foge do paradigma que afeta o Estado guineense de tendências. Sem dúvidas atuam nas suas órbitas e desconcentrou o monopólio de informação dos veículos de

comunicação estatais, ampliando o acesso da sociedade.

5.3 PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS.

Na contemporaneidade, a proteção dos direitos humanos é a questão central de todos os Estados e organismos internacionais. Piovesan (2012) invoca dois requisitos necessários para garantir a proteção da dignidade da pessoa humana: (i) redefinição do conceito de soberania, a fim de permitir a maior proteção dos indivíduos para legitimar como valor supremo e (ii) redefinir indivíduos como sujeitos de direitos (2012, P.180). Este último serve de instrumento jurídico manifestado através de petição individual junto aos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos para questionar qualquer ato que atente contra sua dignidade (2012, P. 293). O indivíduo é sujeito de direitos humanos, estabelecido nas convenções Internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Declaração dos Direitos Civis e político de 1966, Declaração dos Direitos sociais, Econômicos e Culturais previsto em diplomas) que são expressamente ratificadas pela maioria dos países, assumindo o compromisso de proteger os direitos humanos.

Direitos humanos constituem um termo de uso comum, mas não categoricamente definido. Esses direitos foram conquistados mundialmente de forma gradativa, na contemporaneidade todo ser humano tem ou deve ter, perante sociedade e governo reconhecimento de direitos e não por amor, graça ou caridade, mas, por uma obrigação universal de proteger os valores humanos. Sob essa ótica, os direitos humanos são cedidos pelo simples fato de alguém ser humano, por sua própria natureza e pela dignidade que tem, pela essência e inerência.

Neste sentido, instrumentos de proteção dos direitos humanos previstos na declaração universal dos direitos humanos adota a corrente Universalista, ou seja, a proteção dos direitos humanos deve ser entendida de forma universal, assim os Estados não podem, isoladamente, se valer de argumentos de suas soberanias para colocar em risco os valores definidos pelos princípios dos direitos humanos. Vejamos o que dispõe declaração e programa de Viena:

“Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos de forma global, justa e equitativa, em pé de igualdade e com a

mesma ênfase. Embora particularidades nacionais e regionais devam ser levadas em consideração, assim como diversos contextos históricos, culturais e religiosas, é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais seja quais forem seus sistemas políticos, econômicos e culturais” (ART.2 § 5º, DA DECLARAÇÃO DE VIENA).

Os direitos humanos não podem ser mais enfrentados de forma isolada, pois devem ser tratados por diversas instâncias jurisdicionais: Nacional, Regional e Internacional, parâmetro denominado “proteção multinível dos direitos”, cada nação tem por obrigação proteger os seus nacionais dentro da sua jurisdição. (MARMELSTEIN, 2013. P. 221).

Moraes (2005) destacou três teorias dos direitos humanos fundamentais: (i) Naturalismo que defende os direitos humanos, como sendo uma ordem superior universal imutável e inderrogável, os direitos não surgem através dos ordenamentos jurídicos ou jurisprudenciais, mas sim, da consciência humano, (ii) A Teoria Positivista –com sua visão mais restrita em positivação dos direitos humanos nos ordenamentos jurídicos locais, ou seja, só serão considerados direitos humanos aquelas normas expressamente previstas na Constituição, (iii) Teoria Moralista – defende que os direitos humanos encontram fundamentados na experiência da consciência moral de determinado povo, independentemente da sua positivação. (2005, P. 16).

Guiné-Bissau pode ser enquadrada na segunda teoria positivista, mas, com pequena ressalva do sistema regional africano de proteção dos direitos humanos e dos povos, pactuada por meio da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos pelos chefes dos Estados e dos governos dos países africanos, em 1981, em Banjul, Cidade de Gâmbia, promovido pela organização da Unidade Africana, (OUA), atualmente identificado como Unidade Africana (UA), estabelece como seu órgão máximo a comissão dos direitos humanos e dos povos, com a competência de promover, proteger e interpretar as previsões legais contidas na Carta (PIOVESAN 2011, P. 163).

O preâmbulo da carta mostra sua feição própria que o distingue de outros instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. O primeiro aspecto destacado pela autora, diz respeito “as tradições históricas e os valores da civilização Africana, que reflete na inspiração da Carta com conjugação da libertação da África;O segundo diz respeito à dignidade do povo africano e libertação da África

do jugo colonial; O terceiro refere-se a combater o colonialismo e neocolonialismo e o quarto a erradicação do (*apartheid*) e de toda forma de discriminação”. A comissão é encarregada de zelar pela efetividade do binômio promoção e proteção dos direitos e garantias fundamentais do continente africano.

Vale lembrar que os princípios democráticos e de direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (PIOVESAN, 2011, P. 162) os países da Lusofonia adotaram os tratados internacionais acima citados em 1975 (VALÉRIO, 2013, P. 983).

A vida como um valor supremo universal, protegida pelo ordenamento jurídico nacional como “Direitos Fundamentais”, nos tratados internacionais denominados “Direitos Humanos”. A aceleração do quadro de violência e de violação dos direitos humanos e garantias fundamentais tornaram-se patentes e incontroláveis a partir da guerra civil, conhecida como sete de junho de 1998. Iniciou-se um período de deterioração do poder dos Estados, a impunidade se tornou ato normal. A prova evidente deste fato é que os autores morais e materiais dos sucessivos assassinatos políticos e militares continuam impunes.

Na Guiné, a reforma Constitucional de 1993 prevê no seu art. 24º que “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica” e no art. 25º “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural” isso constitui garantia constitucional pela lei magna orientadora da conduta do Estado e suas limitações no que concerne aos direitos coletivos dos cidadãos.

Nesta seara, é mister salientar que a proteção dos direitos humanos na Guiné-Bissau, como nos outros países africanos, constitui uma mera retórica de discursos políticos, porque os Estados são os maiores violadores dos direitos humanos, ou seja, os governantes se apoderam do aparelho do Estado agindo como se fosse propriedade sua.No Brasil este tipo de ato é caracterizado como abuso do poder no art.37 da Constituição Federal, mas, na Guiné é visto como ato normal.

O relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos, de 2010, trouxe importante reflexão sobre a dinâmica da funcionalidade da justiça e da impunidade.Entende-se que não há senso de justiça para os governantes ao se sentirem superiores em relação aos seus subordinados, optam em violar as regras

constitucionais com confiança de nunca serem processados e julgados por atos praticados por eles, só são presos os pobres que não recebem amparo legal, quer dizer, quem furta um Galo, por exemplo, será preso, mas, quem usurpa fortunas no cofre do Estado vive livremente. O relatório refere também a fragilidade das instituições públicas. No poder judiciário, os juízes, por falta de segurança pessoal e da família, sentem receio de aplicar a Constituição ou leis para punir os poderosos do país, faltam mecanismos essenciais de apuração de fatos, o que dificulta ainda mais as análises de questões complexas. No Legislativo – os deputados se limitam aos discursos e a aprovação de diplomas legais em seu favor, preocupam-se com seus interesses próprios, de modo a limitar a participação da sociedade civil.

A proteção dos direitos humanos, as liberdades fundamentais previstas na (artigo 10.º CRGB), estabelece que “todo cidadão tem o direito de recorrer aos órgãos jurisdicionais. Não pode denegar a justiça pelo argumento de insuficiência de meios econômicos”, art.8.º, da declaração Universal dos Direitos Humanos) e “toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei”. Não obstante, o acesso à justiça em Guiné-Bissau ainda está longe de ser uma realidade efetiva para os cidadãos (2013, P. 81 Relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos,).

Quadro 5 : elaborado por autor, os dados extraídos do relatório de 2012 da Liga dos Direitos humanos.

Acontecimento histórico de violação dos direitos humanos na Guiné-Bissau

DIAS E MÊS	ANOS	ACONTECIMENTOS POLÍTICOS MILITAR
07 de junho	1998	Guerra Civil durou 11 meses (Ansumane Mané, Líder de Junta Militar, contra o Governo de João Bernardo Vieira Nino)
30 de novembro	2000	Tentativa de Golpe contra o presidente Kumba Yalá, morre Ansumane Mané.
14 de setembro	2003	Golpe Militar contra presidente Kumba Yalá eleito democraticamente
06 de outubro	2004	Levantamento Militar, Morre Chefe do estado maior General das Forças Armadas Veríssimo Coreia Seabra.
01 de março	2009	Atentado que vitimou chefe do Estado Maior das Forças

		Armadas Batista Tagme na Wuaie.
02 de março	2009	Assassinado na sua residência o Presidente da República João Bernardo Vieira Nino.
05 de junho	2009	Assassinato do Deputado Helder Proença e do candidato à Presidência Baciro Dabo.
19 de março	2012	Assassinato do chefe de inteligência Militar Samba Djaló
12 de abril	1012	Golpe Militar, que afastou o Presidente da República Interino, Raimundo Pereira e o Primeiro Ministro Carlos Gomes Junior.

Fonte: autor

Existem casos que antecederam estes acontecimentos, por exemplo os assassinatos dos dez mil contra revolucionário, em 1975, o Caso de 17 de outubro de 1985, o golpe de Estado, em 1980, acontecimentos que são reflexos da impunidade no país.

Na Guiné-Bissau, as forças armadas eram vistas como fator de instabilidade política do país, que sempre conduzia os agentes e a sociedade, em geral, a permanência de violação sistemática dos direitos humanos, aliás, no relatório de 40 anos de impunidade, indicam que forças armada funcionam como objeto de manejo dos partidos políticos, através das ligações étnicas e intrigas. “Em consequência, os cidadãos e o Estado encontram-se reféns de uma estrutura armada obsoleta, repressora e violenta representando um grave perigo para a sobrevivência do Estado enquanto a sua soberania, por comprometer seriamente os valores da democracia e do Estado de direito a que defende formalmente” (2013, P. 105).

Esse aspecto de participação dos políticos nos golpes merece especial atenção, por exemplo: em todos golpes desencadeados pelos militares sempre se identifica um político civil envolvido. Vejamos alguns fatos: Na guerra civil, de 1998, a Junta Militar, chefiada pelo General Ansumane Mané, na celebração de acordo de paz, em Abusa cidade de Nigéria, indicou um civil, Francisco José Fadul para Liderar o Governo, formando Governo de Unidade Nacional com duração de um ano, de 1999 a 2000.

No golpe militar de 2003, que afastou Yalá do poder, os civis assumiram cargos políticos, para Primeiro Ministro indicaram Artur Sanha do Partido Renovação Social PRS, partido do Presidente deposto Yalá. Desta vez deixaram o Cargo do

Presidente da República por indicação da Sociedade civil. (Foi escolhido Henrique Pereira Rosa, ambos são civis, a diferença está na decisão de escolha, os militares que indicam Primeiro Ministro e Chefe do Governo) e a sociedade civil se encarrega da escolha do Presidente da República, a transição durou um ano de 2003 a 2004, por último o governo de transição, depois da morte natural do Presidente Malam Bacai Sanha, em 2012, e na sequência organização da eleição Presidencial como a Constituição manda (art.45r CRGB) evento este que não chegou ao segundo turno. As forças armadas republicanas afastaram do poder Carlos Gomes Junior, como primeiro Ministro (Chefe do governo) e presidente da República, Raimundo Pereira (chefe do estado), novamente instruiu o governo de transição convocando os civis para conduzir o governo no cargo de primeiro Ministro. Desta vez indicaram um elemento de Partido Renovação Social PRS Rui Duarte Barros, para Presidente da República assumido pelo presidente de Assembleia Nacional Popular ANP, como manda a Constituição da República, Manuel Serifo Nhamadjo. São alguns fatos que ocorreram no país para ilustrar como foi nesses últimos anos a instabilidade política na Guiné-Bissau.

Enumerei estes fatores internos de instabilidade política para ter dimensão da gravidade e agravamento de conflitos que conduz em a violação dos direitos humanos e garantias fundamentais. Outro aspecto muito importante nesta análise reside no não cumprimento dos deveres do Estado em garantir políticas públicas de saúde e educação, saneamento básico, acesso a água potável, ou seja, não garantir o mínimo de sobrevivência caracteriza violação dos direitos humanos, e por outro lado o Estado ditatorial, que priva os seus cidadãos dos direitos políticos, lembrando esse direito não se limita ao exercício dos direitos civis nas eleições periódicas, mas sim garantir instrumento político de participação, transparência na gestão das coisas públicas.

6 CONCLUSÃO

Nesta conclusão cabe destacar alguns pontos importantes que marcaram a vida política guineense desde a colonização até a reforma política do partido único para o multipartidarismo.

O processo de colonização nos países africanos, as tensões políticas geridas nas disputas sobre o domínio, que resultou na realização da Conferência de Berlim, em 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, fragmentou o Continente em pequenas colônias, ou seja, as potências mundiais transformaram o continente em campos de exploração de matérias primas e de mão de obra escrava. Foi nesse âmbito que a Coroa Portuguesa se legitimou na ocupação dos territórios que hoje denominados os Países Africanos de Língua Oficial português (PALOP), e constituiu seu domínio total em todas as esferas, política, econômica e cultural.

Assim, Guiné-Bissau, como os outros países da colônia portuguesa, desempenharam papéis importantes no abastecimento de matérias primas às indústrias da metrópole, através das companhias comerciais que funcionavam interligadas com o Estado português. O governo colonial não só escravizou os africanos, como também destruiu os valores culturais do povo, para implantar os novos ensinamentos baseados na lavagem cerebral que a Igreja Católica Apostólica Romana se propunha a fazer, começando pela categorização das classes sociais, estabelecendo as regras a serem cumpridas como condições para ascensão do status, com diferenciação de regalias de acesso às políticas sociais.

Já depois da segunda Mundial, na bipolarização dos regimes comunista, socialista e capitalista democrático, que ocasionou as disputas desenfreadas em conquistar zonas de influência, fortificou os movimentos nacionalistas Africanos, principalmente, os das colônias de língua portuguesa. Isso resultou na criação dos movimentos nacionalistas, que reivindicaram autonomias política e administrativa (Independências) firmadas no princípio de autodeterminação do povo africano. Uma vez que o povo africano entendeu que não podia continuar no jugo do governo colonial, sem base que justificasse a dominação e sem compromisso moral e ético com a sociedade africana.

Os movimentos nacionalistas africanos, para além de ganhar status de organizações de massa, atraíram o apoio, não só dos países comunistas, na sua

maioria, mas também, dos outros países capitalistas, como Estados Unidos de América e a França, por entenderem que a luta dos movimentos era justa e legítima.

Neste âmbito, o PAIGC destacou-se no seio destas agitações políticas, dada a capacidade do seu líder revolucionário, Amílcar Lopes Cabral, com o princípio da independência nacional do seu povo e com sua ideologia independente, sem se basear em nenhum regime ou modelo de desenvolvimento, conseguiu receber ajuda dos países amigos que se solidarizaram com o movimento da independência da Guiné e Cabo-Verde, Cabral sempre destacou a ajuda especial da União Soviética.

Estabeleceu uma ética que consiste de não solicitar apoio em troca de favores, a qual poderá comprometer o futuro desenvolvimento do país, nesta ocasião, não se falava da União Africana, por caráter continental do PAIGC, por que dirigia luta de dois povos Guiné e Cabo-Verde, o ato constitui em si mesmo o símbolo de afirmação da unidade africana de acordo com o pensamento do partido.

O PAIGC tentou negociação da independência via diálogo, contudo, foram recebidos pela violência, pelas circunstâncias políticas foram obrigados a recorrer ao último recurso, que seja a Guerra de Libertação, considerado o ato como ação legítima em busca de afirmação de identidade do povo africano.

A luta política e armada contra a dominação colonial deve ser interpretada como necessidade de todos os povos oprimidos, que se sentem ameaçados nos seus direitos, exige colaboração não só material ou moral, mas sim uma atuação coordenada em todas as frentes para derrotar o inimigo da sociedade africana.

Em via de guerra declarada, o partido, funcionando como uma instituição política, lançou o programa de criação das políticas sociais e econômicas em todas as regiões das zonas libertadas. Sempre pautado na valorização do recurso humano, fomentando a participação de gênero na estrutura do partido, a criação do sistema de saúde, de educação e de capacitação técnica dos agentes para dinamizar as execuções de programas e melhor qualidade de serviços públicos.

Foi nas zonas libertadas que nasceu o Estado Guineense, onde todos eram livres e participavam nos debates através dos conselhos. Os conselhos eram organizados de seguinte forma: Conselhos de Base, Setoriais, Regionais e Conselho Nacional superior da Luta, dirigido por Amílcar Cabral, os conselheiros eram eleito pelo povo para representarem interesses da sociedade.

Vimos que Cabral conseguiu costurar a unidade dentre os dois povos da Guiné e Cabo-Verde e também a união interna entre as etnias guineenses, que desenvolveu uma frente única de resistência contra exploração colonial firmada no lema “Unidade e Luta”. A resistência visa a uma vida melhor, liberdade política, de pensar com nossas próprias cabeças e sermos guiados com nossos próprios pés, construir o país dentro dos princípios e valores éticos e morais do homem Africano.

Todavia, Os dois governos do PAIGC, pós-independência, de Luiz Cabral de 1973 à 1980 e de João Bernardo Nino vieira de 1980 à 1991, na era do partido único, abandonaram os princípios da revolução do povo, limitaram a ligação com a massa camponesa, que constituiu maioria no país, e também foi essa classe que se dedicou durante onze anos de luta em prol da libertação, depois ficaram no esquecimento na participação do processo de desenvolvimento.

Criaram uma classe de elite política, reunidos no centro da cidade, revogaram as políticas públicas nascidas nas zonas libertadas. Ao invés de reformular e ampliar a forma de participação da sociedade civil, reduziu a uma mera participação fictícia, que serve para manter domínio e controle de opiniões.

Ocasionou concentração do poder de decisão sobre a única figura do Presidente da República, que expressa claramente uma ditadura, os dirigentes máximos cometeram vários assassinatos dos seus próprios colegas do partido, durante a vigência desse regime autoritário. A má condução da política econômica e o alto índice de corrupção geraram divergências internas no PAIGC, e tornaram a situação social mais caótica. Isso tudo obrigou o governo a pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional FMI e o Banco Mundial BM, através do Programa de Ajustamento Estrutural Econômico PAE, para além de trazer propostas de mudanças do desenvolvimento econômico, reduziu o tamanho do estado através das políticas de privatizações das empresas estatais, caracterizou-se também como novo começo de uma explícita da retomada do controle dos países ocidentais sobre a Guiné-Bissau, ou seja, o retorno de neocolonização que era abominado pela ideologia do PAIGC.

Entretanto o PAE, os créditos de financiamentos aos empresários nacionais eram direcionados aos amigos e as famílias dos governantes, reforçando o poder econômico das elites políticas. O PAE não prosperou, fragilizou ainda mais o mercado comercial, houve redução na produtividade e criou dependência dos produtos importados.

Ainda no que diz respeito à economia, a pesquisa destaca o fator da cobiça dos países ocidentais sobre os recursos naturais da Guiné-Bissau, diante disso se tem alimentado constantemente a instabilidade política, que impede os empresários de investirem. Em relação aos outros países sub-regionais de CEDEAO e de UEMOA, a ausência de economia do mercado, deixa o mercado interno frágil e dependente, para além do alto custo de aluguel da moeda francesa (Franco CFA) que o país é submetido.

A reforma do regime político para o multipartidarismo, fato que estabelece nova forma de funcionamento das instituições políticas, traz opções de escolha que pode ser feita com prudência e responsabilidade do representado. Nessa condição, num Estado Democrático, a decisão pelo consenso apresenta maior probabilidade de eliminar as barreiras de preconceito étnico num país culturalmente homogêneo, o que assistimos, de fato, na reforma política guineense foram os conflitos culturais com pequenas proporções, Dahl (2001) chama atenção sobre a possibilidade de supostas “conflitos culturais poder irromper na arena política, como normalmente acontece” (2001, p.166) nos países compostos de vários grupos étnicos, quando uma etnia considera suas exigências como uma questão de princípio em relação aos outros.

Nas primeiras eleições gerais, de 1994, apesar de haver previsão constitucional (Art. 4º ponto. 4) da proibição de formação de partidos políticos, no âmbito regional ou local, que fomenta ou evoque tribalismo, assistimos os discurso de apologia à violência, o objetivo não se tratava de valorização de uma determinada etnia, mas sim, é entendido com artifício político adotado por certas figuras para ascender politicamente, porque na Guiné-Bissau nenhuma etnia constitui maioria para eleger um presidente da república.

De fato, existe tendência de votos étnicos, no meu ponto de vista são alimentados por outros fatores, como por exemplo: baixo nível de escolaridade, não quer dizer que quem não estuda não tem capacidade de discernimento, mas sim, seu nível de exigência será menor em relação a quem possui um certo grau acadêmico, bem como acesso às informações, principalmente a população da zona rural, onde se tem a maioria de agricultores e que para eles o Estado só existe para cobrar impostos.

Isso caracteriza uma democracia fraca, em que o poder militar se sobrepõe sobre o poder político, demonstra fragilidade dos órgãos democráticos,

desorganização da sociedade civil e violação sistemática dos direitos humanos e de garantias fundamentais.

Vejo a democracia como um regime político capaz de dispor de políticas públicas e de liberdade de expressão, de garantia de direitos civis, políticos e sociais, bem como um regime possível de garantir o Estado de Direito, na medida em que todas as estruturas estatais funcionem em torno de um valor maior, a Soberania nacional.

O Estado guineense nasce com as regras democráticas, porém, durante seu percurso de amadurecimento foram suprimidos, sistematicamente, pela ganância dos líderes em busca de ter domínio total sobre sociedade.

Guiné-Bissau possui democracia muito nova, em comparação com outros países já com democracia amadurecida. É tendência que os países recém-independentes passem por um período de turbulência de golpes, insubordinação do poder militar ao poder político, o desfecho final é a violação a ordem constitucionalmente estabelecida. Guiné-Bissau está em processo de democratização e precisa da vontade política de promover ou de reinventar mecanismos necessários a base da estrutura social de agregar todos os componentes que possam viabilizar as decisões consensuais.

O Desafio da política guineense deve pautar-sena transformação social do país através das políticas públicas: acesso à educação, melhoramento do sistema de saúde, promoção da cultura nacional e intercâmbio cultural entres as etnias, promover e incentivar a participação de gênero, promover políticas a juventude, políticas de proteção das crianças e adolescentes e combater a fome etc.

Reformular apolítica de segurança nacional, para acabar com a rota comercial de tráfico de drogas, que se aproveitam da fragilidade das instituições públicas paratransformar o país em um Narco Estado.

Há a necessidade de revisão dos pactos das comunidades sub-regionais, que têm mão invisível da França, a qual mantém seu projeto de insulto aos países africanos (Neocolonialismo) através de aluguel dasua moeda FRANCO CFA.

O Estado deve reforçar os laços de cooperação com os países e parceiros da Guiné-Bissau, como Brasil e China, estreitar as relações com as comunidades guineenses no exterior e promover a sua integração nos respectivos países de destino. Propõe-se tornar a política externa mais dinâmica e voltada para o desenvolvimento sustentável.

Por questões de limitações de pesquisa, espero ter contribuído para melhor compreensão da realidade política africana, especificamente Guiné-Bissau, demonstrando a necessidade dos atores políticos de reavaliarem a condução, ou melhor, readaptar os mecanismos imperativos capazes de respeitar a ordem constitucional e órgãos democráticos.

O futuro da Guiné-Bissau depende dos seus Filhos, termino com a frase de Cabral: “As Crianças do nosso Povo são Flores da nossa Luta e A razão do nosso Combate”.

REFERÊNCIAS

ALLAN, Bethwell, **História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** UNESCO – Brasília Brasil, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190253POR.pdf>> Acesso em 20 jan 2016.

AMADO, Leopoldo, **grande comandantes do paigc estava com pide**, Guiné-Bissau 28 set 2014, Disponível em: <<http://www.odemocratagb.com>>. Acesso 30 mar 2016.
_____, **Guiné-Bissau 30 anos de independência**, Lisboa, 2003.

AVRITZER, Leonardo, instituição **participativa e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação do Brasil democrático**, Brasil Campinas, jun. 2008.

BARROS. Miguel de A, **Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau Dinâmicas, Desafios e Perspectivas**, Bissau 2014. Disponível em: <http://www.ue-paane.org/files/1514/5676/6834/SocCivilEstadoGB_net.pdf> acesso 20 mai 2016.

BOBBIO, Norberto, **Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as lições dos Clássicos**/organizado por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro 2000.

BRASIL, Flavia de Paula Duque, CARNEIRO, Ricardo, BARBOSA, Thiago Pinto, ALMEIDA, Mariana Eugênio, **Participação, Desenho Institucional e Alcances Democráticos: Uma Análise do Conselho das Cidades (Concidades)**, Revista de sociologia e política V: 21, N 48: 5-18 dez-2013

CÁ, Lourenço Ocuni **A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e Mundo Globalizado**, Cuiabá, Brasil 2008.

_____, **Educação durante a colonização Portuguesa na Guiné-Bissau de 1971-1973**, Campinas, SP-Brasil, v.2, n um, out. 2000.

_____ **política educacional da Guiné-Bissau**, Campinas, SP [s.n.], 1999.

_____ **Estado: Políticas Públicas e Gestão Educacional**, Cuiabá, Brasil 2010.

_____ a constituição da Guiné-Bissau

CABRAL, Amílcar Lopes, **2º texto aos camaradas responsáveis do partido em novembro de 1965**, PAIGC Unidade e Luta, Lisboa outubro -1974.

CARDOSO. Carlos, **Transição Democrática na Guiné Bissau, Um Parto Difícil**, Guiné-Bissau, 1995, disponível em: <<http://WWW.Inep-bissau.org>>. Acesso 12 maio 2015.

CARVALHO, Leônidas Gontijo de **A Democracia na América**; o antigo regime e a revolução 3º ed. Abril Cultura São Paulo Brasil, 1985.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, Universidade de Coimbra Portugal, **acordo de Argel de paz entre Governo Português com Partido Africano para Independência da Guiné Cabo-Verde** Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php>>. Acesso 17 mai 2015.

CORDEIRO, Roberto Sousa, DIAS, Altierre, RODRIGUES, Ismael Nery Gaspar LAET, Luciano, **Resistências africanas ao Domínio Colonial Português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa**, Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/Resistenciasafricanasaodominicolonialportugues.pdf>>, acesso 20 mai 2016.

CUNHA, Euclides da, 1866-909, **os Sertões: Campanha de Canudos**, ed. 39, Rio de Janeiro, Brasil.

DAHL, Robert A, **sobre Democracia, (On Democracy)** Tradução Beatriz Sidou, ed. Universidade de Brasília, Brasil, 2001.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas, **Cabo-Verde e Guiné-Bissau, as relações entre a sociedade civil e o estado**, ed. Recife Brasil 2015.

ESTUDO DE ASSOCIAÇÃO INDÚSTRIA PORTUGUÊS, Guiné-Bissau. **Integração regional na CEDEAO da Guiné-Bissau e relacionamento com os países de CPLP**, maio Guiné-Bissau, 2014.

FEDOZZI, Luciano, MARTINS, André Luís Borges, NOGEIRA, Fernando, CORRÊIA, Gilson Pianta César, PONTES, Joao, BORBA, Sheila, **Participação Cultural política e cidade**, sociologia, porto alegre, ano 14, nº 30, mai/ag, p.14-44, 2012.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**; tradução de Ligia FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registro de uma experiência em processo**, Paz e terra, 2ª Ed., Rio de Janeiro Brasil, 1977.

GOMES, Antonieta Rosa, **o poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau**, Lisboa, 2010. Disponível em <<https://guinebissaudocs.wordpress.com/bibliografia-estado-e-politica-na-guine-bissau/>>. acessado, 19 jun 2015.

GOMES, Arrais Fidelis da Silva, **Inserção política em Guiné-Bissau no processo de transição democrática 1994–2012**, Tese. (Monografia de ciências sócias) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2012.

GOMES, Patrícia, **as mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau**, Jornal Kansaré, 22 de fev. Bissau, 2006. Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/8-CatiaLopes.pdf> Acesso 21 maio 2016

GONÇALVES, Everton das Neves, STELZER, Joana, **Princípio da Eficiência Econômica-Social no Direito Brasileiro: a tomada de decisão Normativo-Judicial**, Florianópolis Brasil. Disponível em:<Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v35n68p261>> acesso 23 mar 2016.

GUINÉ-BISSAU. Constituição (1993), **Constituição da Republica da Guiné-Bissau**, Bissau, Assembleia Nacional Popular, 1993.

INDJAÍ, Mamadi Quilutâ, **Políticas Públicas na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável da Guiné-Bissau, tese. (mestrado em ciências sócias)** disponível em:

<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/813/1/PB_PPGDR_M_Indjai,%20Mamadi%20Quelunt%C3%A3_2014> acesso 05 mai 2016

JEFFERSON, THOMAS, 1843-1826, escritos políticos / Thomas Jefferson. Senso comum / Thomas Paine. Federalista / Hamilton, Madison, Joy. **A Democracia na América;** o antigo regime e a revolução / Alexis de Toquville, seleção de textos de Francisco C Weffort; Traduções de Leônidas Gontijo de carvalho (et al). – 3º Edição – São Paulo: abril Cultura, 1985.

NASCIMENTO, Alberto Freire, **Cultura e desenvolvimento**, ed. Fundo Nacional de cultura, Rio de Janeiro, Brasil 2000.

KOHL, Christoph, **tensões Mundiais:** Revista do observatório das Nacionalidades, V, 7, nº 13 (jul./dez. UECE, Fortaleza - Brasil 2011.

LARANJEIRO, Catarina, **Mestre do Mundo** Amílcar Cabral, Portugal Fev 2014.

LOPES, Carlos Pereira, **Socialismo o Neocolonialismo** - as lutas de emancipação dos povos africanos e a atualidade do legado de Amílcar Cabral, Serpa e Moura, setembro, Portugal, 2004.

_____ Papel **das associações no desenvolvimento rural.** Estudo de caso das associações manjacas na região de Cacheu, Bissau, Guiné-Bissau 2003.

MENDES, Pedro Rosa, **Respostas de paz à impunidade e exclusão**, 7 jan 2013, Guine-Bissau, disponível em <http://www.eplo.org/assets/Guinea-Bissau/EPLO/Guinea-Bissau_PT.pdf> Acesso 15 mai 2016.

MORAES, ALEXANDRE, **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º** constituição da republica Federativa do Brasil, doutrina jurisprudência, 6.ª ed.- São Paulo: atlas, 2005.

MONTENEGRO, Teresa, *Kriol tem termo e Expressões*, 2 ed: ku si mom, Guiné-Bissau 2007.

Neves, Jose, **Amílcar Cabral, A Imaginação 'A Partir de Baixo**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m1c1.PDF> acesso 12 mai 2016.

O'ROURKE, P.J. *A riqueza das nações de Adam Smith*, tradução, Roberto Franco Valente. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

O'DONELL, Guillermo, *democracia delegativa? Brasil*, 1991. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/11566.pdf> Acesso 12 mai 2016.

OBSERVATÓRIO DA ÁFRICA, análise da África Contemporânea – grupo de estudos africanos – irel/UnB, disponível em: <https://observatoriodaafrica.wordpress.com> acesso 16 mai 2016.

PAIGC, **História a Guiné e as ilhas de Cabo-Verde**, 1974,

PIOVESAN FLAVIA, **Direitos humanos (Direito Internacional)** - 2º edição. São Paulo: Saraiva 2011.

_____ **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 13ª Edição. Revista e atual- São Paulo-Brasil: Saraiva. 2012

QATHAFI, Muammar Al, **Livro Verde**, tradução: Nelson Jahr Garcia, edição Ridendo Castigat Mores, 1947-2002, disponível em: <http://www.jahr.org>. Acesso 20 mar 2016.

REIS, ElizaBeth, **Mulheres de Luta, expresso da Ilha, Cabo-Verde**, n. p 11:17, 13 abril 2015 entrevista concedido a Jorge Montezinho, disponível em: <https://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/mulheres-de-luta>, acesso 09 mai 2016.

RELATÓRIO ESPECIAL DE CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA WASHINGTON, D.C. C.E.E.A. nº 2013. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África.**

Disponível em: <http://C:/Users/Estudos/Desktop/relatorio%20especial%20de%20ceea.pdf>. Acesso 05 abr 2016.

RELATÓRIO. Unidade de Gestão do Projeto Reforço das Capacidades de Apoio à Preparação dos Acordos de Parceria Económica (APE disponível em <<http://www.euacpepa.org>>, Acesso, 11 mar 2014.

Huhbkjhgfv h fgh clkjhyiouygyfui90tfd7rsx ilu

SANGREMAN, Carlos, ESTEVÃO, João, ABREU, Alexandre, CARREIRO, Maria João, SOUSA, Fernando, Assessment Of The Development Potential of the Guinea-Bissau diaspora in portugal and france, International organization for Migration IOM, Bissau, from 6 march 2011 to October 2012,

SANTIAGO, Emerson, **Conferência de Bandung**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/conferencia-de-bandung>>. Acesso em 10 abr. 2016.

SANTY, Amilcar Rodrigues Afonso, **A mulher na Política na Guiné-Bissau**, 10 out 2010, disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/AMULHERNAPOLITICANAGW.htm>>, acesso 04 maio 2016.

SCHUMPERTR, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Introdução de Tom Bottomore. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DE TURISMO. **Relatório de Balanço da Guiné-Bissau para Cimeira Rio+20** 2012, disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/977guineabissau>>, acesso 05 mai 2016.

UNIÃO EUROPEIA. **Relatório Final Eleições Presidências e Legislativas de**

2014, disponível em: <http://www.eods.eu/library/eueom-guineabissau-final-report_pt.pdf>, acesso 04 mai 2016.

VARELLA, MARCELO D. **Direito Internacional Publico**, 4º. Ed.- São Paulo: saraiva 2012.

VASSALLO, Ponde, 280p, Rio de Janeiro, vozes, Brasil 1977

VAZ, Alexander Cambraia, N., **Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas Critico analíticas**, Opinião Pública, Campinas, vol, 17, nº junho, 2011, p,163-205.

WEFFORFFORT, Francisco C, **por que Democracia?** Brasiliense, São Paulo- Brasil 1984.